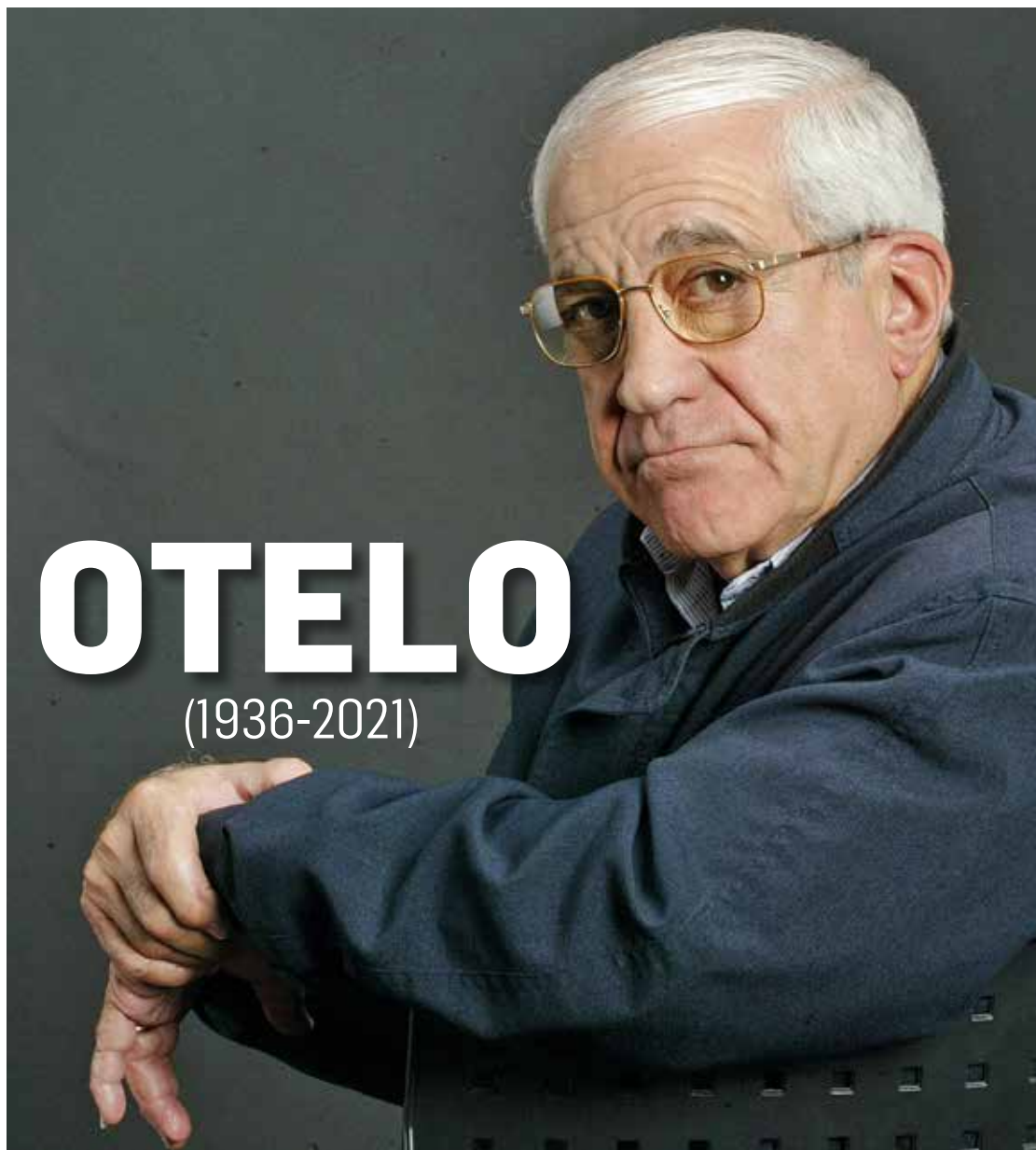




JORGE SAMPAIO (1939-2021)

O REFERENCIAL



OTELO

(1936-2021)

A simbiose perfeita entre o café e a história da água na cidade de Lisboa, numa representação que coloca as duas mais famosas bebidas em destaque



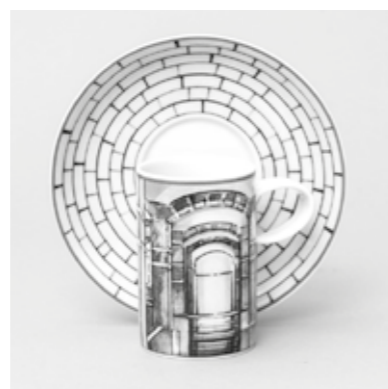
Aqueduto das Águas Livres



Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos



Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras



Reservatório da Patriarcal

As chávenas podem ser adquiridas:

- Mãe d'Água das Amoreiras, na Praça das Amoreiras, 10
- Lojas EPAL – Edifício Sede e Loja do Cidadão (Laranjeiras), em Lisboa

CAPA

Autoria de Vera Cardoso sobre foto de Inácio Ludgero gentilmente cedida para este número especial de *O Referencial*

4 EDITORIAL

Obrigados a uma paragem de reflexão e homenagem, Martins Guerreiro

8 MORREU OTELO

Senhor do seu destino | 10
Bibliografia | 26
Memória toponímica | 27
Ecos na comunicação social | 28
Estes homens também choram, Vasco Lourenço | 30
Mágoa e Surpresa, Ramalho Eanes | 36
Um extrovertido, Amadeu Garcia dos Santos | 40
Cumprimos a missão, José Eduardo Fernandes de Sanches Osório | 42
Lembras-te?, Francisco Barão da Cunha | 45
Uma singela homenagem, Franco Charais | 48
Carta ao Maestro, José Manuel Costa Neves | 52
Ao comandante do 25 de Abril, Carlos de Almada Contreiras | 56
Um amigo leal no posto de comando, Rodrigo Sousa e Castro | 64
Com vista à democracia, Pereira Pinto | 66
Referência para todos, Nuno Pinto Soares | 69
Humilde e Insubmisso, Miguel Judas | 70
O homem e as circunstâncias, Martins Guerreiro | 76
Madrugada de 25 de Novembro, José Carlos Alvarez Tasso de Figueiredo | 84
Mas... dos que atiram a pedra e escondem a mão, Carlos Matos Gomes | 86
Comandante livre duma revolução libertadora, Mário Tomé | 90
Do lado dos fracos, Isabel do Carmo | 94
Candidatura de Oteló em 1976, Luís Moita | 98
Um homem do nosso destino, Maria Manuela Cruzeiro | 102
Em prol da memória, M. Simões Telles | 105
Símbolo mítico do 25 de Abril, Luís Noronha Nascimento | 106
O Verão quente do Óscar, José António Santos | 110
Morreu o meu querido pai, Sérgio Bruno de Carvalho | 114
Voto de pesar da Assembleia da República | 120

122 MORREU JORGE SAMPAIO

25 de Abril Sempre | 124
Civil de Abril, Vasco Lourenço | 128
Herói discreto que tanto amou Portugal, Presidente da República | 131
Socialista dos valores humanitários, Presidente da Assembleia da República | 134
Nunca cedeu nos valores essenciais, Primeiro-ministro | 136
Filhos orgulhosos, Vera e André | 140
Homem do 25 de Abril, José Manuel dos Santos | 144
Não há portugueses dispensáveis, voto de pesar da Assembleia da República | 150

154 ORDEM DA LIBERDADE

Militares de Abril condecorados | 154

156 OPINIÃO

Humana condição militar, Almeida Moura | 156

163 OBITUÁRIO

José Batista Ferro (1940-2021) | 163
António José Lopes Piteira (1936-2021), 164

166 BOLETIM

EMGFA recebe espólio do marechal Costa Gomes | 166

168 JANGO

Oteló sem ses... nem mas, Pedro de Pezarat Correia | 168



MARTINS GUERREIRO

OBRIGADOS A UMA PARAGEM DE REFLEXÃO E HOMENAGEM

A morte de Otelo Saraiva de Carvalho, no dia 25 de Julho de 2021, e as respectivas cerimónias fúnebres, obrigam-nos a todos — militares de Abril e cidadãos de Portugal — a uma paragem de reflexão e homenagem ao comandante da *Viragem Histórica*, singularidade de notável significado na História de Portugal. Com esta viragem histórica, fundadora da nossa democracia e renovadora da nossa identidade, Portugal quebrou nesse dia o isolamento a que o “Estado Novo” nos tinha votado, reconquistando a liberdade, a dignidade, o prestígio e a consideração perdidos. Portugal recuperou em 25 de Abril de 1974 o

seu lugar no concerto das nações, de construtor de pontes e laços entre diferentes povos e culturas, de país livre fomentador de paz e cooperação entre povos e países.

Com coragem, audácia e determinação, na madrugada de 25 de Abril, Otelo e os militares de Abril abriram a todos os portugueses a porta de uma nova fase histórica.

Este número de *O Referencial*, que contou com o apoio e colaboração de José António dos Santos, é, em grande parte, dedicado a Otelo, às suas dimensões humana e histórica, ao cidadão a quem o Estado português ainda não prestou a justiça devida.

Pedimos testemunhos pessoais ao presidente da A25A, a camaradas de armas que estiveram com Otelo no Posto de Comando da Pontinha, que com Otelo fizeram parte do Conselho da Revolução, que serviram sob o seu comando no Copcon ou na Região Militar de Lisboa ou ainda que com ele colaboraram de muito perto nos últimos anos. Pedimos igualmente a colaboração a prestigiados cidadãos portugueses que estiveram com Otelo na campanha presidencial de 1976 ou noutras actividades políticas e solicitámos ainda a colaboração do juiz conselheiro Luís Noronha Nascimento – presidente emérito do Supremo Tribunal de Justiça

(STJ). Também Pezarat Correia lhe dedica a sua coluna Jango.

Ressalta de tais contributos a figura humana e histórica de Otelo e a forma como foi tratado, sem paralelo com figuras notáveis de outras singularidades (porventura menos extraordinárias) da nossa História, como foram o 5 de Outubro de 1910, o 1.º Dezembro de 1640 e o 14 Agosto 1385.

Otelo deu tudo sem cuidar de recompensa ou pagamento. É tempo de lhe fazermos justiça.

Outro distinto associado da A25A deixou o nosso convívio. O Presidente Jorge Sampaio partiu no dia 10 de Setembro. Figura maior da nossa

democracia, referência ética, cívica e política de grande relevo e cidadão exemplar, deixa-nos um valioso legado de dedicação à causa pública, rigor, sentido de responsabilidade e do dever e preocupação de bem servir o País e o povo.

Cidadão sensível e solidário, intelectual, culto e exigente, homem de fortes convicções, lutador pela liberdade e pelos direitos humanos, foi presidente de todos os portugueses, que sempre tratou com amabilidade, elevação e grande sentido do humano, tendo sido igualmente respeitado por amigos, correligionários e adversários. Com notável sentido de Estado e das nossas responsabilidades para com o povo de Timor Leste, o Presidente Jorge Sampaio bateu-se com convicção e perseverança pela causa desse povo. Revelando grande clareza e capacidade diplomática, contribuiu com a sua competência, coerência e firmeza de princípios para que fosse reconhecido pela ONU o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e fossem criadas as condições para a realização de um referendo.

Jorge Sampaio elevou Portugal e o nosso prestígio a um novo patamar, proporcionando ao povo português uma rara manifestação de júbilo e solidariedade para com Timor-Leste.

Todos nos sentimos imensamente prestigiados e gratificados pelo desempenho desse nosso Presidente.

Damos conta neste número de *O Referencial* das intervenções proferidas nos Jerónimos pelos seus filhos, Vera e André, pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República e pelo primeiro-ministro na homenagem que o Estado português prestou ao Presidente Jorge Sampaio na hora da partida. Publicamos ainda textos do presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, e do Dr. José Manuel dos Santos, que foi chefe de gabinete de Jorge Sampaio.

Da parte de *O Referencial* e da minha em particular, um sincero agradecimento ao Presidente Jorge Sampaio e ao cidadão exemplar que tive o privilégio de conhecer e acompanhar em diversas viagens presidenciais.

No Obituário, curvamo-nos perante a memória de camaradas que deram o melhor do seu trabalho, energia e saber para a construção do Portugal democrático:

Capitão-tenente José Batista Ferro

Sargento-chefe António José Lopes Piteira

Na rubrica Opinião, publicamos um texto de grande interesse e atualidade sobre a Humana

Condição Militar, escrito pelo capitão-de-mar-e-guerra Almeida Moura.

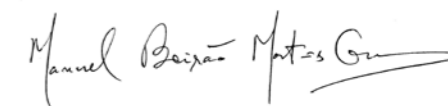
Na rubrica Boletim, damos notícias da condecoração pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade de 26 militares Abril e da entrega ao EMGFA do espólio do marechal Costa Gomes.

Na rubrica Jango, o general Pezarat Correia presta homenagem a Otelo, evidenciando a sua importância fundamental para a realização e sucesso do 25 de Abril.

É também este o momento da rendição de serviço, em que entrego o “quarto” — iniciado em Abril de 2016 — ao coronel Aniceto Afonso, cuja qualidade e saber são de todos sobejamente conhecidos, nesta navegação ao rumo 25 de Abril em que o recebi. A despeito de algumas nuvens no horizonte, desejo-lhe bons ventos, mar calmo e a sorte que acompanha os homens tranquilos, seguros e sábios como é o caso dele. O meu sincero agradecimento a todos — Direcção da A25A, equipa (s) de *O Referencial*, Conselho Editorial, associados e não-associados e aos leitores que, com a sua contribuição escrita ou oral, com observações estimulantes ou críticas, contribuíram para que a nossa revista tenha qualidade, boa imagem e seja uma

digna promotora e difusora dos valores e da história de Abril.

Oportunamente farei o devido agradecimento e falarei sobre esta desafiadora experiência que foi o meu trabalho n’ *O Referencial* e a estimulante surpresa de constatar, sempre que solicitados, a grande disponibilidade, qualidade e capacidade de muitos dos nossos associados e não-associados, homens e mulheres construtores da nossa democracia presente e que são garantia da continuidade de um futuro de liberdade e solidariedade, valores que são um legado do 25 de Abril.

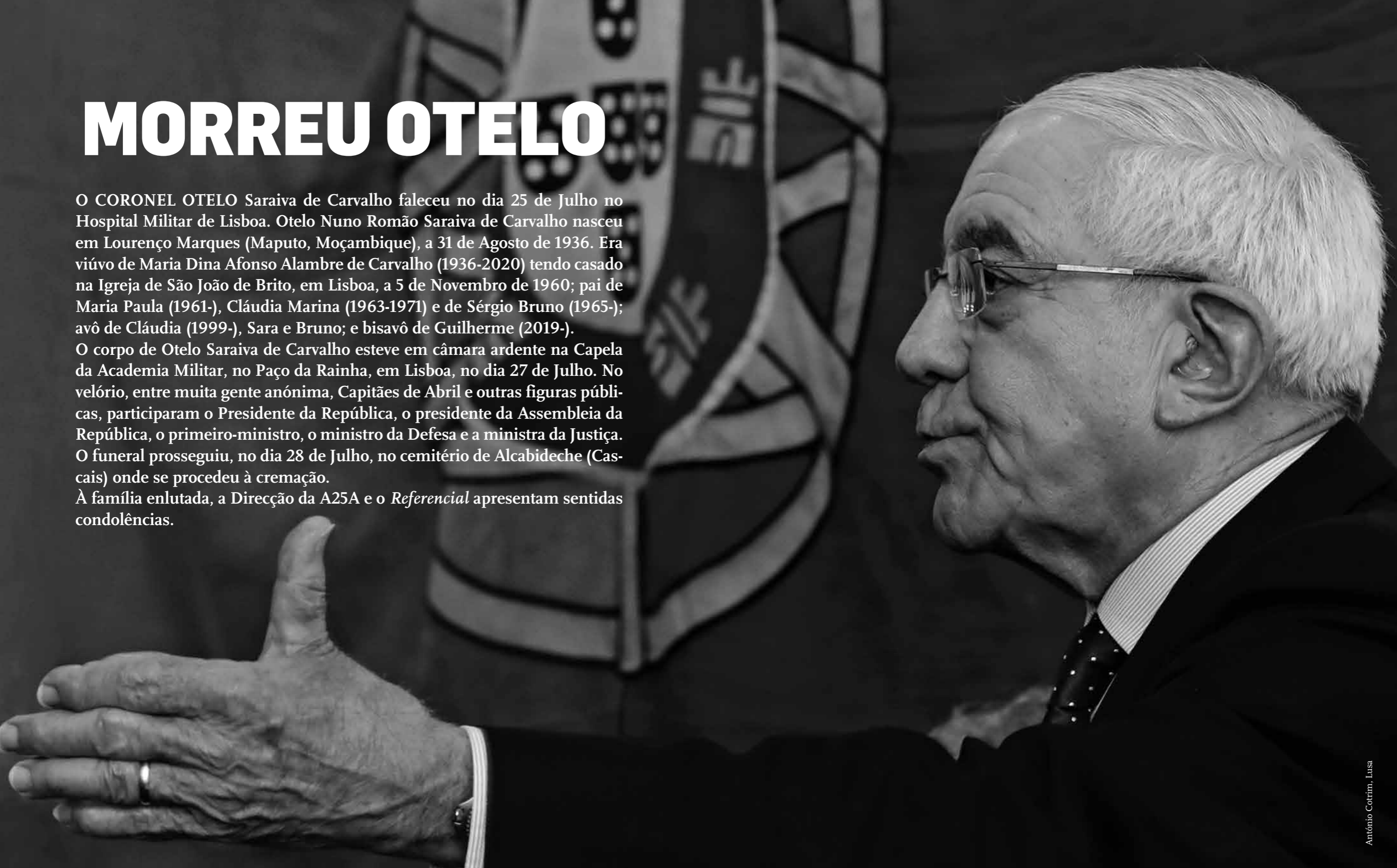


MORREU OTELO

O CORONEL OTELO Saraiva de Carvalho faleceu no dia 25 de Julho no Hospital Militar de Lisboa. Otelos Nuno Romão Saraiva de Carvalho nasceu em Lourenço Marques (Maputo, Moçambique), a 31 de Agosto de 1936. Era viúvo de Maria Dina Afonso Alambre de Carvalho (1936-2020) tendo casado na Igreja de São João de Brito, em Lisboa, a 5 de Novembro de 1960; pai de Maria Paula (1961-), Cláudia Marina (1963-1971) e de Sérgio Bruno (1965-); avô de Cláudia (1999-), Sara e Bruno; e bisavô de Guilherme (2019-).

O corpo de Otelos Saraiva de Carvalho esteve em câmara ardente na Capela da Academia Militar, no Paço da Rainha, em Lisboa, no dia 27 de Julho. No velório, entre muita gente anónima, Capitães de Abril e outras figuras públicas, participaram o Presidente da República, o presidente da Assembleia da República, o primeiro-ministro, o ministro da Defesa e a ministra da Justiça. O funeral prosseguiu, no dia 28 de Julho, no cemitério de Alcabideche (Cascais) onde se procedeu à cremação.

À família enlutada, a Direcção da A25A e o *Referencial* apresentam sentidas condolências.



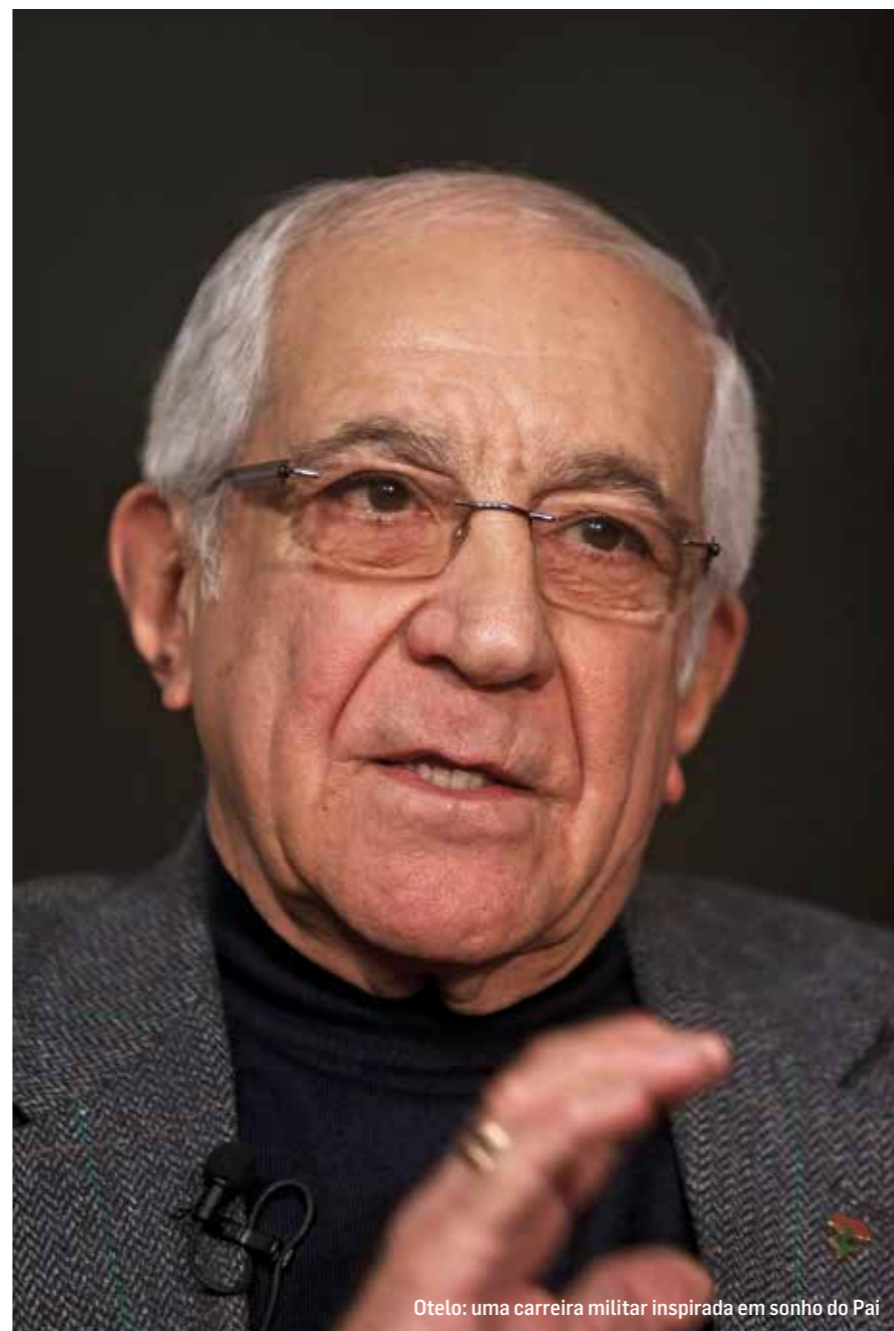
SENHOR DO SEU DESTINO

A capacidade estratégica e operacional de Otelo e a sua dedicação e generosidade foram decisivos para o sucesso, sem derramamento de sangue, da Revolução dos Cravos. Tornou-se, por isso, e a justo título, um dos seus símbolos

OTELO NUNO ROMÃO Saraiva de Carvalho nasceu em Lourenço Marques (Maputo Moçambique), a 31 de Agosto de 1936. Era filho de Eduardo Saraiva de Carvalho (1912-1969) e de Fernanda Áurea Pegado Romão de Carvalho (1917-1981); neto paterno de Otelo Augusto Fernandes de Carvalho, actor e empresário de teatro com créditos firmados - que viria a falecer aos 44 anos, vítima de AVC, no decorrer de uma digressão da sua companhia por Angola -, e de Maria de Lurdes Fernandes Saraiva de Carvalho; e neto materno de José Valente Romão e de Carlota Joaquina da Silva Oliveira Pegado Romão (1898-1986).

O pai, natural de Lisboa, ambicionava seguir a carreira militar e tornar-se oficial de Marinha, mas a prematura morte do progenitor haveria de o obrigar, aos 17 anos, a procurar trabalho para sustentar a mãe e os irmãos. Pediu ajuda, escreveu a um tio, Domingos Barreto, cunhado da mãe, na altura Inspector Superior dos Cor-

reios Telégrafos e Telefones de Lourenço Marques, que lhe proporcionou emprego como Aspirante dos Correios. Nos fins da segunda década do século passado, forçado pelas circunstâncias da vida a renunciar à vocação militar, Eduardo Carvalho segue para Moçambique com uma frustração que arrastaria consigo, sem alguma vez lograr capacidade de a sublimar. Talvez se compreenda melhor, assim, a razão da enérgica recusa de apoio a Otelo quando, mais tarde, ele fez tensão de enveredar pela carreira dos palcos, replicando o modelo do avô, ao que o pai, peremptório, advertiu: “de mim não levas um centavo”. Esta a razão para Otelo arrepiar caminho e, a conselho do avô materno, ter decidido abraçar a carreira militar. A mãe provinha de família com origem indiana. Seu pai, José Valente Romão, de criação humilde, fez vida no chamado Exército Ultramarino. Sendo cabo, ofereceu-se voluntário e partiu para a Índia. Aí, já com o posto de alferes,



Otelo: uma carreira militar inspirada em sonho do Pai

André Koster, Lusa

1936
Nasce em Lourenço Marques (Maputo, Moçambique)

1955
Cadete-aluno da Escola do Exército

1959
Aspirante a oficial

1960
Alferes



Casa com Maria Dina Afonso Alambre Carvalho

1961



Luanda, primeira comissão em África

Direitos Reservados



Direitos Reservados

Otelo com as irmãs Maria Manuela e Maria Gabriel

casaria com Carlota Joaquina da Silva Oliveira Pegado, portuguesa de Goa, de antiga ascendência na Índia portuguesa cujo ramo chega a Vicente Pegado, membro da Armada de 1524 de Vasco da Gama, a quem serviu como secretário. Pelos serviços prestados à coroa, recebeu comissão de todo o resgate da feitoria da fortaleza de Sofala, na costa de Moçambique, a 5 de Abril de 1530, ali permanecendo durante nove anos. Mais tarde, voltaria à Índia Portuguesa onde ficou a viver.

Quando contava 16 anos, Fernanda Áurea conhece Eduardo de Carvalho, com 21 anos, em Lourenço Marques, e decidem casar. O matrimónio realiza-se, em Lourenço Marques, Conceição, a 7 de Julho de 1934. Ela abandonaria os estudos para se dedicar à família, embora mais tarde se diplomasse em Enfermagem sem, no entanto, chegar a exercer a função, tendo sido, isso sim, funcionária dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques; ele prossegue a actividade nos Correios que,

várias vezes, o levava a recônditos e ermos lugares do território, de acesso quase intransponível e apenas possível com recurso ao transporte de liteira.

ENTRE DUAS IRMÃS

O contexto familiar de Otelo é, pois, o de uma família remediada de Lourenço Marques, na composição de um casal com três filhos. Otelo é o segundo, no meio de duas irmãs. A mais velha, Maria Manuela Romão Saraiva de Carvalho Velasco, nasceu a 19 de Julho de 1935, vindo a falecer em Lisboa a 9 de Setembro de 2012. Quatro anos depois de Otelo, nasceria a irmã mais nova, Maria Gabriela Romão de Carvalho Rebelo, a 26 de Outubro 1940.

Nos primeiros tempos de infância, com a mãe e a irmã, segue o pai nos destacamentos pelo interior de Moçambique, decorrentes e como impunham as obrigações de serviço nos Correios.

Mais tarde, aos seis anos, já com as duas irmãs, viaja com os pais de Lourenço Marques até Lisboa. A mãe matricula-se na Escola de Enfermagem de São Vicente de Paula, onde se diploma, Otelo faz as primeira e segunda classes no colégio da Rua Sá da Bandeira e conclui os dois anos seguintes, da Instrução Primária, na escola pública da Rua Visconde Valmor.

Em 1947, a família regressa a Lourenço Marques. Otelo ingressa no antigo Liceu Salazar, inicia os estudos secundários e conclui os dois primeiros anos, tendo repetido o segundo. Transfere-se, a seguir, para o novo Liceu Salazar, onde, com êxito, frequenta os anos seguintes, até ao sexto.

É neste período que Otelo cruza a vida com a de Maria Dina Afonso Alambre (1936-2020) e conhece aquela que viria a ser a sua futura esposa. O casamento, porém, acabaria por acontecer seis anos mais tarde.

1962
Tenente

1963
Instrutor da Legião Portuguesa

1964
Capitão

1965



Direitos Reservados

Mucaba (Angola), segunda comissão em África

1967
Professor na Escola Central de Sargentos em Águeda

1970



Direitos Reservados

Guiné, terceira comissão em África

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021



Direitos Reservados

Sobre as circunstâncias como Otel e Dina se conheceram, diz quem sabe: trata-se de “uma história bonita, mas é privada, foi para a vida...”

Antes de se completar a primeira metade da década de [19]50, no período de licença graciosa do pai, em Lisboa, Otel faz três disciplinas do antigo sétimo ano, no Liceu Camões, tendo depois concluído o Curso Complementar dos Liceus, no Liceu Salazar, quando os pais voltaram para Lourenço Marques.

Dina fora para Nampula aos oito anos. Regressa a Lourenço Marques para fazer os estudos no liceu. Exímia na natação, conquistou diversos campeonatos de Moçambique, pelo Desportivo de Lourenço Marques, obtendo um recorde nacional de 3x100 estilos, nadando de

costas. Atleta de eleição, praticou, ainda, outros desportos, com destaque para a vela e o ténis. Em 1955, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Hospital de Santa Maria) que frequentou até ao terceiro ano, com uma bolsa de estudo dos CTT. Na sequência de grave problema de saúde do pai, chumbou no exame de Fisiologia e perdeu o apoio para os estudos. À época, as circunstâncias conduziram-na ao Curso de Fisioterapia, financiado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo concluído o curso, mas sem fazer o estágio. Sobre as circunstâncias como Otel e Dina se

conheceram, diz quem sabe: trata-se de “uma história bonita, mas é privada, foi para a vida...”

Chegada a hora de decidir rumo de vida, Otel segue o conselho do avô materno, José Romão, e ingressa na Escola do Exército, primeiro, na Amadora, depois, na Gomes Freire (Lisboa) já para especialização em Artilharia, completando o curso com a classificação de 14,37 valores (terceiro classificado), fazendo, depois, o tirocínio para oficial na Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas.

Nomeado alferes, a 1 de Novembro de 1960, fica colocado no Centro de Instrução Antiaérea de Cascais.

O CASAMENTO

A 5 de Novembro de 1960, na igreja de São João de Brito, em Lisboa, casa com Maria Dina Afonso Alambre de Carvalho, a mulher com quem terá três filhos e o haveria de acompanhar, permanentemente, ao longo de 60 anos.

A 3 de Junho de 1961, segue de Lisboa para Angola, naquela que seria a sua primeira comissão no ultramar. Antes de partir já sabia que ia ser pai. A mulher, grávida da primeira filha do casal, fica em Lisboa, para dar à luz. Maria Paula Alambre de Carvalho nasceria no Hospital Militar Principal de Lisboa, a 19 de Agosto de 1961. Refeita do parto, Dina segue para Luanda, com a filha, para se juntar ao marido.

Otel permanece em Angola de 1961 a 1963, primeiro, em Cateco Cangola, até Dezembro de 1962, depois, em São Salvador do Congo, destacado em Quiende, região de forte conflito. Perante enormes dificuldades logísticas e riscos múltiplos, Dina decide instalar-se com a filha no destacamento, simplesmente, porque queria estar perto do marido. Era a única mulher branca no contingente. Mesmo em plena zona de guerrilha, vá lá saber-se porquê, Otel não

1971

Participa na organização do Congresso do Povo da Guiné

1973

Major



Direitos Reservados

Em Bissau, envolve-se na criação da Comissão do Movimento dos Capitães

Professor na Academia Militar de Lisboa

Comissão Coordenadora elege Otel Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves para a Direcção do Movimento dos Capitães

1974

Fracasso da intentona das Caldas da Rainha

Recebe o encargo de elaborar a ordem de operações “Viragem História”

No Posto de Comando da Pontinha assume o comando das operações do 25 de Abril



Direitos Reservados

Dina, acompanha Otelo nas comissões no ultramar, fazendo questão de estar sempre com o marido

gostava de usar munições nas suas armas. Nessas áreas de conflito aberto, dispensava as balas e preferia usar a palavra para persuadir populações locais e convencê-las a abandonar a luta armada. Por seu turno, Dina – sua mulher – interessa-se pela situação de soldados e autóctones, nomeadamente, promovendo a sua escolarização.

Termina a comissão, precisamente, no dia do segundo aniversário da filha (19 de agosto de 1963). Regressa a Lisboa, já como tenente, a que havia sido promovido a 1 de Dezembro de 1962, e fica colocado no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, como Comandante de Companhia, de 1 de Novembro de 1963 até à véspera de embarque para a segunda comissão no ultramar.

No ano de 1963, fora nomeado instrutor da Legião Portuguesa, função que desempenhou apenas durante dois meses. Mais tarde, haveria de considerar essa experiência como oportunidade para “contactar com a realidade do corporativismo fascista e a sua sustentação junto dos pequenos funcionários”.

Entretanto, nasce a segunda filha, Cláudia Marina, a 9 de Dezembro de 1963, no Hospital Militar Principal de Lisboa.

Pouco depois, a 15 de Junho de 1964, recebe a promoção a capitão.

Logo a seguir, a 1 de Maio de 1965, no Hospital Militar Principal, nasce o terceiro filho a quem Otelo e Dina dão o nome de Sérgio Bruno.

A mobilização para a segunda comissão no ul-

tramar surge nesse mesmo ano de 1965. Embarca para Angola, a 21 de Agosto, com o Batalhão do Regimento de Artilharia de Lisboa, como comandante de Companhia, e fica colocado em Mucaba, sendo a sede do batalhão em Damba, junto ao ex-Congo Belga.

Como já acontecera e voltaria a suceder, sua mulher, Dina, acompanha Otelo nas comissões no ultramar, fazendo questão de estar sempre ao lado do marido, com a primogénita Paula (4 anos incompletos) e, desta vez, também com a segunda filha Cláudia Marina (2 anos incompletos) e com Sérgio Bruno, acabado de nascer, contando apenas três meses de vida.

Em Setembro de 1967, terminada a segunda comissão em Angola, Otelo regressa a Lisboa e, a 1 de Novembro, é colocado na Escola de Sargentos de Águeda, onde permanecerá, durante cerca de dois anos, como professor da sexta disciplina Topografia e Transmissões. Nessa altura, as filhas, Paula e Cláudia, frequentariam a escola primária em Águeda.

TERCEIRA COMISSÃO

A 16 de Setembro de 1970, é mobilizado para a terceira comissão no ultramar. Na companhia da mulher e dos filhos, segue para a Guiné-Bissau, em rendição individual, para substituir um capitão morto no desastre de helicóptero que também vitimara três deputados da Ala Liberal, em visita à Guiné. Foi colocado na Repartição de Assuntos Cívicos e Acção Psicológica, como relações públicas do Comandante-Chefe, general António de Spínola. Seria ainda nomeado Director-Geral do Turismo, um cargo civil que compreendia também o de presidente da Comissão de Censura. Mas, ao ser informado deste conteúdo funcional, Otelo demitiu-se de imediato não chegando a exercer o mister.

Nesta comissão na Guiné-Bissau, Otelo aceitaria prolon-

Graduado em Brigadeiro e nomeado comandante-adjunto do Copcon - Comando Operacional do Continente



Direitos Reservados

Comandante da Região Militar de Lisboa

1975



Publicação do livro *Otelo Saraiva de Carvalho Cinco Meses Mudaram Portugal*, Portugália Editora

Graduado em general passou a ser comandante do Copcon Integra o Conselho da Revolução desde a sua criação

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021



Direitos Reservados

Dina e Otelo tiveram três filhos, mas a 8 de Agosto de 1971 sofrem a trágica morte da filha Cláudia Marina, aos sete anos, causada por meningite cerebral

gar a permanência por um ano, em regime de voluntariado, o que lhe permitira resolver compromissos com a compra da casa, em Oeiras. Enquanto isso, Dina trabalhava como fisioterapeuta no Hospital de Bissau.

Sem que tivesse transcorrido um ano de permanência na Guiné, a 8 de Agosto de 1971, Otelo e Dina sofrem a trágica morte da filha Cláudia Marina, aos sete anos, causada por meningite cerebral.

Profundamente abalados, decidem enviar a filha Paula (10 anos) para o Instituto de Odontologia. Dina escolhe continuar em Bissau, ao lado de Otelo, juntamente com o filho Sérgio Bruno, então com apenas seis anos. Assim, neste estado de espírito, haveriam de completar a comissão na Guiné. Por lá, receberia Otelo a

promoção a major, a 1 de Setembro de 1973, regressando pouco depois a casa, em Oeiras.

A 16 de Setembro de 1973 foi colocado na Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, e, logo a seguir, na Academia Militar, em Lisboa. O período final da comissão na Guiné, durante o qual se envolve na criação da Comissão do Movimento dos Capitães, tendo, nomeadamente, participado na recolha de assinaturas para protestar contra o Decreto-Lei n.º 353/73, bem como a época imediatamente a seguir, na então Metrópole, constituem o tempo de gestação da acção militar a empreender em 25 de Abril de 1974, na qual Otelo Saraiva da Carvalho, juntamente com outros camaradas, comparecerá na primeira linha.

Após o fracasso da intentona das Caldas, de 16

de Março de 1974, com o resultado da prisão de vários militares, em reunião, realizada a 24 de Março, na residência de Candeias Valente, em Lisboa, Otelo é encarregado de reelaborar a ordem de operações para o golpe militar que iria acontecer a 25 de Abril de 1974, tendo como adjunto o capitão Luís Macedo. Assim, naturalmente, Otelo foi o estratega e comandante da Operação Viragem Histórica, tendo cabido a Luís Macedo a organização do Posto de Comando da Pontinha.

Em Julho, por iniciativa do Presidente da República, general António de Spínola, Otelo foi graduado em brigadeiro, e nomeado comandante-adjunto do Comando Operacional do Continente (Copcon), sob a dependência directa do general Francisco da Costa Gomes, então Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Além disso, seria também nomeado comandante da Região Militar de Lisboa, tendo tomado posse a 13 de Julho. António Spínola decide enviar Otelo na missão a Lusaca, para “vigiar” o chefe da delegação Mário Soares. No encontro, de 6 de Setembro, com a representação da Frelimo, Otelo estabelece grande empatia com Samora Machel, “ultrapassa” Mário Soares e, no dia seguinte, selam o acordo para a independência de Moçambique, em meados de 1975.

GENERAL

Em Março de 1975, foi graduado em general e passou a ser comandante do Copcon. Fez parte do Conselho da Revolução (CR) desde a sua criação em 14 de Março até à extinção do Copcon.

Em Assembleia do MFA, de 25 de Julho, é aprovada a criação de um directório composto por Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho que estava ausente. O directório seria ratificado pelo CR em reunião de 31 de Julho. Ao directório foi delegada a capacidade

Assembleia do MFA cria o directório constituído por Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho

Visita Cuba

Copcon divulga “Autocrítica Revolucionária, proposta de trabalho para um Programa Político”

Assembleia de Tancos, Otelo mantém-se no comando do Copcon



Direitos Reservados

Proposta no CR a nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa e a extinção do Copcon

Desativação da Base-Escola das Tropas Paraquedistas



Direitos Reservados

25 de Novembro

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021



Miguel A. Lopes, Lusa

O corpo de Otel Saraiva de Carvalho esteve em câmara ardente na Capela da Academia Militar, no Paço da Rainha

de decisão do CR, sem prejuízo da convocação do plenário, e mantendo-se em funcionamento as diferentes comissões.

Em 24 Julho, Otel desloca-se a Cuba e discursa perante Fidel Castro na cerimónia comemorativa do aniversário ao ataque ao quartel de Moncada, em Santa Clara.

Otel congratula-se publicamente com a criação do directório.

A 13 de Agosto é divulgado o documento do Copcon “Autocrítica revolucionária proposta de trabalho para um programa político” de res-

posta ao Documento dos Nove publicado a 7 de Agosto. No mesmo dia, Otel reúne com os Nove em busca de um compromisso político.

A 19 de Agosto, Otel participa numa reunião com o Presidente da República e os Nove, em São Julião da Barra, onde surge a ideia da formação de um VI Governo Provisório presidido por Carlos Fabião.

A 25 de Agosto, na reunião do directório com os chefes de Estado-Maior, o general Carlos Fabião renuncia à formação do governo, sendo então indigitado o almirante Pinheiro de Azevedo.

Na reunião da Assembleia do MFA, de 5 de Setembro, em Tancos, Otel mantém-se como comandante do Copcon.

O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes e Silva, decreta a passagem à disponibilidade de 1200 soldados paraquedistas, a 17 Novembro, e, quatro dias depois, publica uma portaria a ordenar a desactivação da Base-Escola das Tropas Paraquedistas (Tancos).

Em reunião do CR, 20 de Novembro, é proposta a nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa e a extinção do Copcon. O Presidente da República, general Costa Gomes, propôs então a nomeação de Otel para vice-CEMGFA, com a promoção a general de 4 estrelas. Otel discorda da extinção do Copcon e recusa a promoção e o exercício de novas funções propostas pelo Presidente da República.

Três dias depois, na RTP, Otel faz declarações contra a nomeação de Vasco Lourenço.

A 24 de Novembro, em reunião do CR, é confirmada a nomeação de Vasco Lourenço.

E, eis que surge o 25 de Novembro: os paraquedistas da Base-Escola de Tancos, comandados pelos sargentos, ocupam as bases aéreas de Tancos, Monte Real, Montijo, Ota e o Estado-Maior da Força Aérea.

O Presidente da República convoca o CR para se manter em reunião permanente, em Belém, o que acontecerá durante quatro dias.

A 27 de Novembro, o CR extingue o Copcon.

O Relatório Preliminar sobre os acontecimentos de 25 de Novembro, aprovado pelo CR a 20 de Janeiro de 1976, atribuiu a Otel a suspeição de responsabilidades de natureza militar naqueles acontecimentos. São essas suspeições que levam Otel à Prisão Militar de Santarém, de onde seria libertado a 3 de Março, mas sujeito ao regime de residência fixa.

CR extingue o Copcon

Destituído dos cargos para que fora graduado, regressa ao posto de major

1976

Preso por alegado envolvimento no 25 de Novembro

Libertado do presídio de Santarém, passa ao regime de residência fixa

Eleições para a Presidência da República – Otel concorre e obtém 792 760 votos, ficando em segundo lugar com 16,46%

Otel é novamente preso (prisão disciplinar)



Publicação do livro *Otel*, de António Tavares Teles, 18 de Janeiro, Lisboa

A 27 de Junho de 1976, realizam-se as primeiras eleições livres para Presidente da República. Otelo apresenta-se como candidato e fica em segundo lugar com 16,46% da votação, correspondentes a 792 760 votos.

Mas, a 31 de Outubro, Otelo é novamente preso.

A INDEFINIÇÃO

A situação militar de Otelo passará por um período de três anos de “indefinição”, o que era manifestamente contrário aos princípios de progressão da carreira.

Em 12 de Junho de 1979, na sequência do “julgamento” do Conselho Superior de Disciplina do Exército, Otelo foi passado compulsivamente à Reserva.

A 28 de Março de 1980, é criado o partido Força de Unidade Popular (FUP). Otelo faz parte dos quadros da organização.

Em Dezembro de 1980, Otelo volta a concorrer às eleições presidenciais, tendo conseguido 1,49% da votação, correspondendo a 85 896 votos.

A 25 de Novembro de 1983, o Presidente da República, Ramalho Eanes, atribuiu-lhe o grau de Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, mas Otelo faltou à cerimónia e nunca levantou a condecoração. “Na altura recusou estar presente, por discordar da concessão da comenda a uma personalidade que entendia não a merecer e, também, por não desejar cruzar-se com a mesma pessoa”. Ainda antes da morte de sua mulher Dina, haveria de reconhecer a impulsividade do gesto e “a mágoa que terá causado ao seu amigo Eanes” a quem, evidentemente,

reconhecia o direito de, enquanto Presidente da República, atribuir condecorações a quem muito bem entendesse. O colar esteve 38 anos guardado no Palácio de Belém e foi entregue à família antes do funeral, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Outras distinções lhe tinham sido atribuídas pelo seu mérito enquanto militar, nomeadamente a Medalha de 2.ª Classe de Mérito Militar e a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar.

Otelo não desiste de contestar as decisões do Exército relativas à sua carreira militar. De recurso em recurso, vê reconhecidos alguns dos seus direitos e, em portaria de 10 de Abril de 1984, é promovido a tenente-coronel, com efeitos a 21 de Novembro de 1980.

A 20 de Junho de 1984, os portugueses ficam estupefactos com a notícia da “Operação Orion”, desencadeada pela Polícia Judiciária. Otelo Saraiva de Carvalho é detido sob a acusação de ser um dos fundadores e dirigentes da organização terrorista Forças Populares 25 de Abril, componente do chamado Projeto Global. Não tinham passado dois anos, em Outubro de 1986, inicia-se o julgamento dos crimes de associação terrorista e o de atentado contra o Estado de Direito, tendo sido separados os crimes de sangue que viriam a ser julgados mais tarde. Após a prisão de Otelo, em 1985, sua mulher, Dina, aceitou o convite do chefe de serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, antigo director do Hospital de Bissau, onde Dina colaborara como fisioterapeuta, precisamente, para exercer funções idênticas naquela benemérita instituição. Dina de Carvalho ali trabalhou até 1993, quando

lhe diagnosticaram cancro mamário. Após os tratamentos reformou-se por incapacidade física.

Por acórdão do Tribunal de Monsanto, de 20 de Maio de 1987, Otelo seria condenado a 15 anos de prisão. A sentença viria a ser confirmada pelo Tribunal da Relação e agravada no Supremo Tribunal de Justiça para 17 anos. Recorreu da decisão para o Tribunal Constitucional, que, em 1989, mandou o Tribunal da Relação reapreciar a prova, impedindo, assim, a transição em julgado, daí resultando a libertação de Otelo, por excesso de prisão preventiva.

Na sua defesa escrita, Otelo assume a fundação do “Projecto Global”, a direcção da FUP e a criação da Estrutura Civil Armada e a participação em diversas reuniões e estruturas, nomeadamente o Conclave, no qual os protagonistas se apresentaram encapuçados. Assume, mas explicita a conjuntura que conduziu a essas actividades promotoras, fundadoras e directivas, lembrando os seus ideais revolucionários na perspectiva da transformação socialista da sociedade e os perigos por ele sentidos quanto à eventualidade de um golpe institucional da extrema direita organizada. Mas não assumiu – e até criticou – a violência armada e as práticas das FP-25. Esta organização, afirmou então Otelo, “era estranha à sua prática e às suas concepções de intervenção social”. (FRANCÊS, Romeu, *O Caso Otelo Um recurso perante o Tribunal Constitucional*, Edições Salamandra, Lisboa, 1989, p. 11).

A AMNISTIA

A 1 de Março de 1996, a Assembleia da República aprova uma amnistia para todos os presos da FP-25. A 6 de Março, Mário Soares, então Presidente da República, promulga a Lei 9/96, que amnistia as “infracções de motivação política cometidas entre 27 de Julho de 1976 e 21 de Junho de 1991”.

1977



Publicação do livro *Otelo: o povo é quem mais ordena*, - Lisboa Assírio & Alvim



Publicação do livro *Alvorada em Abril*, edição da Livraria Bertrand, com prefácio “Um Homem do nosso Destino”, de Eduardo Lourenço

1979

Passa compulsivamente à Reserva

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021



António Cotrim, Lusa

Marcelo Rebelo de Sousa recebido por Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, à chegada ao local do velório na Academia Militar

Com o advogado Romeu Francês, seu defensor no processo das FP-25, e o co-réu no mesmo pleito, José Mouta Liz, Otel Saraiva de Carvalho constituiu a empresa Roteliz - Prestação de Serviços, Importação e Exportação, S.A., através da qual passa a desenvolver profícua actividade comercial com Angola e Moçambique, nomeadamente, privilegiando o relacionamento com organismos estatais, para fornecimento de rações de combate destinadas a forças de segurança, e, não menos despiciendo, o fomento da cooperação e desenvolvimento de negócios

na área das pescas.

Finalmente, em 2003, concluiu-se o processo judiciário das FP-25.

Em 31 de Março de 2004, é extinto o partido Força de Unidade Popular (FUP) por decisão do Tribunal Constitucional.

Em 21 de Abril de 2009, Otel Saraiva de Carvalho foi promovido a coronel, com antiguidade a 19 de Maio de 1986, em razão da aplicação da lei de reactivação das carreiras dos militares que sofreram anomalias por motivos políticos.

A 28 de Dezembro de 2020, no Hospital Militar

de Lisboa, morre Maria Dina Afonso Alambre de Carvalho, esposa de Otel Saraiva de Carvalho com quem partilhou a vida durante 60 anos.

A 25 de Julho de 2021, Otel Saraiva de Carvalho, aos 84 anos, morre no Hospital Militar de Lisboa.

O velório decorreu na capela da Academia Militar, em Lisboa, onde desfilaram milhares de pessoas anónimas, “Capitães de Abril”, o general Ramalho Eanes e outras figuras públicas, com destaque para o Presidente da República, o presidente da Assembleia da República e o primeiro ministro e o ministros da Defesa e a ministra da Justiça.

Em cerimónia privada reservada à família e amigos mais próximos usaram da palavra o filho de Otel Saraiva de Carvalho, Sérgio Carvalho, Ramalho Eanes e Vasco Lourenço, em representação da A25A.

O funeral realizou-se, no dia 28 de Julho, para o cemitério de Alcabideche (Cascais) onde se procedeu à cremação.

A repercussão da morte de Otel Saraiva de Carvalho estendeu-se além-fronteiras, com honra de obituários nos mais importantes títulos de imprensa mundial: *The New York Times*, *The Washington Post*, *Financial Times*, *Le Monde*, *Der Spiegel*, *El País*, *Folha de São Paulo*.

Otel Saraiva de Carvalho deixou dois filhos, três netos, e um bisneto. A filha Maria Paula Alambre de Carvalho (1961-) casou com Stefano Salmi, de nacionalidade italiana, a 3 de Maio de 2008, sem descendência. O filho Sérgio Bruno Alambre de Carvalho (1965-) casou com Paula Eduarda S. B. Costa Carvalho e têm três filhos: Cláudia Sofia Costa Carvalho, (1990-), casada com Filipe Barradas; e Sara Sofia Boura Alambre Costa Carvalho, (1999-), casada com José Pedro Duarte Filho, pais de Guilherme Miguel Carvalho Duarte (2019-); e Bruno Miguel Boura Alambre Costa Carvalho (2019).

1980



Luís Vasconcelos, Lusa

Criação do partido Força de Unidade Popular (FUP). Otel Saraiva de Carvalho faz parte dos quadros da organização



Direitos Reservados

Volta a concorrer às eleições presidenciais, obtém 85 896 votos e fica em terceiro lugar

1983



Direitos Reservados

Condecorado com o grau de Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, Otel Saraiva de Carvalho faltou à cerimónia e nunca levantou as insígnias

Bibliografia

Alvorada em Abril será, porventura, o livro mais emblemático da bibliografia escrita por Otelos Saraiva de Carvalho, que, no seu todo, compreende cinco títulos:

1975 – *Cinco meses mudaram Portugal*, Portugália Editora, Lisboa.

1977 – *Otelo: o povo é quem mais ordena*, Assírio & Alvim, Lisboa.

1977 – *Alvorada em Abril*, Livraria Bertrand, com prefácio “Um Homem do nosso Destino” de Eduardo Lourenço, 1.ª 2.ª edições, Lisboa. Republicado em dois volumes, Publicações Alfa, Coleção Testemunhos Contemporâneos, Lisboa, 1991. Também editado pela Editorial Notícias, Lisboa

1987 – *Acusação e Defesa em Monsanto*, Inquérito, Lisboa.

2011 – *O dia inicial*, com a colaboração de Eduardo Dâmaso e Susana Bicho, com prefácio de Eduardo Lourenço, Objectiva, Carnaxide.

Porém, foram muitos os autores a escrever sobre o estratega do 25 de Abril. Entre esses, destacamos:

1977 – *Otelo*, António Tavares Teles, 18 de Janeiro, Lisboa.

1989 – *O Caso Otelo Um Recurso Perante o Tribunal Constitucional*, Romeu Francês, Edições Salamandra, Lisboa.

2012 – *Otelo, o Revolucionário*, Paulo Moura, D. Quixote, Alfragide.

Destacamos ainda

Operação Viragem Histórica: 25 de Abril de 1974, coordenação de Carlos de Almada Contreiras, prefácio de Otelos Saraiva de Carvalho, posfácio de Vasco Lourenço, Colibri e A25A, Lisboa, 2017.



Apresentação do livro *Operação Viragem Histórica: 25 de Abril de 1974*

António Cotrim, Lusa

MEMÓRIA TOPONÍMICA

Otelos Saraiva de Carvalho marcou a alma do povo. Por isso, o seu nome passou a ser fixado perpetuamente na memória da toponímia em variados pontos do País, nomeadamente:

Rua Otelos Saraiva de Carvalho, Évora;
Rua Major Otelos Saraiva de Carvalho, Serpa;
Rua Otelos Saraiva de Carvalho, Benavente (Freguesia de Samora Correia);
Rua Otelos Saraiva de Carvalho, Grândola;
Rua Otelos Saraiva de Carvalho, Palmela.

1984

Por portaria de 10 de Abril, é promovido a tenente-coronel, com efeitos a 21 de Novembro de 1980

Detido pela Polícia Judiciária sob a acusação de ser um dos fundadores das Forças Populares 25 de Abril

1985

Despacho de pronúncia enviada para julgamento arguidos do Processo das FP-25



Direitos Reservados

Início da audiência de discussão e julgamento do Processo das FP-25

1987

Otelos é condenado a 15 anos de prisão. A sentença viria a ser confirmada pelo Tribunal da Relação e agravada no Supremo Tribunal de Justiça para 17 anos

Recurso para o Tribunal Constitucional

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021



Portugal pensa a seu 'Capitão de Abril'



Portugal cai sete lugares no ranking da inovação e inverte trajetória de subida



Death of Otel Saraiva de Carvalho, father of the "carnation revolution" in Portugal



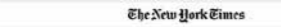
Otel Saraiva de Carvalho (1936-2021)



Morreu Otel Saraiva de Carvalho, militar e estrategista do 25 de Abril



Morreu Otel Saraiva de Carvalho, militar e estrategista do 25 de Abril



Otel Saraiva de Carvalho, 84, Dies; Key Figure in Portugal Revolt

He became a national hero in the 1974 "Carnation Revolution," which ousted a dictatorship. But he later landed in prison for links to a terrorist group.

Diário de Notícias

MAIS DE 20% DE ABSENTISMO AMEAÇA VESTUÁRIO E CALÇADO



JOSÉ SÓCRATES OPINA EM DEFESA DE RAMOS FILIPE VIERNA EM "OS JUSTIÇÁVOS" DE JAVIER SOLANA E ENRIQUE A. ALEJASIO "A TEMPESTADE PERFEITA DA AMÉRICA LATINA"



Saraiva de Carvalho, hero of Portugal's return to democracy, 1936-2021



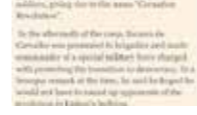
Saraiva de Carvalho, hero of Portugal's return to democracy, 1936-2021



Saraiva de Carvalho, hero of Portugal's return to democracy, 1936-2021



Saraiva de Carvalho, hero of Portugal's return to democracy, 1936-2021



Saraiva de Carvalho, hero of Portugal's return to democracy, 1936-2021



Covid faz cair mortes por gripe para zero



Covid faz cair mortes por gripe para zero



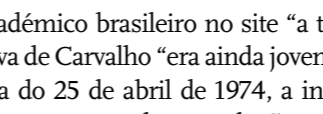
Covid faz cair mortes por gripe para zero



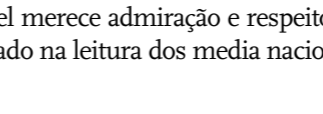
Covid faz cair mortes por gripe para zero



Covid faz cair mortes por gripe para zero



Covid faz cair mortes por gripe para zero



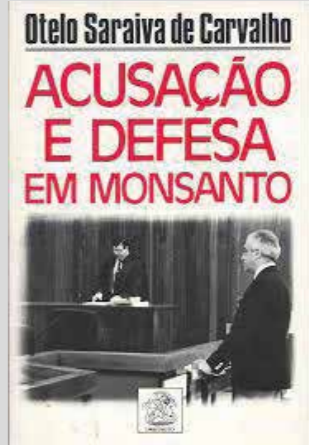
Covid faz cair mortes por gripe para zero

ECOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A MORTE DE OTELO Saraiva de Carvalho foi notícia em praticamente todo o Mundo. Dos principais jornais do globo à imprensa regional, designadamente na vizinha Espanha, todos assinalaram o fim de vida de um dos mais carismáticos Capitães de Abril.

Há quem só seja homenageado depois de morto, mas, como escreve o professor jubilado do Instituto Federal de São Paulo, Valério Arcary, "há pessoas que são sujeitos de feitos tão extraordinários que entram para a história ainda em vida".

Como recorda o académico brasileiro no site "a terra é redonda", Otel Saraiva de Carvalho "era ainda jovem quando assumiu a liderança do 25 de abril de 1974, a insurreição militar que derrubou o governo de Marcelo Caetano e a ditadura salazarista, a forma portuguesa do regime fascista. A valentia de seu papel merece admiração e respeito." Como fica, aliás, comprovado na leitura dos media nacionais e internacionais.



Publica o Livro *Acusação e Defesa em Monsanto – Lisboa: Inquérito*

1989 Tribunal Constitucional manda o Tribunal da Relação reapreciar a prova, impedindo que o processo transitasse em julgado e, em consequência, Otel é libertado por excesso de prisão preventiva



Publicação do livro *O Caso Otel Um Recurso Perante o Tribunal Constitucional*, Romeu Francês, Edições Salamandra, Lisboa



António Cotrim, Lusa

“O confronto verificou-se, mas a forte, a enorme amizade que nos unia foi maior, manteve-se até ao fim!”

“ESTES HOMENS TAMBÉM CHORAM”

Contigo, parte o teu coração, de tamanho tal, que te levava a não olhar para alguém como inimigo, te levava a dar uma enorme importância ao valor da vida

VASCO LOURENÇO*

FALAR DE OTELO NÃO ME É FÁCIL. Com ele vivi dos momentos mais importantes da minha vida. Isto, porque se a nossa cumplicidade foi enorme, na maioria desses momentos, houve também outros em que as circunstâncias da vida nos separaram e colocaram em lugares opostos na barreira que separava o que cada um de nós considerava estar certo, resultante da maneira como cada um de nós analisava o maior empreendimento das nossas vidas, a extraordinária epopeia colectiva em que nos lançáramos, de construção de uma sociedade em Portugal mais livre, mais igual, mais justa, mais fraterna e em paz. Na maneira como cada um de nós encarava os compromissos que assumíramos, perante Portugal e o Mundo, ao realizarmos o 25 de Abril de 1974. Esses momentos de profunda discordância levar-nos-iam a não conseguir evitar as lágrimas, quando numa intensa discussão a dois – apenas presenciada pelo comum amigo e Capitão de Abril, António Marques Júnior, que haveria de lembrar esses momentos, com um texto a que pôs o título “Estes Homens também choram” – percebemos que era inevitável um próximo confronto, na defesa intransigente que cada um de nós fazia dos seus ideais.

O confronto verificou-se, mas a forte, a enorme amizade que nos unia foi maior, manteve-se até ao fim!

Muitas outras vezes viríamos a discordar. Nomeadamente quando o Otel se deixou arrastar para situações extremas

1992

Passa à Reserva (por limite de idade)

1996

Assembleia da República aprova uma amnistia para todos os presos das FP-25. A 6 de Março, Mário Soares, então Presidente da República, promulga a lei 9/96, que amnistia as “infracções de motivação política cometidas entre 27 de Julho de 1976 e 21 de Junho de 1991”

1998

Passa à Reforma

2003

Fim do processo judiciário das FP-25

2004

Tribunal Constitucional extingue o partido Força de Unidade Popular (FUP)



Publicação do livro *Fita do Tempo de Revolução: A Noite que Mudou Portugal*, Organização de Boaventura Sousa Santos, Porto, CD25A e Edições Afrontamento

– contrárias e até opostas à sua idiossincrasia, ao seu carácter, aos seus sentimentos humanos – que, como então lhe disse pessoalmente, “estavam a conspurcar o 25 de Abril”.

O facto é que, como eu lhe salientei um dia, embora “incapaz de matar uma mosca”, ficou ligado a uma imagem fortemente distorcida, muito contrária às suas qualidades humanas. Falo da resultante da deturpação das suas declarações sobre “os fascistas no Campo Pequeno”, falo dos crimes praticados pelas FP-25 de Abril (talvez a utilização do “sagrado nome 25 de Abril” tenha sido a maior ofensa por ele prestada aos seus camaradas de Abril...).

Imagem que se instalou e perdura, apesar dos esclarecimentos prestados, no que se refere às declarações, e de nunca ter sido provada a responsabilidade directa de Otelos na prática de um qualquer desses crimes...

Por mim, porque a nossa amizade venceu, prevalecendo até à sua morte, continuo a querer lembrar o Otelos que conheci na guerra colonial, na Guiné, o Otelos a quem ouvi - no início de Novembro de 1973, em pleno regresso de uma importante reunião clandestina – dizer-me: “Esse também é o meu maior sonho”. Palavras estas em resposta ao que lhe havia dito: “Isto só lá vai com um golpe de Estado!; Temos de ser nós a derrubar a ditadura, a abrir as portas à liberdade, a fazer a paz, a implantar a democracia!”.

O Otelos com quem compartilhei, juntamente com o Vítor Alves, a Direcção do Movimento dos Capitães, que nos levaria ao 25 de Abril de 1974! O Otelos com quem, apesar das divergências, compartilhei a construção de um Estado

JÁ ESTAMOS, COM MUITA HONRA E ALGUM ORGULHO, NA HISTÓRIA DE PORTUGAL

livre e democrático em Portugal! Nesta pequena homenagem que lhe fazemos, transcrevo, em seguida, a intervenção que proferi no seu velório na igreja da Academia Militar (onde ele era professor, no 25 de Abril de 1974).

AMIGO E CAMARADA OTELO

Chegou a tua vez de partires. Vais ao encontro de outros amigos e camaradas que te precederam, como o Vítor Alves, o Ernesto Melo Antunes, o Fernando Salgueiro Maia, o António Marques Júnior, o Vítor Crespo, o Fisher Lopes Pires, o Carlos Fabião, o Luís Macedo, o Diamantino Gertrudes da Silva, o Augusto Monteiro Valente, o Carlos Camilo, o Alcides Sacramento Marques, o José Luís Villalobos Filipe, o Mário Brandão Rodrigues dos Santos, o Rolando Tomás Ferreira, o Costa Martins, o Diniz de Almeida, o Vasco Gonçalves, o Rosa Coutinho, o Francisco Costa Gomes.

Para além de tantos outros que já partiram também. Peço-te que a todos leves um grande abraço de Abril e que, todos juntos nos preparem a recepção, quando a nossa vez chegar.

Ainda somos alguns, tentando manter viva a luta pelos ideais que nos lançaram na mais extraordinária epopeia que só em sonhos podíamos imaginar.



Manuel Moura, Lusa

O Vítor Alves já partiu há muito. Hoje, partes tu e deixas-me só a representar a Direcção do Movimento dos Capitães!

Conseguimo-lo, como colectivo, onde, como afirmava Vítor Alves, o teu “grau de loucura teve importância fundamental”.

Por isso - quer os teus, os nossos, detractores queiram ou não - já estamos, com muita honra e algum orgulho, na História de Portugal! Não num pequeno rodapé, mas sim num lugar cimeiro, como o nosso 25 de Abril plenamente justifica.

Hoje, esses ideais correm perigo.

Por nós, continuamos na luta, confiantes em que Abril perdure por muitos e muitos anos.

Partiste!

Enquanto aqui estiveste, cometeste erros?

Quem os não comete?

Apenas os que nada fazem, os que preferem meter-se “debaixo das secretárias”, em vez de meterem as mãos no lume, mesmo quando os fogos foram ateados por eles próprios.

O Vítor Alves já partiu há muito. Hoje, partes tu e deixas-

2009

Otelos é promovido a coronel, com antiguidade a 19 de Maio de 1986

2011



Publicação do livro *O dia inicial*, com a colaboração de Eduardo Dâmaso e Susana Bicho, prefácio de Eduardo Lourenço, Objectiva, Carnaxide

2012



Publicação do livro *Otelos O Revolucionário*, de Paulo Moura, Alfragide, D. Quixote

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021



Partes e levas contigo a tua total entrega aos ideais em que acreditaste, sempre com um enorme desprendimento

Direitos Reservados

-me só a representar a Direcção do Movimento dos Capitães!

Como sós deixas o Amadeu Garcia dos Santos e o José Eduardo Sanches Osório, teus companheiros na equipa que lideraste no Posto de Comando do MFA!

A tarefa que nos deixas é enorme, as forças são já poucas, na permanente tentativa de convencer as novas gerações de que a liberdade não é eterna. De que, como valor essencial para se atingir a felicidade, ela só é alcançável com muita coragem!

Coragem que tu, como os demais Capitães de Abril, tiveram na epopeia que já referi.

Partes e vais fazer-nos falta. Tudo faremos, para defender os nossos valores de Abril.

Partes e levas contigo a tua total entrega aos ideais em que acreditaste, sempre com um enorme desprendimento.

Serviste, não te serviste!

Contigo, parte o teu coração, de tamanho tal que te levava a não olhar para alguém como inimigo, te levava a dar uma enorme importância ao valor da vida, te levava a ter um enorme horror à violência e à guerra!

Levas também contigo o tal “grau de loucura” saudável que, aliada a uma enorme credulidade, até ingenuidade, reforçada pela abertura a

más influências, te colocou em situações que tu próprio te recusavas a reconhecer.

Lutaste, tiveste sucessos e insucessos, cometeste alguns erros, mas o positivo que conseguistes, até porque actuaste sempre com enorme honestidade, a tudo se sobrepõe.

Os teus filhos, os teus netos, o bisneto, e todas as futuras gerações podem orgulhar-se de ti!

Hoje, quando vais ao encontro do maior amor da tua vida, a Dina, que te antecedeu há poucos meses, quero dar-te um enorme abraço, muito amigo e de Abril.

Até sempre, caro Otel!

*Presidente da Associação 25 de Abril

2017



Publicação do livro - *Operação Viragem Histórica: 25 de Abril de 1974* / Coordenação de Carlos de Almada Contreiras, Prefácio de Otel Saraiva de Carvalho, Posfácio de Vasco Lourenço, Lisboa, Colibri -A25A

2020



Morre, em Lisboa, Maria Dina Afonso Alambre de Carvalho

2021

Otel Saraiva de Carvalho morre, aos 84 anos, no Hospital Militar, em Lisboa

Direitos Reservados

MÁGOA E SURPRESA



Direitos Reservados

Ramalho Eanes e Otelo Saraiva de Carvalho unidos pela amizade

A ele, a pátria deve a liberdade e a democracia. E esta é dívida que nada, nem ninguém, tem o direito de recusar

ANTÓNIO RAMALHO EANES

A NOTÍCIA DA MORTE de Otelo Saraiva de Carvalho magoou-me e surpreendeu-me. Magoou-me, por se tratar de mais um amigo que parte. Surpreendeu-me, porque estive, recentemente, com o Otelo, no funeral da sua mulher, e achei-o, naturalmente, abatido, mas, aparentemente, com vigor e saúde.

Conheci o Otelo na Guiné, onde o substituí na Direcção da Secção de Radiodifusão e Imprensa do Comando-Chefe. Tornámo-nos amigos. Foi, aliás, essa amizade que me levou a testemunhar em seu favor no julgamento a que foi submetido, apesar de muitos reparos e apelos para que o não fizesse.

O Otelo era um homem bom, generoso, embora, por vezes, pouco prudente, pouco realista – contraditório, mesmo. Adorava representar, até na vida real, esquecendo que a representação exige um espaço delimitado, em que tudo o que aí é normal não o é na vida real.

Para mim, e apesar de todas as contradições, o Otelo tem direito a um lugar de proeminência histórica. E tem esse direito, apesar da autoria de desvios políticos perversos, de nefastas consequências, porque foi ele quem liderou a preparação operacional do 25 de Abril, a mobi-

OTELO TEM DIREITO A UM LUGAR DE PROEMINÊNCIA HISTÓRICA

lização dos jovens capitães, o comando da operação militar bem-sucedida.

E penso assim, porque entendo que um Homem é uma unidade e continuidade, uma totalidade complexa, e que só é bem julgado quando considerando, historicamente, esse quadro e o seu contexto. Mas há homens que, num momento histórico especial, se ultrapassam, ganhando dimensão nacional, indiscutível, porque souberam perceber e explorar uma oportunidade histórica única e sentir os anseios mais profundos do seu povo.

Otelo é uma dessas personalidades. A ele, a pátria deve a liberdade e a democracia. E esta é dívida que nada, nem ninguém, tem o direito de recusar.

Lisboa, 26 de Julho de 2021



Otelo Saraiva de Carvalho, José Sanches Osório, Amadeu Garcia dos Santos e Vítor Crespo (1932-2014) voltaram ao Regimento de Engenharia n.º 1 para se reunirem na sala do Posto de Comando da Pontinha, onde recriaram o ambiente e desfiaram memórias da madrugada libertadora

André Koster, Luisa

UM EXTROVERTIDO

Otelo elaborou a ordem das operações e pediu-me para preparar o respectivo anexo de transmissões

AMADEU GARCIA DOS SANTOS

FOI-ME SOLICITADO QUE fizesse um pequeno relato, por escrito, da personalidade do Otelo Saraiva de Carvalho. Creio que isso terá resultado do conhecimento da “parceria” que existe entre os autores dos documentos que serviram como plano das operações do 25 de Abril de 1974. O Otelo elaborou a “Ordem das Operações” e pediu-me para preparar o respectivo “Anexo de Transmissões”. Esta “junção”, de certo modo, mostrou que existe entre nós um conhecimento pessoal que, não só concretiza, como também consolida o conhecimento técnico-militar. É, pois, nesta base, que me é permitido ter aceitado fazer o pequeno relato da personalidade do Otelo. E começo por dizer que temos apenas um ano de diferença nas nossas idades e que frequentámos a antiga Escola do Exército nos dois primeiros anos dos nossos respectivos cursos (artilharia e engenharia) e “juntámos os trapinhos” (permita-se-me a liberdade de linguagem) na criação e na primeira fase do “Movimento dos Capitães”, em 1973.

Tudo isto permite-me ter um razoável conhe-

cimento da personalidade do Otelo Saraiva de Carvalho. Ele era, em primeiro lugar, um extrovertido, um ser humano que, onde estava tinha de mostrar a sua presença. Todos tinham, com a sua vontade, de o ver, ouvir e reconhecer. Era um modo de ser que condizia sobretudo com a sua vontade de ter sido, na sua vida, um actor. Não sei, porque desconheço, o que foi a sua juventude, mas, na maioridade, muitas das suas atitudes e dos seus comportamentos eram por vezes melindrosos para a sua profissão militar. Contudo, o seu feitio, aberto, participativo e muitíssimo simpático, levava a que esses melindres fossem ultrapassados ou, no mínimo, desculpados.

Entre nós os dois existiu uma ocorrência de importância nacional que foi a preparação e o arranque das operações que marcaram o 25 de Abril. O Otelo elaborou a “Ordem de Operações”, de que me entregou uma cópia sobre a qual eu tracei o necessário “Anexo de Transmissões” e montei as ligações entre todas as Unidades do norte até ao sul de Portugal e a respectiva “Segurança”.



Otelo mudou Portugal

Direitos Reservados

CUMPRIMOS A MISSÃO



Direitos Reservados

Os militares Vasco Lourenço, Vitor Alves, Otel Saraiva de Carvalho e Sanches Osório participam numa parada popular comemorativa do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade em Lisboa

Sabia que, se tudo viesse a falhar, o meu futuro seria trágico e nele englobaria a minha família. Tudo estaria em risco

JOSÉ EDUARDO FERNANDES DE SANCHES OSÓRIO*

QUANDO, EM 24 DE ABRIL DE 1974, entrei no quartel do Regimento de Engenharia n.º1 com o programa do movimento transpus o portão para o resto da minha vida! Utilizo o lugar-comum propositadamente. Sabia que, se tudo viesse a falhar, o meu futuro seria trágico e nele englobaria a minha família. Tudo estaria em risco. Comigo estavam o Otel Saraiva de Carvalho, o Amadeu Garcia dos Santos, o Victor Crespo, o Nuno Fischer Lopes Pires, o Luís Ferreira de Macedo e o Hugo dos Santos.

Estamos vivos o Amadeu Garcia dos Santos e eu passados estes quarenta e sete anos de profunda e radical mudança em Portugal. Apetece-me escrever sobre os momentos conspirativos de 1972 e 1973 em que tudo foi gerado e pensado. Não vou escrever o que já por demais está escrito... mas apenas concluo que, para dar abrigo a todos os que depois de 25 de Abril declararam lá ter estado, seria preciso fazer uma ampliação do posto de comando para lá todos caberem.

Seja como for, sob o comando de Otel Saraiva de Carvalho cumprimos a missão que nos tinha levado ao posto de comando.

Fui portador do Programa do Movimento dos Capitães. Importa explicar o porquê do programa: tínhamos o conhecimento do que acontecera aos militares do 28 de Maio de 1926: fo-

ram todos colocados num gueto de onde não conseguiram sair. Era, portanto, imprescindível que houvesse um compromisso político que a todos obrigasse.

Convém lembrar que o comandante Crespo, em nosso nome, afirmou ao general Spínola que o comando da Revolução era nosso e que era preciso selar o programa antes de a manobra militar ser dada como concluída.

Tenho o sentimento, para não dizer a certeza, do incómodo que isto causou aos dois generais e aos futuros “chefes” políticos. Lembro que a primeira reacção de Spínola foi: “Ó Bruno, toma nota dos nomes destes heróicos oficiais para serem promovidos!” Foi esta ordem que originou a afirmação do comandante Victor Crespo.

Em 2021 estamos no zénite de uma longa manobra destinada a imputar todos os êxitos do processo democrático à sageza dos políticos que foram guiando os destinos de Portugal e os fracassos da responsabilidade dos ingénios militares que apenas sabiam de política o que os oficiais milicianos (com grande paciência!) lhes haviam ensinado nas longas noites de Africa.

Ora o que constatei em 1974 e nos anos seguintes é que apenas o Partido Comunista Português estava organizado e disposto a tomar as



Direitos Reservados

Fiquei triste, rezei pela sua alma...

rédeas de um País ansioso por assumir os seus direitos sonogados por uma ditadura que fora incapaz de encontrar uma solução política para a guerra colonial que durava há treze anos e cujo desfecho não se vislumbrava.

PREFIRO LEMBRÁ-LO PELA CORAGEM DEMONSTRADA NO POSTO DE COMANDO

Da impreparação organizacional dos políticos derivou a necessidade de procurarem apoios nos militares, ao mesmo tempo que se dirigiam, com grande apetite, aos sectores ideológicos próximos nas comunidades económicas europeias para obtenção de financiamentos. Ora, o drama representado por Otel Saraiva de Carvalho tem nesta busca obsessiva o seu início.

Lembro nesta altura que, após a formação do I Governo Provisório, fui nomeado director-geral da Informação, porque o indigitado ministro da Comunicação Social (Raúl Rego) não tomaria posse, se um militar não fosse nomeado director-geral do seu Ministério!

Era este o ambiente geral.

Já vai longa a introdução.

Quando me deram a notícia da morte do meu camarada Otel, fiquei triste, rezei pela sua alma e lembrei-me dos tempos da conquista da Liberdade e da euforia que então vivemos.

Percorremos caminhos radicalmente distintos e conflitantes.

Prefiro lembrá-lo pela coragem demonstrada no posto de comando.

O sistema judicial classificou as nefastas etapas posteriores!

*Coronel de Engenharia reformado



Direitos Reservados

Otel, no meio, com Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho

LEMBRAS-TE?

Já na altura eras de um tratamento fácil, pois eras afável, comunicativo e alegre. Era difícil não se gostar de ti

FRANCISCO BARÃO DA CUNHA

CONHECEMO-NOS EM 1956, na antiga Escola do Exército (já lá vão 65anos!), tu no 1.º ano de Artilharia e eu já um senhor aluno. Lembras-te?

Já na altura eras de um tratamento fácil, pois eras afável, comunicativo e alegre. Era difícil não se gostar de ti. E essas tuas características acompanharam-te ao longo dos anos.

Cada um seguiu o seu caminho, mas, depois do 11 de Março 1975, voltámos a encontrar-nos. Tu, no Copcon, e eu, que entretanto seguira uma carreira civil na área da Informática, mas pronto a prescindir dela e dar o meu modesto contributo ao processo revolucionário na sequência do 25 de Abril. Lembras-te?

Deste encontro, resultou a minha reintegração no activo e a organização do teu Gabinete de Imprensa, uma lacuna na estrutura do Copcon. Reforçado com um jornalista da LUSA, oficial miliciano na altura, este gabinete emitia comunicados, contactava a comunicação social e preparava as tuas entrevistas. Lembras-te?

Na altura, o Copcon, liderado por ti, estava ao serviço das classes trabalhadoras e muito atento à resolução de conflitos laborais e aos problemas dos mais desfavorecidos. Tu recebias toda a gente, das Comissões de Trabalhadores e de Moradores a outras pessoas a título individual. Estavas sempre pronto a ajudar a resolver ou a encaminhar os problemas que te apresentavam. Lembras-te?

Por vezes substituías-te ao Governo, sempre que o mesmo se mostrasse incapaz de dar soluções a casos concretos. O Copcon era um farol a quem todos recorriam. A propósito do Governo, na altura, nunca aceitaste honrarias nem convites para integrá-lo, o que aconteceu quando do teu regresso de Cuba. Recordo-me de uma reunião, no Copcon, do Jorge Sampaio contigo. Ele também tinha sido convidado, mas quando lhe disseste que recusaras, ele também o fez. Lembras-te?

Uns tempos depois, já em Novembro, perante

o conflito dos Páras com o respectivo CEMFA, reuniste-te com eles e prometeste apoiá-los, indo solicitar ao Costa Gomes que os tirasse da alçada da Força Aérea e os pusesse dependentes do Copcon. Essa proposta foi feita numa importante reunião em Belém, ocorrida em 21 Novembro, mas o Presidente da República não anuiu, alegando que a mesma teria de ser discutida em reunião do Conselho da Revolução. Foi uma grande frustração. Lembras-te?

Entretanto, e para pressionar a solução deste diferendo, os Páras ocuparam pacificamente as Bases Aéreas. A coordenação e as ordens de ocupação foram, de facto, dadas dentro das instalações do Copcon, mas que eu me tivesse apercebido, a ordem não foi dada por ti. Apenas tiveste conhecimento do facto consumado. Lembras-te?

GUIAS DE MARCHA

Extinto o Copcon, em 26 Novembro, os teus colaboradores receberam ordem para se apresentarem nos respectivos Estados-Maiores, seguindo alguns (curiosamente, os tecnocratas, que também os havia), nesse mesmo dia, com a respectiva guia de marcha. Os mais empenhados, porém, foram obrigados a voltar ao Copcon, em 27 Novembro, pois as guias de marcha ainda não estavam prontas. Estava montada a armadilha, na qual caímos todos que nem uns patinhos.

Como tínhamos que lá ir na manhã de 27, combinámos um almoço de despedida, como é normal em unidades militares. Almoço este de que foi dado conhecimento à presidência da



Direitos Reservados

O abraço que te dei foi transformado numa abjecta acusação

República e ao Estado-Maior do Exército. Tudo de acordo com as regras militares e nada clandestino. Lembras-te?

Nesse encontro, aproveitaste a ocasião para ouvires a nossa opinião quanto ao teu futuro, pois tinham-te feito alguns convites para uma prateleira dourada. A nossa opinião, unânime se bem me lembro, é que não devias aceitar honrarias e voltar ao teu posto de major. Lembras-te?

Mas os vencedores do 25 Novembro (não todos, faça-se justiça) já tinham decidido que os teus colaboradores mais activos e conscientes deveriam ser afastados de ti. Para isso, e em colaboração com alguns oficiais do Forte do

Alto Duque, o comandante incluído, montaram uma “inventona”, com o pretexto de que estaríamos a pressionar-te a combater com o apoio de algumas unidades. O abraço que te dei no final da reunião foi transformado numa abjecta acusação de que te estava a abanar pelas bandas do casaco e a tratar-te por meu general, quando sempre nos tratámos por tu. Lembras-te?

Voltámos a reencontrar-nos aquando da tua candidatura, em 1976, à presidência da República. Convidaste-me para fazer parte do teu gabinete pessoal, e aceitei de imediato. Foi uma honra e um privilégio!

Um grande abraço e até sempre!

UMA SINGELA HOMENAGEM

Otelo contribuiu decisivamente para a eliminação de uma ditadura que amordaçou e atrofiou Portugal durante quase meio século

FRANCO CHARAIS*

OTELO DEIXOU-NOS, mas o seu nome ficou gravado na História de Portugal. Não só pelo derrube da ditadura, em 25 de Abril de 1974, mas, também, pela sua contribuição para a democratização do povo português, um povo amordaçado, vigiado, proibido de lutar e de optar por outras políticas que o tornassem mais digno e mais feliz. No comando operacional do Copcon, no Conselho dos 20 e no Conselho da Revolução, através da aprovação de legislação destinada a revolucionar a nossa sociedade, as mentalidades patronal e dos trabalhadores, dos sectores público e privado, possibilitou a formação de verdadeiros democratas que, até aos dias de hoje, têm consistentemente defendido o sistema político proposto ao País pelos militares no seu Programa do Movimento das Forças Armadas (PMFA).

Não foi uma missão fácil. Otelo teve que desempenhá-la num ambiente político-social

extraordinariamente complexo, e enfrentar as forças apoiantes do anterior regime que recorreram a todos os meios para denegrir e impedir o cumprimento da sua missão. Num ambiente caracterizado pelo descrédito de todas as estruturas de um Estado (governos central e autárquicos, forças de segurança, aparelho judiciário, sistemas de informação), pela necessidade de devolver à população, em especial à mais desfavorecida, os seus direitos mais básicos como educação, saúde, um salário justo, uma habitação condigna, a sua liberdade de expressão, o Copcon teve de tomar decisões em detrimento dos interesses das classes mais favorecidas. Estas, em vez de apoiarem a revolução iniciada em 25 de Abril, optaram por sabotar a economia do país, extraditando divisas, despedindo trabalhadores em muitas actividades económicas, paralisando fábricas, incendiando searas. Com uma Constituição em elaboração, sem



Luis Vasconcelos, Lusa

Otelo Saraiva de Carvalho quando saía da Casa de Reclusão de Tomar, a 18 de Maio de 1989, onde esteve detido durante cinco anos

leis adequadas, sem tribunais, o Copcon teve, por vezes, de prender, encarcerar, a esmagadora das vezes para protecção dos indivíduos, para os subtrair à justiça popular, aos quais não foram deduzidas acusações e libertados logo que as condições o permitiram. Otelo, generosamente, assumiu as consequências dos seus actos e congregou nele o amor das classes mais desfavorecidas e o ódio de algumas das mais favorecidas. Não só da sociedade civil mas também das chefias militares que ele próprio ajudou a promover.

AS ACUSAÇÕES

Incompreensivelmente, depois de totalmente cumprido o Programa do MFA, a chefia do Exército decidiu (por iniciativa própria ou por pressões externas, nomeadamente da NATO) julgar o procedimento de alguns militares, formalizando-lhes uma acusação que era submetida à apreciação do Conselho Superior de Disciplina e cujo parecer suportaria uma decisão de expulsão ou de passagem à reserva do militar. O assunto foi claramente exposto pelo ex-membro do Conselho da Revolução, general Costa Neves,

na revista *O Referencial* (n.º 140 Jan/Mar 2021). Extraíndo algumas passagens do seu próprio livro *Alvorada em Abril*, a acusação que foi feita a Otelu sustentava que o autor, relatando factos indignos e vergonhosos, que, a serem verdadeiros, deveriam ter sido objecto de averiguações e tratamento através das vias hierárquicas e não de difusão pública, atacava as bases fundamentais das Forças Armadas e das instituições militares. E Otelu pediu para incluir na sua defesa o meu depoimento sobre as acusações que lhe eram feitas. Do depoimento que então prestei vou extrair algumas passagens:

“Identifiquei no teu livro situações similares por mim próprio vividas... e que me levaram a entrar no vosso movimento dos capitães. Tu e eu fomos formados na Academia Militar, onde nos incutiram princípios de honra, disciplina, ética, camaradagem, Nação, Pátria. Na nossa vida profissional, quantas vezes vimos atropelados, por superiores e camaradas, aqueles princípios. Vimo-los bajulando-se perante os superiores e nas suas costas nomearem os seus vícios, os seus defeitos. Ouvimos e assistimos à luta pelo louvor, pela promoção, pela condecoração... Na guerra contactámos com a miséria, a discriminação racial, a doença, o analfabetismo, em suma, com a verdadeira injustiça social. Aprendemos a conhecer melhor o nosso povo e vimos o contraste entre riqueza e pobreza, cultura e analfabetismo, exploradores e explorados. Palmilhámos as colónias e constatámos que o povo nada lucrava com a vastidão e riqueza dos seus territórios. Uma pequena percentagem enchia os bolsos e a grande maioria ou vegetava no solo da Mãe Pátria, ou revoltava-se emigrando para a

Europa ou Américas... E revoltámo-nos sonhando com umas Forças Armadas mais dignas em que os princípios de ética, justiça, camaradagem, chefia, não fossem palavras vãs, com uma sociedade mais próspera e justa, tão justa e livre que conferisse aos povos das nossas colónias a possibilidade de, também em liberdade, construir o seu próprio futuro. E se, quando nos revoltámos, recebemos o imediato apoio de todo o povo português e, mesmo, de todos os povos do mundo, era porque as Forças Armadas de antes de 25 de Abril de 1974 e muitos dos seus militares não eram prestigiados e, por acção ou omissão, ofendiam os princípios mais sagrados do povo português... sou de opinião que não atacas as bases fundamentais das Forças Armadas, pois estas são inatacáveis e indestrutíveis em tudo aquilo que tem de correcto e justo. Elas foram e continuarão a ser repositório dos feitos heróicos do povo português e dos factos mais notáveis da sua História. Apenas denúncias, no teu livro, alguns factos indignos e vergonhosos e que devem servir de reflexão e de lição para os nossos camaradas, principalmente das gerações que nos irão substituir... julgo que prestaste com o teu livro um bom serviço às Forças Armadas... quer os nossos camaradas que te acusam o queiram, quer não, tu já fazes parte da nossa História. Eles serão por ela ignorados... os crimes de que gostariam de te acusar não são a mão cheia de infracções ao regulamento de disciplina militar, mas os de:

- Insubordinação, por teres tido o desprazo de, com os teus jovens camaradas, teres posto em questão toda uma hierarquia que, conscientemente ou não, servia uma oligarquia económica que exercia uma ditadura sobre o povo português;

- Traição, por teres permitido que os povos colonizados seguissem livremente os seus próprios destinos e não teres entregado os territórios aos brancos ali residentes para que, em Angola e Moçambique, fossem criadas pela força novas Rodésias;

- Traição, por teres afrontado a classe exploradora e, abertamente, teres-te colocado ao lado dos explorados...

Não foi este Exército com que sonhei ao colaborar no 25 de Abril. Poderia dar-te inúmeros exemplos de injustiças, abusos de poder, prepotências que estão a ser feitas. Tenho procurado denunciá-las, mas não me ouvem. Ou, se me ouvem, nada fazem para eliminá-las. Espero que os oficiais generais que compõem o Conselho Superior de Disciplina rejeitem as acusações que te são feitas. Eles viveram uma longa vida militar e também sabem o que são as injustiças, os abusos do poder, as prepotências, as protecções, a subserviência, numa palavra, conheceram casos como os que descreveste no teu livro. Se o lerem, verão que em ti não houve animus injuriandi. Não se deixarão influenciar nem pelo carisma do chefe, nem pelo ambiente político que vivemos e, estou certo, estarão determinados a cumprir a sua missão de forma isenta e justa. Não se deixarão influenciar pela carga política que transportas e saberão concordar que uma das grandes conquistas da Revolução foi a conquista da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão. E esta, ao contrário do que muitos militares ainda pensam - ou temem - em muito contribuirá para o saneamento, no que de correcto contém esta palavra, da instituição por que lutamos e continuaremos a lutar, o Exército.”

NÃO SÓ LHE PRESTEI O MEU DEPOIMENTO COMO FUI SUA TESTEMUNHA DE DEFESA

INSCRITO NA HISTÓRIA

Evidentemente que não só lhe prestei o meu depoimento como fui sua testemunha de defesa perante os generais do Conselho Superior de Disciplina do Exército.

Não sei até que ponto os ataques de que foi alvo contribuíram para o comportamento posterior de Otelu. O que tenho como certo é que, ao contrário do apagado destino da maioria dos generais e das opiniões de muitos comentadores que não viveram a Revolução dos Cravos, meio século depois, o seu nome continua inscrito na História de Portugal. Ligado ao dia 25 de Abril de 1974, dia em que, no comando de milhares de jovens oficiais sargentos e praças e suscitando o esmagador apoio da maioria da população portuguesa, Otelu contribuiu decisivamente para a eliminação de uma ditadura que amordaçou e atrofiou Portugal durante quase meio século.

Portimão, Setembro 2021

*Tenente-general



Um dia mais tarde, quando te preparavas para ser candidato presidencial às eleições de 1976, afirmaste que o processo de democratização estava ameaçado

CARTA AO MAESTRO

Otel Saraiva de Carvalho, ou “Óscar”, se assim preferires, foi graças a esse teu ímpar e grandioso feito que conquistaste, por direito próprio e para sempre, um lugar na galeria dos mais notáveis nomes da História de Portugal

JOSÉ MANUEL COSTA NEVES

MEU AMIGO, CAMARADA e companheiro de Abril!

Soube que partiste tranquilamente e igual ao que sempre foste: um homem livre e autêntico, corajoso agitador de consciências e laborioso artífice de sonhos, esperanças e utopias.

Ouvi a notícia nas televisões pela voz dos habituais locutores e comentadores de serviço, que discorriam, com o habitual ar de quem tudo sabe, sobre a tua vida pessoal claramente aprendidos mal e à pressa, omitindo ou desvalorizando, como convinha ao negócio das audiências e da política rastei-

ra, o facto de teres sido, acima de tudo, o maestro e símbolo maior da Viragem Histórica que, numa leda alvorada de Abril, iluminou Portugal inteiro com a luz radiosa da fraterna liberdade e devolveu ao povo a dignidade e a cidadania há longos anos perdidas.

Saí de casa e vi nas ruas da grande cidade uns raros cravos vermelhos que assinalavam, aqui e além, o luto e a tristeza, em flagrante contraste com a indiferença generalizada do povo, que mal se apercebera, na sua dura e interminável luta pela sobrevivência, que a tua morte deixara a liberdade mais frágil e com menor fulgor e transcendência. Não era de estranhar, já que, naturalmente, tempo para reflectir era um luxo a que não se podia dar.

No meio da confusão discursiva que se gerou nos *media* à volta do assunto, em que o acessório camuflava propositadamente o essencial e se faziam comparações com situações incomparáveis, sublinhava-se repetidamente que o Governo optara por não declarar o luto nacional pelo teu passamento. Foi então que me veio à memória um desabafo de Albert Einstein proferido algumas décadas atrás: *Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito!* Infelizmente, as mentalidades, de então para cá, pouco ou nada mudaram, continuando a *Realpolitik* a ser uma excelente desculpa para os grandes decisores justificarem o que não tem justificação.

Os falsos moralistas, que têm por hábito pregar a moral que não praticam, jamais te perdoarão a independência e a coragem invulgares que demonstraste ao amar a vida à tua maneira, de

Manuel Moura, Lusa

forma diferente e pouco habitual, sem, contudo, perderes a coerência, a responsabilidade e o respeito por ti próprio e pelos que, na coincidência ou na dissidência, contigo se relacionavam. Mas, acima de tudo, o que essa gente invejosa e vingativa jamais te perdoará é o facto de teres permanecido firme e constante do lado dos pobres e injustiçados do teu país, vítimas recorrentes da exploração indecorosa dos poderosos sobre os mais fracos e desprotegidos. Não tenho dúvidas de que o futuro reconhecerá, mais cedo ou mais tarde, que estavas certo, quando decidiste fazer da felicidade dos outros os alicerces da tua própria felicidade, assumindo o papel de dedicado oleiro do povo minguido que amassou o barro das suas obras com as próprias mãos, impregnando-o sempre, mesmo quando frágil e instável, com a inconfundível fragrância da generosidade desinteressada, franca e genuína.

GRATIDÃO

Lamento não ter tido ocasião para me despedir de ti pessoalmente e, de viva voz, reafirmar-te toda a minha amizade, gratidão e respeito. Tinha razões de sobra para o ter feito. Vou recordar apenas duas delas, ambas relacionadas com o 25 de Abril.

A primeira passou-se no dia em que te conheci pessoalmente, 8 de Janeiro de 1974, em casa do nosso comum amigo capitão Nuno Pinto Soares. Eu estava acompanhado pelos majores Viegas Palma e Vítor Sousa. Tínhamos ido ali para recolher informação sobre o desenvolvimento do movimento dos capitães, do qual eras dirigente e um dos mais destacados im-

pulsionadores. A nosso pedido, fizeste-nos um arrebatador e pormenorizado ponto de situação, incentivando-nos a aderir rapidamente ao movimento. A terminar disseste-nos: *organizem-se e mantenham-se em permanente ligação connosco. Se nos mantivermos unidos, em breve festejaremos a vitória final.* Contagiados pelo teu optimismo e afável sorriso, saímos do encontro francamente entusiasmados e dispostos a seguir as tuas recomendações. Pouco tempo depois, preparávamos a Comissão Coordenadora da Força Aérea e iniciávamos o recrutamento de aderentes à justa e legítima causa.

Mais tarde, já muito perto do final da conspiração, quando as tropas combatentes do meu ramo, pára-quedistas e pilotos-aviadores, romperam as conversações com o MFA e cancelaram a participação na operação militar conjunta por ti organizada e comandada com reconhecido mérito e talento, decidiste integrar no dispositivo operacional que tinhas concebido, *como prémio pela participação entusiástica e isolada de alguns oficiais da Força Aérea na preparação do golpe de Estado*, uns quantos émulos da inesperada e infeliz decisão. Eu fui um desses felizes contemplados. As palavras que atrás citei são tuas e jamais as esquecerei.

Um dia mais tarde, quando tu te preparavas para ser candidato presidencial às eleições de 27 de Junho de 1976, afirmaste-me que o processo de democratização iniciado em 25 de Abril estava ameaçado e prestes a ser interrompido contra os interesses da população em geral e, em especial, dos que viviam exclusivamente do esforço do seu trabalho. O nosso encontro foi casual e

rápido, mas lembro-me de ter concordado contigo. De facto, nessa altura, já era por demais evidente que a democracia representativa institucionalizada tendia a dominar toda a cena política nacional, dificultando a acção e o desenvolvimento das iniciativas populares de base, que tu convictamente defendias. Ao mesmo tempo, começava a transparecer para o grande público o preocupante envolvimento dos principais partidos políticos numa complexa teia de obscuros interesses pessoais e de grupo que tendia a alastrar e a destruir à sua volta toda e qualquer iniciativa cidadã séria e independente.

Por isso, considereei que tinhas razões para te opores à escalada das forças reacionárias que colaboravam com os plutocratas da nossa sociedade em rota de colisão com o programa do MFA, que tinha prometido ao povo *uma nova política social que, em todos os domínios [deveria ter] essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras*, promessa que ainda hoje se encontra por cumprir. Como a realidade tem vindo a demonstrar, as enormes potencialidades políticas, sociais e culturais proporcionadas pelo 25 Abril quedaram-se numa mera democracia institucional, para a qual a liberdade, a independência, a democracia, a justiça e o socialismo, as bandeiras do MFA desde o início da revolução, se tornaram, com o andar dos tempos, meras figuras de retórica política para fins eleitoralistas.

A ESPERANÇA

Tal como sempre defendeste, é tempo de repensar o futuro do sistema democrático hoje instalado, que exclui, em vez de incluir, e se

entrincheira, em vez de se expandir e servir equitativamente todos os portugueses. Como sabes, nem sempre te acompanhei ao longo do teu percurso político. No entanto, por considerar que a avaliação que fazias do estado da Nação apontava para rumo certo, sou levado a concluir que a tua morte empobreceu, sem sombra de dúvida, a liberdade e a democracia em Portugal.

Resta-me agora a esperança de ver na ribalta da política nacional muitos outros cidadãos honestos, frontais e destemidos como tu, que, apenas armados de cravos vermelhos e ideias originais e progressistas, se disponham rapidamente a reavivar a chama do nosso sistema democrático, hoje perigosamente paralisado no tempo, sem, no entanto, deixarem atrás deles um mar de destroços e sofrimentos desnecessários.

Esta carta, talvez a última que te escrevo, já vai longa. É altura de me despedir com um forte e fraterno abraço de Abril, agradecendo-te a Liberdade que, com os companheiros que em ti justamente confiaram, ofereceste, generosa e desinteressadamente, ao humilhado e atormentado povo português em 25 de Abril de 1974.

Otelo Saraiva de Carvalho, ou “Óscar”, se assim preferires, foi graças a esse teu ímpar e grandioso feito que conquistaste, por direito próprio e para sempre, um lugar de destaque na galeria dos mais notáveis nomes da História de Portugal.

26 Julho de 2021

AO COMANDANTE DO 25 DE ABRIL

Naquele fim de manhã, os grandes problemas resultantes de ter sido vencido um regime, já por si derrotado, começaram na dimensão ciclópica daquilo que significa (re)construir todo um país

CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS

OTELO, MEU AMIGO!

Quando, com outros camaradas, poucos, mas, significativamente, já os três ramos (Exército, Marinha e Força Aérea - Paraquedistas), nos encontramos, talvez pela primeira vez, em casa do Hugo dos Santos, em Oeiras, naquela noite de 18 ou 19 de Dezembro de 1973, para fazer a apreciação da situação resultante da intervenção do Carlos Fabião nos Altos Estudos, denunciando o “complô dos generais”, mal nós imaginávamos, se é que imaginávamos, o que nos próximos quatro meses iria acontecer em Portugal.

Era, talvez, o primeiro encontro contigo, na sequência dos que já vínhamos mantendo através do Vítor Alves, sempre ele, e do Hugo dos Santos, a nossa contraparte na ligação ao Exército. Entretanto, as coisas iam andando. O Movimento dos Capitães ultrapassou a fase da luta corporativa originada pelos decretos que regulavam, mal, a integração nos quadros e a ques-

tão das antiguidades entre oficiais do Exército originários da Academia Militar e os milicianos. Nesse final do ano de 1973, com a reunião de S. Pedro do Estoril e a intervenção do tenente-coronel Luís Ataíde Banazol, já noutro tom, e o início dos vossos contactos com a Marinha e a Força Aérea, que começam a formalizar-se, o Movimento vai dar um salto qualitativo.

Desde logo, começa a fazer-se sentir a necessidade de traçar uma linha orientadora que desse forma ao desejo de mudança que começava a crescer no vosso seio.

Na reunião em casa do coronel Marcelino Marques (5 de Fevereiro de 1974) começastes a esboçar a necessidade de um programa orientador, face ao futuro, desta corrente que não parava de crescer.

A potenciar a corrente defensora de um programa e a dar nome à grande força motora que desde o início faz mover o Movimento, surge o



O encontro com o Presidente da República Mário Soares após a libertação de Otelio, em Lisboa, a 24 de Maio de 1989

Alberto Frias, Lusa

livro do general António de Spínola (*Portugal e o Futuro*), que vem pôr a nu o tabu que envolvia Portugal e, naturalmente, o próprio Movimento: o Ultramar.

E, assim, o Movimento, agora num trabalho conjunto dos três ramos, vai produzir, nos primeiros dias de Março, o documento “O Movimento, as FA e a Nação”, no qual, apesar de se manter a tónica do prestígio das Forças Armadas presente desde o seu início, a questão do Ultramar é já tocada e avança-se, ousadamente, na politização do Movimento ao inscrever, pela primeira vez, num documento do Movimento outra palavra até aí, igualmente, tabu: democracia.

Em 5 de Março de 1974, data marco do Movimento, que ainda era o original e auto denominado Movimento de Oficiais das Forças Armadas (MOFA), muitas dezenas de “capitães” do Exército, reunidos em Cascais, no ateliê de um arquitecto não militar, vão aprovar esse documento, que será a semente do nosso estratégico e politicamente avançado programa, mesmo para uma Europa democrática que funcionava como a nossa miragem.

Tudo isto clandestinamente, apesar dos brotes de audácia e coragem que levavam os capitães a falar directamente com a hierarquia militar e, mesmo, a afrontá-la.

Assim, na Metrópole, tal como nos três teatros de operações - Guiné, Angola, Moçambique -, estes, em tempos e procedimentos diferenciados.

Na noite de 8 para 9 de Março, na sequência da ordem de deportação de quatro capitães, em reunião para decidir as acções a tomar fa-

AS REUNIÕES DE “COORDENAÇÃO OPERACIONAL” CONTIGO E COM O VÍTOR ALVES, TORNAM-SE FREQUENTES

ce àquela ordem, são criadas, por voto secreto dos presentes, as comissões política, militar e de ligação, passando tu a integrar a segunda, à frente da qual, no dia 25 de Abril de 1974, irás comandar a *Operação Viragem Histórica*, depois de haveres definido o respectivo plano de operações, por ti mandado distribuir, previamente, de norte a sul de Portugal, instruindo os capitães que comandarão as unidades participantes na operação militar.

COLUNA DAS CALDAS

Entretanto, no dia 16 de Março, à margem de tudo o que vinha sendo preparado de forma organizada no Movimento, ocorre a saída rumo a Lisboa da denominada “Coluna das Caldas”, na prática protagonizada pela saída de uma força do Regimento de Infantaria N.º 5 para cuja movimentação a Marinha é alertada, quando já tudo mexia, por telefonema do Manuel Monge. Eram umas seis da manhã desse dia.

Naturalmente, perante a completa improvisação e “descomandamento” geral, o resultado foi o fracasso total da operação, conducente à prisão de umas dezenas de oficiais integrantes da coluna ou a ela ligados.

Entretanto, as reuniões de “coordenação operacional”, contigo e com o Vítor Alves, tornam-se mais frequentes. O espaço é o passeio fronteiro à Estação de Santa Apolónia, onde contigo, vindo da Direcção da Arma de Artilharia, e com o Vítor Alves, descendo do Estado-Maior do Exército, nos juntávamos, após o dar volta aos serviços, para ir trocando informações e afinando algumas questões.

Como aquela quando vimos passar um Shortland em direcção à Baixa, de que sabíamos a GNR estava a ser equipada. Alertando para o facto, tu, no teu proverbial optimismo, sentenciaste: “ Não há problema. Está lá o major (...), que está connosco!”. De facto, não foi dali que vieram os problemas.

Pior, ainda, foi quando, na semana anterior ao 25 de Abril, ali mesmo, nos informaste ser 25 de Abril o dia D. Só que esse dia iria coincidir com a largada para o mar da Força da Nato que iria estar no Porto de Lisboa, no âmbito dos exercícios da STANAVFORLANT (SNFL), há muito programados.

Uma força constituída por navios de seis ou sete nações, saindo às 07h00, cruzando o mar da Palha e a desembocadura do Tejo e cortando possíveis linhas de fogo das unidades de artilharia posicionadas no morro do Cristo Rei, em Almada, e das forças de cavalaria situadas no Terreiro do Paço, não era uma perspectiva animadora. E tudo o que deveria ser evitado seria um incidente bélico internacional. “Não é possível alterar a data da operação. Se passamos o seu início para o dia seguinte, sexta-feira, 26, correríamos o risco de a tropa ter sido dispen-

sada para ir de fim-de-semana...!” E, assim, o dia foi a 25, apesar do incidente, não internacional, mas nacional, com a fragata “Gago Coutinho”, também ela integrante da SNFL.

No intervalo, entre 16 de Março e a véspera do 25 de Abril, a actividade frenética do Vítor Crespo, em reuniões em casa dele, em algumas das quais tu participas, ou em casa de outros camaradas da Marinha, por vezes em tua companhia, vai dinamizando a participação da Marinha na operação militar, vindo, por isso, a integrar o teu estado-maior, na Pontinha, ainda a noite de 24 não havia terminado. E, envergando o uniforme 3-B, com é apanágio da Marinha usar em cerimónia solene, pois era este o caso....

É, ainda, e na sequência das lições aprendidas com o exemplo da “Coluna das Caldas”, que surge a necessidade de prever um sinal para, no momento definido, mas muito em cima da hora H, atingir todas as unidades militares espalhadas de norte a sul do País, bem como a todos os militares envolvidos na operação.

O SINAL

Analizadas as diversas linhas de acção possíveis, concluiu-se que, na prática e após várias hipóteses terem sido postas de lado, fosse planeada a concretização desse sinal, que obrigatoriamente cobriria todo o País, através do programa “Limite”, emitido diariamente pela Rádio Renascença a partir da meia-noite, por obedecer àquele critério de cobertura.

Mas se à Marinha coube a tarefa de planear e dar corpo à missão, dois civis vão ser, na práti-



Direitos Reservados

Ribeiro da Silva, segundo à esquerda, era o proprietário da casa na Costa da Caparica onde decorreu a primeira reunião da comissão do MFA, conversa com Maria Emilia Sousa, Vítor Alves, Otel Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço

ca, os seus executores, o jornalista Álvaro Guerra, que, do antecedente, garantia ao Movimento a comunicação com imprensa nacional e estrangeira, e o homem que ao longo do tempo vinha sendo a alma e a voz daquele programa “Limite”, Leite de Vasconcelos. E, é assim que às 00h25 de 25 de Abril, Leite de Vasconcelos, que só conheci pessoalmente muitos anos depois na tua terra natal, com a sua voz bem conhecida, e nos animava pelas noites dentro, lê a estrofe confirmativa da canção que se ouviria de seguida e era a senha nacional de confirma-

ção de saída das unidades militares comprometidas com o teu plano de operações:

“Grândola Vila Morena,
Terra da fraternidade,
O Povo é quem mais ordena,
Dentro de ti, ó cidade.”

Pessoalmente, estando na Parede, não ouvira o primeiro sinal, planeado por ti com o Costa Martins, fora da obrigatoriedade de cobertura de todo o País, emitido às 22h00 por uma emissora local de Lisboa, factor de forte apreensão, perante um sempre possível cancelamento da

operação, finalmente, graças ao recurso ao canal alternativo que havia estabelecido com o Santos Coelho, a ordem de “pôr no ar” a “Grândola” chegou e ia ser cumprida, numa longa viagem e sempre sujeita a um acidente, pela Estrada Marginal fora, em que Álvaro Guerra, no seu Volkswagen clássico, iria fazer chegar ao Leite de Vasconcelos, a emitir do Chiado.

A partir desse momento, contigo no comando do Posto de Comando do Movimento, instalado no Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha, foram horas intensas de grande cooperação com a Marinha, através do Vítor Crespo, ali a teu lado, explorando as ligações, em coordenação contigo, que se mantiveram todo o tempo com o Centro de Comunicações da Armada (CCA), onde íamos orientando a participação da Marinha nas operações militares.

Logo nessa manhã, ainda bem cedo, a Marinha prepara a saída da primeira força de fuzileiros, destinada a cercar nessa manhã a sede da PIDE DGS, na Rua António Maria Cardoso; depois do forçado regresso desta força ao Alfeite, nova força de fuzileiros, já pela tarde, irá concretizar, embora só na manhã seguinte, a missão de obter a rendição daquela organização policial.

Entretanto, com a primeira força destinada à ocupação da DGS ainda em movimento, dá-se o incidente com a fragata Gago Coutinho, chamada pela rádio pelo Estado-Maior da Armada, quando integrada na formatura da SNFL, largava do Porto de Lisboa, a fim de actuar com a sua artilharia contra as forças do Exército, estacionadas no Terreiro Paço.

A coordenação operacional feita através do Pos-

to de Comando por ti mandado montar no Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha, e o CCA reduz um incidente eventualmente grave, a isso mesmo, um incidente.

Um pormenor merecedor de nota é a instrução recebida do teu Posto de Comando no CCA, ainda não havíamos entrado no dia 26, para que toda a Força Naval portuguesa, de aquém e de além-mar, passasse ao controlo operacional do Posto de Comando do Movimento. E a mensagem com a precedência imediato operacional e a ordem seca lá seguiu para todos os cantos do mundo.

Quando as operações militares já davam sinal de terminar, tendo sido atingidos os objectivos atribuídos a cada unidade, um deles ainda resistia: a sede da DGS. Perante este impasse e tendo em conta a solicitação de apoio feita pelo comandante da força de Marinha sitiante que fazia o cerco, o CCA solicita a presença de carros de combate na rua do Alecrim, apontando as suas peças para a sede da DGS, por cima da muralha Fernandina.

Após a concretização deste pedido, cujo efeito dissuasor terá tido alguma acção psicológica no ambiente que se vivia na sede da DGS, as forças militares do Movimento entram ali e obtêm a rendição.

DIA D+1

Era altura de, também nós, descansarmos um pouco, pois a guerra começara muito antes da hora H do dia D. Mas ainda nos vamos encontrar, no fim da manhã do Dia D+1, no largo do Cais do Sodré, sob o olhar do vencedor de ou-

tras guerras, era passado século e meio. Lá ao alto, a meio da rua do Alecrim, alinhadas, duas Panhards, ainda mantinham as peças apontadas por cima da muralha Fernandina.

Dali, cada um de nós saiu para sua casa, pelos seus próprios meios.

Assim, tudo parecia terminar nessa manhã do dia 26 de Abril de 1974, quando tu saíste da Pontinha e te dirigiste a tua casa, após o fim victorioso da “Operação Viragem Histórica”, que acabavas de comandar e tinha derrubado uma ditadura com quase meio século de vida.

Nessa viagem, a caminho de tua casa, já ostentavas, sem que tu ou alguém o imaginasse, os louros dessa vitória.

Só que, naquele fim de manhã, os grandes problemas resultantes de ter sido vencido um regime, já por si derrotado, começaram na dimensão ciclópica daquilo que significa (re)construir todo um País.

Para nós, com as declarações por nós escritas previamente à Operação e anexadas ao Programa, uma, de entrega do poder à Junta de Salvação Nacional (JSN) pelo MFA e outra, onde a Junta declararia publicamente a aceitação dessa entrega e se comprometia a seguir o Programa, significando, à partida, a constituição de um Governo integrado por personalidades civis, tal como definido no Programa, a nossa missão patriótica estava cumprida e voltávamos aos quartéis. Tinha ficado bem definido quem iria governar, já numa via apontando para a prática da democracia.

De imediato, se pôs a questão de restituir à liberdade todos os presos políticos, desde da

**ERA ALTURA
DE, TAMBÉM NÓS,
DESCANSARMOS
UM POUCO,
POIS A GUERRA
COMEÇARA
MUITO ANTES
DA HORA H DO DIA D**

Metrópole até às margens do Oceano Índico, ter de desfazer o mito do Portugal do Minho a Timor e de resolver os enormes problemas políticos, sociais, económicos, que o Estado Novo nos deixava em herança, por não saber, ou não querer, resolvê-los no tempo histórico certo: o ter de reconstruir um País em toda a sua dimensão.

Depois, foi a marcha empolgante do 25 de Abril, agora convertida em Revolução, pela vontade espontânea do povo português que a nós se juntou, em força e de forma imprevista, obrigando o MFA a empenhar-se em actividades de toda a ordem, do nacional ao internacional, do administrativo ao diplomático, do social ao político, também elas imprevistas quando imaginávamos o dia seguinte à vitória.

Mas a realidade iria ser bastante distinta.

O MFA, que pretendia voltar de imediato aos quartéis, conforme o Programa tornado público, começou a ser chamado para resolver os mil e um problemas, de toda a natureza e dimensão, que lhe eram apresentados: pelo povo, pela JSN, pelos ministros, pelos recém-

-aparecidos ultra-revolucionários, surgidos dos *Quartiers Latins* ou dos bairros de Alvalade ou do Restelo e, ainda, pelos movimentos de libertação das colónias.

Com a criação do Comando Operacional do Continente (Copcon), que as circunstâncias de ordem interna impõem, e para cujo comando és nomeado por direito próprio, primeiro como comandante-adjunto, depois como comandante, a actuação do MFA assume funções na segurança interna nunca imaginadas.

De igual modo, a integração do MFA no Conselho do Estado, tampouco considerada anteriormente ou pedida, é um facto que vai proporcionar ao MFA um protagonismo e força institucional tampouco previstos. Mas, é por intermédio de ti e dos militares integrantes deste último órgão, ao assumirem plenamente o exercício desse poder, que lhes é constitucionalmente outorgado, que o MFA acaba por ter uma participação decisiva nos negócios de Estado, da política interna à política internacional, especialmente no que à descolonização concerne.

A MISSÃO

Na voragem da Revolução, dia para dia mais acelerada, fomos mantendo os contactos que as posições por nós ocupadas dentro da máquina infernal em que se tornou o MFA a tal obrigaram, por dever de missão e durante os dezanove meses que ela durou.

Até que, na madrugada de 26 de Novembro de 1975, depois do termo da reunião do Conselho da Revolução, onde foi confirmada a nomeação do Vasco Lourenço para te substituir

no Comando da Região Militar de Lisboa, fui encontrar-me contigo, já ambos a caminho de nossas casas, no teu quartel do Forte do Alto do Duque e onde me puseste a par da saída dos paraquedistas para ocuparem bases aéreas nessa mesma noite.

A situação político-militar que vinha há meses sendo tremendamente complexa, acabava de atingir um novo patamar, que se afigurava bem perigoso.

Perante a nova situação, reuni-me de imediato com os camaradas marinheiros, tendo ficado cada um de nós a aguardar, dentro da Marinha, o evoluir da situação... que involuiu como é conhecido.

Depois de passados alguns meses, já noutra envolvente político-militar, ultrapassados os tempos em que estivemos confinados em prisões, sem nunca sermos acusados formalmente, como manda a boa ordem democrática e militar, iríamos encontrar-nos, esporadicamente, normalmente em datas comemorativas ou, telefonicamente, raras vezes pessoalmente, a fim de esclarecer alguma dúvida sobre pessoas, factos e datas daqueles gloriosos tempos que o escrever da sua história exigia. E assim, os anos foram passando.

Poucos dias antes de nos deixares, ainda falámos por telefone, estavas tu no hospital, mais uma vez a propósito de uma daquelas simples questões, que necessitava que me elucidasses. Mal sabíamos que seria a última vez!

Longueira-Almograve, 5 de Setembro de 2021



Otelo, Vasco Lourenço e Vítor Alves ficaram responsáveis pelo comando do movimento

UM AMIGO LEAL NO POSTO DE COMANDO

As suas qualidades de camaradagem, lealdade, sentido de dever e de cumprimento da palavra dada aliaram-se a uma permanente sensibilidade para os problemas que cada um tinha de enfrentar

RODRIGO SOUSA E CASTRO

APESAR DE SERMOS AMBOS da arma de artilharia, a circunstância de Otelo ser cinco anos mais velho do que eu, as vicissitudes da guerra em África e a dispersão dos aquartelamentos na

Metrópole, levaram a que o encontrasse, pela primeira vez, já numa fase adiantada da agitação militar que conduziria à conspiração e logo ao golpe militar de 25 de Abril e à Revolução.

Otelo apareceu num momento crucial da actividade conspirativa dos capitães que estava em vias de passar de uma fase incipiente, iniciada na reunião de Alcáçovas, para uma estrutura clandestina que iria sustentar as actividades organizativas até ao desencadeamento das operações militares que derrubaram a ditadura.

Esse momento foi o da reunião de Óbidos, de 1 de Dezembro de 1973, e foi a partir daí que viria a conhecer e a lidar com Otelo de modo permanente e intenso.

Nessa reunião, os oficiais representantes do movimento dos capitães, presentes em grande número, decidiram eleger uma Comissão Coordenadora e Executiva (CCE), que, embora em ambiente clandestino, coordenasse e liderasse todo o trabalho conspirativo e assumisse a responsabilidade das acções que o evoluir da situação determinasse. Foram eleitos 18 membros, três por cada Arma e Serviço do Exército, tendo os escolhidos para representar a arma de artilharia sido o major Luís Domingues, o major Otelo e eu.

Era, portanto, inevitável que, a partir dessa data, a minha relação, quer funcional quer pessoal com Otelo mudasse radicalmente.

Acresce que, se Otelo e outros tinham tempo disponível para a conspiração, eu não lhes ficava atrás, por não me ter sido atribuído qualquer comando de tropas e/ou função militar específica, já que estava a frequentar um curso de formação. Pude, então, apreciar a enorme capacidade de trabalho de Otelo, a sua permanente disponibilidade para ouvir os camaradas e comparecer nas reuniões e a sensibilidade com que

adaptou a forma de comandar tradicional dos militares às novas exigências e cautelas do trabalho conspirativo.

A PROXIMIDADE

Tendo Otelo, Vasco Lourenço e Vítor Alves ficado responsáveis pelo comando do movimento, noutra importante reunião dos conspiradores os meus contactos com Otelo intensificaram-se e não mais deixariam de ser frequentes e intensos até à madrugada de 25 de Abril de 1974.

Os cinco meses que mediaram a reunião de Óbidos e o dia da libertação da ditadura voaram num ápice e recheados de acontecimentos, alguns inesperados outros controversos, e boa parte deles dentro de uma serena linha de acção que conduziu ao êxito das operações militares.

Otelo, protagonista quase sempre, revela uma personalidade multifacetada, pouco comum nos oficiais superiores do Exército à época. As suas qualidades de camaradagem, lealdade, sentido de dever e de cumprimento da palavra dada aliaram-se a uma permanente sensibilidade para os problemas que cada um tinha de enfrentar, revelando um espírito de ajuda e companheirismo que não deixava nenhum de nós indiferente.

A sua acção sempre mobilizadora, a sua permanente boa disposição, a forma como incentivava os conspiradores para ultrapassar cada dificuldade que surgia, transformou o cidadão militar Otelo Saraiva de Carvalho num fazedor de amigos que o estimaram e respeitaram até à sua partida.

COM VISTA À DEMOCRACIA



Manuel Moura, Lusa

Otelo Saraiva de Carvalho durante o debate sobre o 25 de Novembro na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa

A capacidade de comando de Otelo e a aceitação geral pelos camaradas do Exército foram também determinantes no sucesso do golpe

PEREIRA PINTO

CONHECI PESSOALMENTE Otelo Saraiva de Carvalho no dia 16 de Março de 1974, no cruzamento da rua Gomes Freire com a rua Joaquim Bonifácio.

Estava fardado e armado e disse-me: “eles que venham, eles que venham...”, batendo com a mão no coldre.

Aí, fiquei a pensar: “mais um spinolista...”

Mas precisávamos de todos!

Nessa data, a situação ainda era muito confusa. Nesse mesmo dia, eu e o meu camarada Geada, à data finalistas do curso para major na Base de Sintra, tivemos um encontro com dois oficiais paraquedistas.

Enquanto o Geada dizia, “porque é que vocês não saem também?”, eu contrariava, explicando que o MFA tinha um programa (estava em gestação).

Geada contrapunha que já havia um programa, que era o do livro do nosso general Spínola.

Os páras calmamente diziam: “Não, nós não saímos porque o nosso general Káulza de Arriaga não está nessa!”.

Problema resolvido de momento!

Voltando ao Otelo Nuno, com quem, apesar da distância nas posições à medida que fomos evoluindo no PREC, sempre mantive uma relação muito cordial, foi um *sine qua non* do golpe militar de 25 de Abril.

A capacidade de comando de Otelo e a aceitação geral pelos camaradas do Exército foram também determinantes no sucesso do golpe.

No entanto, a sua acção não se ficou por aí.

Foi não menos importante, quando, investido no comando do Copcon pelo Spínola, que nele via ainda nessa altura um seguidor, contribuiu decisivamente para impedir as sucessivas tentativas de inverter a situação que o general queria a seu modo.

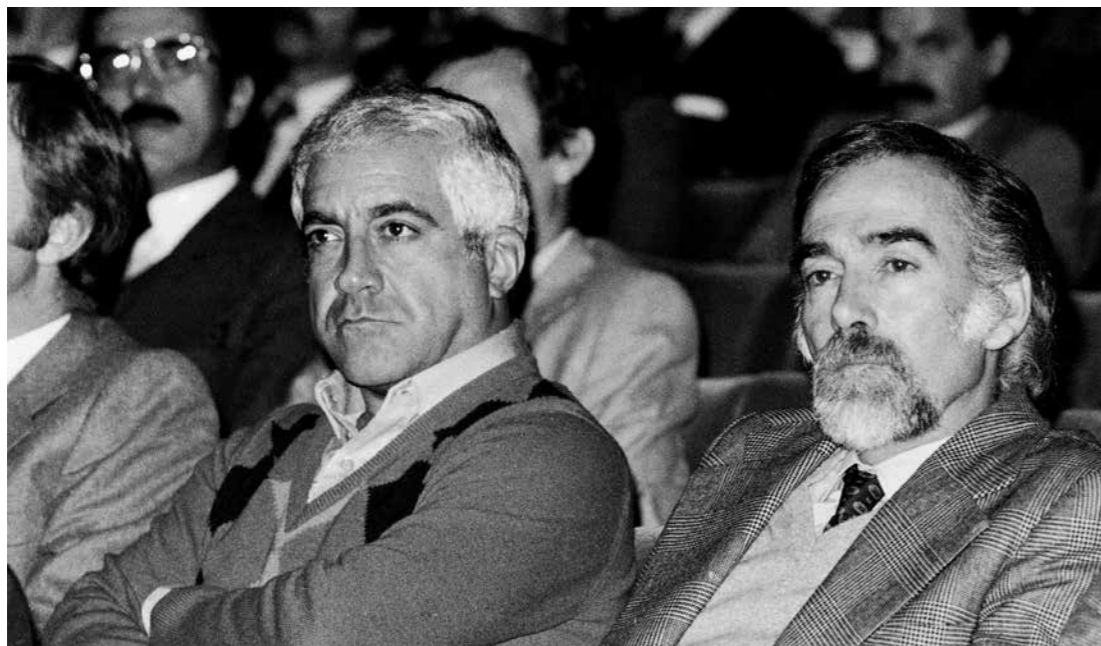
Há que ter presente que, para muitos militares e civis, o golpe militar limitar-se-ia apenas a uma mudança de moscas, regressando tudo aos quartéis.

Manter-se-ia o regime com alguma cosmética, mas na sua essência seria apenas uma abertura da ditadura que continuaria suportada, como sempre foi, pelos militares.

Não atentaram no facto de que este não era apenas um golpe militar mas o início de um processo político. Este processo visava a democracia com base no programa do MFA que os “200” iniciais e todos os outros que posteriormente aderiram, tinham aceitado e queriam fazer cumprir.

A excepcional adesão popular tornou possível o processo no caminho de uma democracia.

Na reunião na Cova da Moura, em Maio de 74, Vasco Lourenço, outra personalidade impres-



Manuel Moura, Lusa

Otelo Saraiva de Carvalho e Vitor Alves assistem ao I congresso dos jornalistas portugueses, em Lisboa, a 19 de Janeiro de 1983

cindível não só na colaboração no programa, no plano militar e na sua prossecução, tornou essa diferença bem clara.

Quando nos contou: “o nosso general disse-me que agora seríamos todos promovidos a coronéis, regressamos aos quartéis e tudo volta à normalidade”. E acrescentou que lhe respondeu: “Nós não fizemos isto para sermos promovidos, mas para cumprir o que está no nosso programa”.

Esta posição foi não só unanimemente aceite pelos presentes como por todos os outros, que, como Otelo, viriam a aceitar graduações. Estas seriam e vieram a ser atribuídas apenas quando imprescindíveis aos cargos a desempenhar e com a duração limitada ao desempenho dos mesmos.

Noutra vertente, Carlos Fabião com a sua acção na Guiné contrariou Spínola e deu início ao processo de descolonização.

Todos os participantes, nos três ramos das Forças Armadas, foram determinantes.

O inesquecível episódio no Terreiro do Paço e a sua sequência no largo do Carmo, apesar da coragem e competência de Salgueiro Maia, não teria acontecido, se a Marinha não fosse neutralizada ou se a Força Aérea tivesse cumprido a ordem de “levantar e ir ali limpar aquela coisa...”

Viva Otelo!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

REFERÊNCIA PARA TODOS

Em sua memória, presto aqui a minha homenagem a esse grande camarada e amigo perante o qual me inclino

NUNO PINTO SOARES

ESTE NÚMERO DE *O Referencial* é dedicado, em particular, a fazer uma recordação de Otelo com imensa e legítima colaboração de outros camaradas. Assim, destacarei as suas características humanas e profissionais, que, no essencial, o afirmaram em todo o processo.

Começámos em Setembro de 1974, com o então denominado “Movimento Clandestino de Capitães do Exército”, o qual, após sete meses, viria a resultar na revolução de 25 de Abril de 1974.

Otelo participou desde o início. Foram logo evidentes as características que, compreensivelmente, dele fizeram uma referência para todos os oficiais da Comissão Coordenadora composta por três militares de cada arma e serviços, assim, integrando 21 membros.

Dotado de capacidades excepcionais, à inteligência Otelo aliava a cooperação para fazer destes talentos instrumentos essenciais na coordenação e, assim, perspectivar melhor as acções militares e sociais que foram tão importantes para o sucesso do Movimento.

Após o último plenário, realizado em Cascais, a 5 de Março de 1974, tudo começou a conturbar-se

com medidas disciplinares a alguns camaradas, restando o recurso à utilização de uma intervenção militar. Otelo assume, então, a responsabilidade de elaborar uma “Ordem de Operações”, com a colaboração de outros camaradas, provocando o golpe de Estado de que resultaria a deposição do presidente do Conselho de Ministros, professor Marcelo Caetano.

A seguir, formou-se o Conselho dos Vinte e, depois, o Conselho da Revolução. Otelo foi sempre nomeado para os dois órgãos, vindo a ser graduado em brigadeiro e, posteriormente, em general. Competiu-lhe ser comandante do então criado Copcon – Comando Operacional do Continente. Foi um cargo difícil que não escaparia a “toda a pretensão” da influência de correntes partidárias então surgidas.

Só uma “verdadeira história” poderá, para além do que de muito se escreveu, descrever a conduta de Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, que, em finais de Novembro, chegou a ser alvo de consequências do pouco esclarecido 25 de Novembro. Em sua memória, presto aqui as minhas homenagens fúnebres a esse grande camarada e amigo perante o qual me inclino.



Manuel Moura, Lusa

Otelo Saraiva de Carvalho, ao centro, assiste à sessão do Tribunal Permanente dos Povos, presidido pelo jurista belga François Rigaux, que se reuniu em Lisboa para analisar a agressão à Indonésia

HUMILDE E INSUBMISSO

Sim, essa obra de dar força ao povo miúdo, que começava a deixar de ser invisível, foi, em grande medida, tua!

MIGUEL JUDAS

CAMARADA OTELO,
Nos últimos tempos tem-se falado muito de ti, segundo várias perspetivas: uns, indisfarçados, pintando a tua imagem de negro e jurando colocar toneladas de pedras em cima do teu corpo; outros, disfarçados e hipócritas, agradecidos, porque lhes abriste as portas que vieram a permitir que, depois, se lambuzassem em “fundos”, mas, que pena!, tinhas uns “defeitozinhos” que não lhes permitem enaltecer a tua figura, entre os quais o teres-te mantido sempre fiel a Portugal, simultaneamente humilde e insubmisso, simples, sem presunção, como o povo que procuraste sempre servir. Outros ainda, que manifestam a sua indignação porque as “instituições nacionais” (que restam, coitadas!) não mandaram içar a bandeira nos dias da tua partida. Alguns deles, ainda iludidos, ficaram a saber que também eles serão ignorados quando chegar o seu tempo. É verdade, camarada, estes ainda estão convencidos de que vivem na República de Abril, aquela que, juntos ou em discussão, procurámos, como MFA e em aliança com o povo, construir. Perante a vergonhosa homenagem que recentemente foi prestada (por gente da “esquerda”) à figura que durante muitos anos foi o máximo representante em Portugal do Clube Bilderberg, esteio do mais funesto que há no mundo – o neoliberalismo e o “excepcio-

nalismo” norte-americano -, talvez muitos democratas que têm vivido nessa ilusão possam acordar.

Lembro-me como, logo a seguir ao 28 de Setembro [de 1974], num encontro “ampliado” que fizemos em São Bento, tu e o Melo Antunes se abraçaram com sincera amizade e proclamaram alto, como um trovão: “Agora, até à democracia popular!”.

Eu, um puto de 26 anos que ainda só tinha chegado ao conceito da Revolução Democrática e Nacional, surpreendido, sorri para dentro perante o vosso otimismo (ou inconsciência).

Compreendi o teu entusiasmo, porque, como comandante do Copcon, foste o grande obreiro da Aliança Povo-MFA, quando, em contacto directo com o povo miúdo que lá ia bater à porta a pedir ajuda para resolver a vida e defender a democracia, tu os ouvias e disponibilizavas os teus meios para ajudá-los.

Assim, desse modo, em íntima relação com o povo real, deste força à democracia. O povo correspondeu às tuas expectativas através das “barragens” que goraram os projetos caudilhistas e colonialistas de Spínola (e de muitos mais na sombra, que até se auto-intitulavam “marxistas”).

Sim, essa obra de dar força ao povo miúdo que começava a deixar de ser Invisível, foi, em grande medida, tua!

Nós, que andávamos lá, nos “órgãos”, a esgrimir argumentos e captando vontades para a sobrevivência da revolução, só fazíamos de “back office”, de suporte, às tuas iniciativas práticas. A revolução, naquela fase de conquistarmos a descolonização e a democratização (do 28 de Setembro às eleições para a Constituinte) só foi possível ser defendida e revigorada, porque eras tu que lá estavas no Copcon. Outros te ajudaram muito, nessas fases, sem os quais tu, sozinho, não terias tido sucesso, como o Charais, o Costa Gomes (mais em surdina) e o Dinis de Almeida, que “os teve no sítio” para defender a sua unidade...

CAMARADA!

Recordo aqui estes episódios em que a tua acção política e militar foi fundamental, incluindo a realização das eleições para a Constituinte, esse acto verdadeiramente “fundacional”, para além do próprio dia 25 de Abril, para salientar que não foste só o comandante da *Operação Viragem Histórica*, mas, sim, um verdadeiro comandante da revolução.

Foi sob o teu impulso, decisivo ao nível das bases populares, que todos nós (os militares do MFA e o povo em geral) começámos a formular e a praticar o conceito da democracia participativa a que tu, na tua dinâmica interior espontânea, ias dando nomes e *nuances* mais ou menos apropriadas, tal como o antes referido “popular” e, mais tarde, “de base” ou “direta”. Todos sentimos, entre o 28 de Setembro e o 11 de Março [de 1975], que, se não tivesse sido essa “dinâmica e convergência popular de ba-

QUERO DIZER-TE, CAMARADA ÓSCAR QUE MESMO LONGE CONTINUAS CÁ

se” a complementar a nossa acção enquanto MFA, teríamos sido “empalmados” pelos derrotados do 28 de Setembro, que, dentro e fora das Forças Armadas, defendiam o caudilhismo spinolista e uma “descolonização controlada”, não para benefício de Portugal e dos “povos irmãos”, mas sim do capital internacional. Por isso (e não por qualquer outra razão “ideológica”), defendemos e concretizámos unanimemente, ainda em Janeiro de 1975, o princípio da unicidade sindical, para não vermos fragmentada a força popular que nos complementava.

Foi nesse “caldo participativo” (que veio a marcar a revolução e ficou consagrado na futura constituição como uma característica vital da democracia portuguesa), que avançámos para a incorporação disciplinada de sargentos e praças no processo do MFA e que perspectivámos uma lei eleitoral que permitia a todas as organizações sociais, à sociedade auto-organizada, a apresentação de candidaturas à futura Assembleia Constituinte.

Eis senão quando, todos os partidos políticos nos vieram pedir “encarecidamente” que, excepcionalmente, só para aquela eleição, para facilitar a implantação dos partidos na sociedade, que a apresentação das candidaturas se fizes-



Direitos Reservados

O Capitão de Abril no Instituto Educativo de Almalaguês, onde reagiu à promoção a coronel ao abrigo da lei que estipula a reconstituição de carreiras, 23 Abril de 2009

se por intermédio deles. Inocentes e crédulos, fomos ao seu encontro. Como resultado, a Assembleia Constituinte, meramente representativa, controlada pelos partidos, passou a exigir uma dinâmica baseada na representatividade (e a condenar a legitimidade revolucionária/participativa).

Toda a história das fases subsequentes da revolução vai ser marcada por esta contradição entre os que valorizavam uma democracia simultaneamente representativa e participativa e os que, muito mais “macacos”, reduziam a democracia a um mero e exclusivo processo

“representativo” facilmente capturável.

A questão não era a de “evitar uma ditadura comunista” que todos sabíamos impossível, mas sim a de matar a componente participativa da revolução e da futura democracia. E só não morreu logo, porque na Assembleia Constituinte estavam pessoas sérias, cultas e autónomas, não servas das direções partidárias, que acreditavam sinceramente na componente participativa da democracia.

O que veio a ocorrer nos anos subsequentes, principalmente depois do “enterro” do Conselho da Revolução, foi o limpar das instituições

portuguesas todos os laivos que pudessem ter ficado da revolução iniciada em 25 de Abril. O saneamento efectivo dos militares de Abril de uma carreira militar em função dos seus méritos, sendo todos marginalizados. Na “sociedade civil”, na “economia” e na gestão do Estado, a imposição de uma ordem completamente alinhada com o velho projeto marcelista e de alguns sectores da “semi-oposição”, de integração “sem cuidados” na “Europa Ocidental”.

Eanes, o “ultimo laivo de Abril” ainda influente, ainda tentou salvar o mínimo da decência nacional, mas o “plano da entrega” do País já era imparável...

As “elites” portuguesas chegaram assim, como já vinham fazendo há séculos, a uma fonte externa de rendimentos não resultantes do seu “engenho e arte”, agora os “Fundos Europeus”, na sequência da pimenta da Índia, do ouro do Brasil, do negócio de escravos e outros produtos africanos. Esses rendimentos, tal como os anteriores que os reis distribuía pela rede de fidalgos e fidalgotes por esse país fora, passaram a ser distribuídos pela rede de tubagens que vêm de Bruxelas até às bocas abertas na base dos partidos e das suas clientelas pseudo empresariais, cabendo a cada partido a gestão de um conjunto de válvulas de controlo de fluxos.

A crescer, para além de afundada em dívidas por várias gerações (que já nascem com essa canga ao pescoço), a “coisa pública” administrativa (ministérios e autarquias locais), empresarial e patrimonial, foi transformada num rebanho de “vacas leiteiras” a cujas tetas eficien-

temente se agarram (e chupam) uma miríade de “eficientes” e “liberais” privados.

A isto ficou reduzida a democracia portuguesa, sem participação, sem economia social (a não ser as dos lares de velhos), isolada dos nossos companheiros de língua e projectos por esse mundo fora, sem um mínimo de soberania/autonomia, tratada como uma mera “junta de freguesia servil, de capatazes,” numa Europa de padrões sacaninhas.

Tal como previsto, os partidos transformaram-se em “empresas de prestação de serviços políticos”, a clientes nacionais ou estrangeiros; deixaram, há muito, a sua função “esclarecedora e formadora”; hoje, só fazem circo eleitoral para entretenimento de pessoas acrílicas reduzidas a batedores de palmas. Cada Partido procura “fidelizar” os seus eleitores conservando-os nos respetivos “currais” através da animação digital de ódios mútuos, como qualquer “tribo” do antigamente.

LIÇÃO QUE NOS DEIXAS

Tinhas razão Óscar, ao desconfiares destas “estruturas políticas organizadas”, ao preferires a expressão livre e directa do povo. Não que tal

O QUE MAIS ME IMPRESSIONOU EM TI FOI A DEDICAÇÃO E A FIDELIDADE AO NOSSO POVO

correspondesse a um “modelo teórico”, mas muito mais a uma intuitiva desconfiança, típica das pessoas do povo. É uma lição que nos deixas!

Porém, o que mais me impressionou em ti, como em muitos outros “camaradas de Abril”, foi a dedicação, a fidelidade ao nosso povo e País, a modéstia (mesmo que, por vezes, em muitos de nós, vulnerável a momentos de vaidade, o “pecado mortal” mais insidioso e traiçoeiro), o “desinteresse pessoal” (a não obtenção de qualquer vantagem) a que nós, militares, gostamos de chamar “serviço à Pátria”.

Todos nós partimos para o 25 de Abril com as nossas “mochilas culturais” muito pessoais, resultantes das experiências, vivências, interpretações e “narrativas” que fomos formulando ao longo da vida.

Uns tinham lido “umas coisas”; outros muito pouco. Não tínhamos, por isso, um “projecto”, uma “construção mental” que partilhássemos em comum. Éramos, muito mais, um conglomerado de emoções e de sentimentos, unidos pelo “serviço à Pátria”. Todos nós nos enganámos em várias coisas relativamente às expectativas iniciais. Fizemos um caminho, com navegação à vista, por tentativa e erro. Fomos, contudo, muito mais enganados “por fora” do que os erros/ilusões próprios determinaríamos. Enfim, de certo modo, fomos (e ainda somos, felizmente) uns “tansos”...

Por isso, eu quero dizer-te, camarada Óscar, que mesmo longe, continuas cá, bem presente, do Minho ao Algarve, às Ilhas, à diáspora portuguesa e junto daqueles povos com quem par-

tilhámos (por vezes de forma dolorosa) emoções, vidas e esperanças, da Ásia, à África do teu querido Moçambique e à América Latina, continuas cá a lembrar-nos que há valores éticos de serviço à pátria grande, que continuam a dar fundamento à luta pela libertação.

CAMARADA!

Como muito bem sabes, esta República que nos saneou a todos como entraves que éramos à decomposição da pátria portuguesa e à colonização dos seus restos por estrangeiros que (como a história sempre o demonstrou) nunca nos quiseram bem, esta “República de lambuzados de fundos” nunca terá apreço pela revolução social, económica, política e cultural do 25 de Abril nem pelos seus protagonistas mais influentes ou simbólicos.

Não temos de nos lamentar disso. Apesar da dor interior pela “sorte” da pátria, isso só nos honra!

A nossa futura República será bem diferente. Ela começará onde “acabou” a Revolução de Abril, na aprovação e nos termos da Constituição de 1976 (com outra lei eleitoral, claro, “basista”, a partir da sociedade auto-organizada, a que (eu) lhe acrescentaria a revogabilidade dos mandatos...).

Ela será construída por homens como tu e outros, que cá continuam e continuarão, na pele própria ou de outros mais novos, a viver com algumas ideias flexíveis e, fundamentalmente, com a emoção de servir a pátria!

Obrigado, e até sempre, camarada!



Otelo com Vasco Lourenço (à esquerda), Vítor Alves e Martins Guerreiro, nas comemorações do 25 de Abril

Direitos Reservados

O HOMEM E AS CIRCUNSTÂNCIAS

Esperemos que na oportunidade da comemoração do 50.º aniversário do 25 de Abril a pátria portuguesa saiba homenagear e honrar devidamente Otelo e os seus companheiros de Abril e reconheça o seu brilhante feito, como fundador da nossa democracia

MARTINS GUERREIRO

AGORA QUE OTELO Saraiva de Carvalho partiu, é da maior importância que a sociedade e o Estado português lhe prestem a justiça devida, reconhecendo a dimensão histórica do singular feito dos militares de Abril por ele comandados. Prestar justiça a Otelo implica necessariamente compreender o homem na sua totalidade e complexidade e ter em conta as circunstâncias em que actuou.

Conheci Otelo pouco antes do 25 de Abril, numa reunião em casa de Vítor Crespo, onde apresentou em linhas gerais a estratégia da operação militar *Viragem Histórica*. A sua empatia, à-vontade, confiança e entrega cativaram-me, mas devo confessar que fiquei com algumas dúvidas sobre a consistência, firme articulação de todas as partes envolvidas e definição dos objectivos, isto porque a forma de exposição, embora segura e confiante, teve como suporte um simples mapa do ACP, sem referência a cartas militares, e por outro lado, circunstância bem mais importante, a sede da PIDE não constava na lista de objectivos.

Em relação à primeira perplexidade, eu, habituado a utilizar cartas náuticas, esperava pelo menos a referência a cartas militares. Quanto à segunda, para nós, Marinha, a PIDE constituía um objectivo político-militar prioritário.

Perante as nossas dúvidas, Otelo, sem manifestar qualquer perturbação ou acrimónia, foi

muito claro e respondeu: “Para o sucesso da operação só preciso que a Marinha não intervenha contra as nossas forças (o MFA); se consideram muito importante o objectivo PIDE, assumam vocês esse objectivo”.

Nós garantimos que neutralizaríamos as unidades da Marinha se houvesse alguma ordem do governo para as utilizar contra o Movimento. Relativamente à questão da PIDE, ficámos naturalmente preocupados: como colmatar tal lacuna a poucos dias da data prevista?

Este episódio evidencia algumas das características de Otelo: grande confiança nele próprio, no que tinha preparado e nos contactos estabelecidos e igual confiança e segurança quanto à capacidade de execução dos seus homens. Independentemente disso, aparentava também alguma ligeireza no aspecto político.

Soubemos, mais tarde, bem depois do 25 de Abril, que Otelo tinha considerado a PIDE como objectivo, mas os homens e as forças a quem atribuíra essa missão não a aceitaram, deixando-o sem alternativa.

Otelo teve a audácia e a determinação de avançar naquelas condições, correndo todos os riscos. A forma como concebeu, planeou e organizou a operação, a sua competência, bem como a confiança e a segurança que transmitia, foram determinantes para o sucesso, Otelo conseguiu conju-

gar e articular o que cada um tinha de melhor e podia dar, arriscou tudo, foi corajoso e audaz, e comandou uma das mais extraordinárias operações militares levadas a cabo pelo Exército português com o apoio de forças e elementos da Marinha e da Força Aérea

A viragem histórica foi uma singularidade na nossa História e mesmo na História do mundo ocidental, pela forma como se desenvolveu; pelos resultados obtidos, tendo os objectivos sido alcançados em poucas horas sem derramamento de sangue; pela adesão espontânea e entusiástica do povo português, que selou a ideia da não-violência com o cravo na boca das espingardas, transformando no próprio dia 25 de Abril a viragem histórica numa revolução política, militar, social, cultural e económica.

O banho de liberdade, felicidade, harmonia e júbilo em que todos vivemos durante a primeira semana que culminou no 1.º Maio, com mais de um milhão de portugueses na rua, criou a ilusão de que a viragem tinha sido fácil e tudo seria possível no futuro.

HERÓI DO 25 DE ABRIL...

Interessa tentar compreender quem era Otelo, em que circunstâncias actuou e quais os traços marcantes da sua personalidade; saber quem era o homem que, no dia 26, depois de duas noites em branco, regressa a casa para almoçar com a família, como prometido, com o sentimento de missão cumprida e a ideia de voltar à sua anterior situação na Academia Militar; quem era o homem que, no dia 27, se dirige no seu carro, como observador anónimo, a Caxias,

para viver a libertação dos presos políticos, sendo apenas mais um popular a participar naquele momento inesquecível.

Não aparece como o militar libertador e arrisca-se a ser considerado como alguém indesejável ou mesmo suspeito, o que esteve quase a acontecer, valendo-lhe a intervenção dos fuzileiros, que abriram caminho para a sua viatura e o fizeram seguir sem saberem também quem era. Embora não tendo sido companheiro de Otelo na adolescência, ou na juventude ou na Escola do Exército, nem tendo habilitações profissionais para isso, atrevo-me a esboçar alguns traços da sua personalidade — as qualidades e também algumas sombras, que marcaram de forma indelével a realização do 25 de Abril e o seu percurso de vida, traços que poderão ajudar a entender o “milagre” do 25 de Abril, no seu momento e condições específicas, e o seu percurso pós-25 de Novembro.

Otelo foi sem dúvida herói do 25 de Abril, mas recusou sempre tirar disso qualquer vantagem ou benefício, rejeitando por diversas vezes promoções e honrarias, mas assumindo sempre todas as responsabilidades e tarefas de que foi incumbido na defesa do Portugal de Abril e da melhoria das condições de vida e de trabalho do povo português; a sua entrega aos outros, em especial aos mais desfavorecidos, foi total; o povo reconheceu-o e conserva ainda hoje uma imagem muito grata do homem que ele foi.

Otelo era uma personalidade cativante, afável, alegre, extrovertida, possuidora de grande empatia e capacidade de liderança informal. Carismático e com uma natural propensão para as artes cénicas,



Otelo foi sem dúvida herói do 25 de Abril, mas recusou sempre tirar disso qualquer vantagem ou benefício.

Direitos Reservados

a escrita e a comunicação social, sentia-se bem no “palco” ou debaixo dos holofotes, sabia conquistar a adesão voluntária dos outros e tinha, para usar uma expressão popular, o coração ao pé da boca. Era um militar muito bem preparado, com três comissões de serviço em cenários da guerra colonial, que preferia conquistar ou desmobilizar o adversário pelo uso da palavra e da acção psicológica, em vez do uso das armas ou da violência. Era frontal e desassombrado na relação com os superiores e motivador com os subordinados, correcto e sensível na relação social, não se agastando facilmente nem usando expressões verbais intimidatórias ou agressivas; não era egocêntrico, sabendo ouvir atentamente e aceitando sem dificuldade

posições diferentes da dele; leal, generoso e solidário, cultivava a não-violência, mesmo em acção militar, considerando a violência uma última opção, e possuía pouca formação ou experiência políticas. Otelo gostava de representar o “Óscar”: dir-se-ia que se assumia mais como actor do que como protagonista.

Particpei com ele em algumas sessões públicas sobre o 25 de Abril. Recordo uma em Faro, no quartel da GNR, iniciada às 18.00 horas e com final previsto para as 20.00, mas que terminou depois das 22.30, sem que ninguém arredasse pé: tal foi o interesse e o “desempenho” de Otelo/Óscar, que ninguém se apercebeu da passagem do tempo.

Otelo gostava de falar e de prender a atenção do público; agradava-lhe impressionar e usava algumas vezes expressões “bombásticas”, mas sabia dar espaço aos outros intervenientes e não impunha a sua versão. Presenciei até situações em que permitia e tolerava que alguns assistentes nos explicassem (ensinassem) por que nos tínhamos comportado desta ou daquela maneira e feito “assim” quando deveríamos ter feito “assado”.

Otelo tinha uma certa necessidade de que gostassem dele e sabia retribuir; por vezes parecia que realidade e representação se sobrepunham nas suas atitudes ou em certas afirmações “provocatórias”. Possuindo a noção clara das suas limitações e debilidades no domínio do conhecimento e da cultura políticas, aceitava com modéstia e simplicidade observações ou correcções ao que dizia. Aparentemente muito seguro, era vulnerável neste campo.

É possível que a ilusão criada pela realização do 25 de Abril sem derramamento de sangue e a ideia de que tudo estava em aberto e seria possível, bem como a extraordinária experiência de contacto com os problemas do povo que o comando do Copcon lhe proporcionou, tenham levado Otelo a pensar que mesmo noutras circunstâncias, com adesão popular e perante a incapacidade e limitações da democracia representativa, poderia repetir o “modelo” do 25 de Abril.

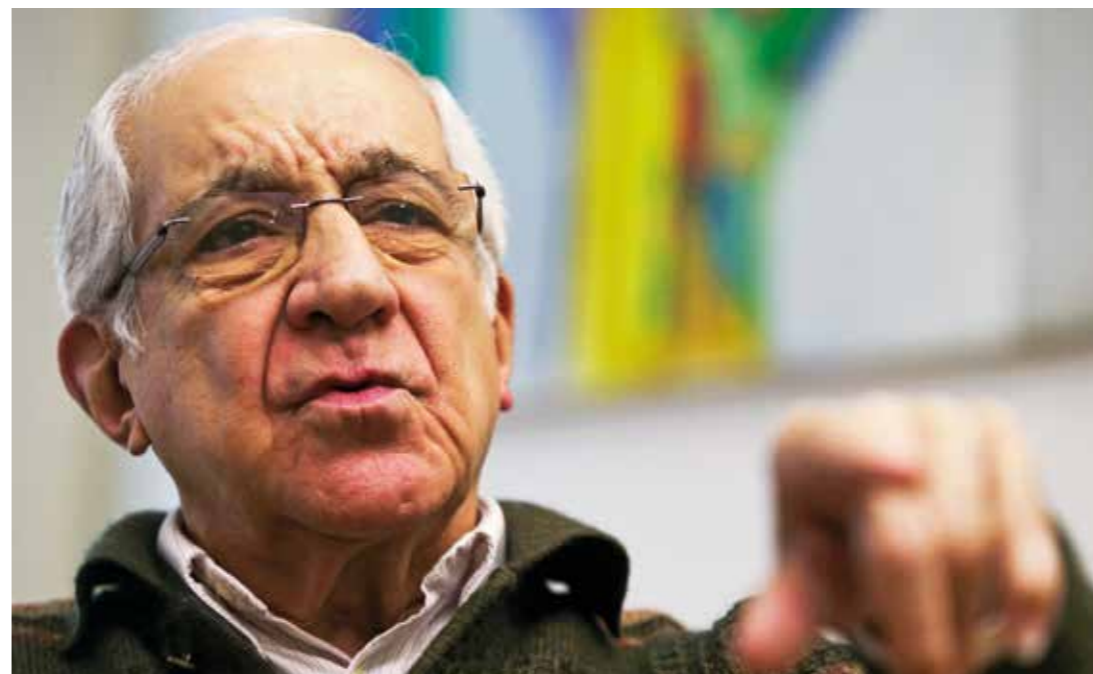
OS PROBLEMAS

O choque da realidade a seguir ao 1º Maio de 1974 e a explosão dos problemas existentes na sociedade portuguesa, a dificuldade ou mesmo incapacidade de o I Governo Provisório responder às aspirações

e necessidades da grande maioria das pessoas, bem como as resistências que começavam a manifestar-se no campo económico (a contra-revolução iniciava o seu processo), obrigaram a Junta de Salvação Nacional (JSN) e o Presidente da República, general Spínola, a envolver directamente os militares do MFA na resolução dos problemas diários que surgiam por todo o lado, e na defesa da nova ordem; foi criado o Comando Operacional do Continente (Copcon) com uma dupla missão — uma no âmbito da segurança interna, motivada pelo descrédito da PSP e da GNR, cuja imagem estava muito associada ao regime ditatorial — e outra de ser uma “porta aberta” para ouvir os anseios e acorrer às necessidades imediatas das pessoas.

Otelo foi nomeado comandante-adjunto do Copcon; esfumado o seu desejo de voltar a ser professor da Academia Militar, teve de mergulhar completamente numa nova missão, com a qual nunca tinha sonhado e muito menos reflectido. A aprendizagem e o exercício da função fazem-se no turbilhão revolucionário que vivemos em 1974/75; Otelo orienta-se por princípios e valores que lhe são caros: a solidariedade, a generosidade, a não-violência, a participação popular e o respeito pelos outros, em especial os mais desfavorecidos. A falta de profundidade política e as circunstâncias levam-no por vezes a afirmações e atitudes menos ponderadas ou pouco coerentes.

Os afastados do poder pelo 25 de Abril tentaram vários golpes; em particular o 28 Setembro e o 11 de Março, que perderam. O Copcon e Otelo estiveram constantemente no olho do furacão, nem sempre em convergência com o Governo ou



Miguel A. Lopes, Lusa

Otelo gostava de falar e de prender a atenção do público; agradava-lhe impressionar e usava algumas vezes expressões “bombásticas”

com o Conselho da Revolução. O chamado Verão Quente foi um período muito intenso, conflitual e vibrante, com actuações por vezes contraditórias e desencontradas dos órgãos de soberania, dos militares de Abril e dos dirigentes partidários em luta aberta pela conquista de posições de poder. Otelo foi dos mais solicitados por todas as partes, submetido a grandes tensões, e nem sempre terá sabido ou conseguido avaliar friamente as situações. Todos cometemos erros!

Após o 25 de Novembro, Otelo foi apanhado pela onda de revanchismo e de desforra desencadeada contra os militares de Abril pelos apoiantes do regime derrubado ou saudosistas do passado, democratas e “revolucionários” de

última hora e a hierarquia reposta das Forças Armadas. Tal como muitos outros, Otelo foi preso, por simples suspeita, sem factos objectivos. Todos acabaram libertados sem qualquer acusação factual; foi claramente uma opção política, em que se prenderam ou afastaram aqueles que foram considerados “perigosos”, por defenderem posições políticas diferentes.

MARGINALIZAÇÃO

Após a notável campanha presidencial de 1976, Otelo regressa ao Exército e é novamente preso, desta feita por razões de natureza disciplinar, e é objecto de um longo processo de discriminação e marginalização dentro da instituição militar, até

ARISTIDES DE SOUSA MENDES NUNCA ESQUECER

AUTOR **JOSÉ VIRIATO**



"Era verdadeiramente a minha intenção salvar toda aquela gente."

Aristides de Sousa Mendes



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 - R. D. Filipe de Vilhena, 12
COIMBRA R. Visconde da Lou 94, 96 e 98
PORTO R. Catedral dos Reis, 97
www.INCM.PT moeda.opiocliente@incm.pt

em memória 
NUNCA ESQUECER

CASA DA MOEDA
INCM 

OTELO SARAIVA DE CARVALHO | 1936-2021

que, em 1979, é passado compulsivamente à situação de reserva. Otelos reclama, contesta, nunca desistindo de defender a sua honra e dignidade e acaba, ainda que a conta-gotas, por ter vencimento de causa, vindo a ser promovido a tenente-coronel e mais tarde a coronel quando, por lei aprovada na Assembleia da República, se procurou fazer alguma justiça (a justiça possível) aos militares de Abril marginalizados e perseguidos.

Otelos, o militar que brilhantemente concebeu e comandou a viragem histórica, herói de Abril, não tem lugar no Exército ou nas Forças Armadas: é atirado para a margem e tem de sofrer a disciplina, mas não lhe são atribuídas funções durante vários anos. É esta a sua circunstância nas Forças Armadas no pós-25 de Novembro. O poder político e os órgãos de soberania deixam correr. Naturalmente, existiam na sociedade portuguesa forças políticas às quais o prestígio e o carisma de Otelos interessavam e que deles poderiam beneficiar; sem qualquer possibilidade de continuar a sua carreira militar e depois de ter sido atirado para a reserva compulsiva, Otelos entra na fundação da FUP [Força de Unidade Popular], procurando dar seguimento a algumas das ideias de democracia política de base que entretanto amadureceu, e continuando a nortear-se pelos mesmos princípios e valores, alguns aprendidos e cultivados no Exército, como o sentido de responsabilidade, a frontalidade, a lealdade e a camaradagem que o levaram ao 25 de Abril.

A sua cultura, o seu comportamento, a sua forma de ser e de estar mantêm-se como se continuasse entre militares; mas a sociedade civil e em especial o mundo político não se regem

por esses princípios e valores, não conhecendo nem praticando a lealdade e a frontalidade. Por outro lado, o 25 de Abril foi mesmo uma singularidade histórica, que não era nem é repetível, seja com que figurino for.

São estas as circunstâncias, de intensa aprendizagem e participação na construção de um Portugal novo, seguidas de marginalização e perseguição pela instituição militar e de alheamento do poder político quanto ao que lhe deve, quando Otelos se envolve como cidadão na luta e na actividade política, procurando vias para uma democracia plena e uma sociedade mais justa, actuando num mundo político que não conhece por dentro e que não respeita os valores que fazem parte do seu património: a não-violência e a lealdade.

Otelos fez o que devia pela Pátria e pelo povo: serviu-os com honra e dignidade, cumpriu integralmente o seu dever, foi brilhante no que fez de extraordinário e deu tudo sem cuidar de haver vantagem ou recompensa. Na sua condição de chefe militar ou de simples cidadão, assumiu responsabilidades e pagou custos que iam muito para além dos dele. O poder retribuiu como costuma e lhe convém: ignorou-o, quando devia tê-lo acarinhado e protegido, marginalizou-o e deixou-o exposto, na sua condição humana, à voragem dos tempos e dos homens.

Esperemos que na oportunidade da comemoração do 50.º aniversário do 25 de Abril a pátria portuguesa saiba homenagear e honrar devidamente Otelos e os seus companheiros de Abril e reconheça o seu brilhante feito, como fundador da nossa democracia.



Direitos Reservados

25 de Novembro de 1975 em Lisboa

MADRUGADA DE 25 DE NOVEMBRO

Breve nota sobre o que de mais saliente me foi dado observar enquanto segundo oficial mais moderno da repartição de informações do Copcon

JOSÉ CARLOS ALVAREZ TASSO DE FIGUEIREDO

ANTES DE MAIS, CUMPRE salientar a afabilidade no trato de que Otelos Saraiva de Carvalho sempre deu mostras.

No 11 de Março de 1975, dou saliência à forma vigorosa como tratou o embaixador dos EUA durante um telefonema.

Com o decorrer do ano de 1975, pareceu-me que ele não se ia apercebendo da gradual perda de poder de que dispunha.

Finalmente, porque nem sempre a questão foi adequadamente tratada, importa dar conta do que se passou no 25 de Novembro de 1975, em que me foi dado por ele uma missão (não estava disponível o oficial paraquedista colocado no Copcon e eu tinha feito duas comissões no Batalhão de Caçadores Paraquedistas n.º 31/Moçambique).

Faço, por isso, um breve resumo daquilo em que participei.

Depois da saída da maioria dos oficiais paraquedistas das respetivas unidades (na sequência de uma tentativa, em Tancos, do então Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA) acompanhado pelo Vasco Lourenço, para explicar o que se passara com a colocação da bomba na Rádio Renascença), o pessoal graduado que restou (maioritariamente sargentos) colocou-se sob as ordens do Otelos.

Entretanto, o então CEMFA, entre outras mensagens, enviou uma em que dava como extintos os paraquedistas, o que levou o pessoal que ficou a querer ir às unidades da Força Aérea explicar porque é que isso não devia acontecer.

A 22 de Novembro, o Otelos encarregou-me de ir às unidades onde se encontravam paraquedistas para lhes aconselhar calma, uma vez que procuraria resolver o problema na sessão do Conselho da Revolução (CR) marcada para 24 de Novembro. Fui ao então DGAF - Depósito Geral de Adidos da Força Aérea, (hoje Hospital das Forças Armadas), no Lumiar/Lisboa, estando também presentes graduados paraquedistas que enquadravam o pessoal que se encontrava na Base Aérea 6/Montijo) e à Base Escola de Tropas Paraquedistas - BETP (hoje Regimento), em Tancos, dando corpo à missão.

Na madrugada de 25 de Novembro, em que me encontrava de assistência à Repartição de Informações (sendo que à Repartição de Operações estava o falecido major piloto aviador Arlindo Ferreira), no Copcon, tendo muitos oficiais permanecido na zona reservada ao Oficial de Dia, o Otelos mandou-me chamar dizendo-me que não tinha conseguido resolver o assunto e que eu devia contactar o major Pessoa (que se encontrava à frente da BETP) para lhe transmitir que podiam então ir às unidades da FA expor as suas razões. Assim fiz.

Depois, deram-se os desenvolvimentos habituais na época.

MAS...

...Dos que atiram a pedra e escondem a mão

CARLOS MATOS GOMES

ALÉM DOS PUTATIVOS HERDEIROS dos movimentos mais violentos e totalitários da história moderna e contemporânea de Portugal, desde a Vilafrancada miguelista de 1823, até aos bombistas e saqueadores reunidos na Sé de Braga e nos escritórios do franquismo em Madrid, do cónego Melo ao comandante Alpoim Calvão, que colocaram “Portugal a arder” com o ELP e o movimento Maria da Fonte, dos que ainda choram o fim da ditadura e da guerra colonial, a morte de Otel Sarai-va de Carvalho proporcionou o ressurgimento de um outro grupo, o do “mas”. O grupo dos falsos “cândidos”, dos que argumentam candidamente que a operação militar foi boa, “mas” a revolução não foi democrática e o seu desenrolar até foi atribulado.

Os do “mas” não perdoam a Otel a responsabilidade de ter transformado um *putsh* militar numa revolução, incentivado os portugueses a agir e a organizar-se espontaneamente para decidir o que fazer após o derrube da ditadura, o fim da polícia política, dos tribunais plenários, da cen-

sura, do poder patronal absoluto! Ora, esta liberdade tomada por necessidade e impulsionada por Otel, constituiu e constitui uma ofensa imperdoável aos “mas” sobre o que “devia ser uma democracia”, trazida já talhada, pronta-a-vestir do posto de comando da Pontinha, ou, ainda melhor, de casa do general Spínola.

O grupo do “mas” acusa Otel de ter aberto as portas a uma democracia para a qual não se tinham preparado, que não lhe reservara lugares, que não respeitava os seus chefes de clãs, que não resultava de confrarias e ordens com santos hierarquizados, doutrinas e credos estabelecidos, com programa, estatutos, cartões, *controleiros* e chefes de secção! Otel abriu as portas a uma democracia sem unguídos, sem secretários-gerais e adjuntos, herética aos olhos dos defensores do condicionamento político da sociedade, para quem a democracia é um exclusivo dos partidos e, destes, apenas os das famílias com Denominação de Origem Controlada-DOC-pela elite europeia e americana.

Otel não foi nem quis ser o fila guia, o turibu-



Direitos Reservados

Mapa do 25 Abril definido por Otel

lário, o incensador de um golpe que se limitaria a legalizar o Partido Comunista e a distribuir os lugares e prebendas no aparelho do Estado até aí exclusivas da União Nacional/ANP por pessoal de confiança das famílias políticas europeias do pós II Guerra. Uma nova elite que, quanto ao problema colonial, se libertasse da guerra na Guiné, dividisse Moçambique e se concentrasse em preservar o domínio de Angola pelos grandes grupos europeus e americanos e que, quanto a Portugal, abrisse o mercado e não assustasse os falangistas espanhóis. Este era o papel reservado a Spínola e aos partidos que iriam ser fundados, ou desenvolvidos a partir de embriões de recente fecundação.

O reconhecimento imediato da independência da Guiné declarada pelo PAIGC, pelos militares do Movimento dos Capitães local e das negociações desde logo iniciadas com a Frelimo, em Moçambique, pelos oficiais do Movimento daquela colónia, não permitiu a Spínola desempenhar o papel de “descolonizador conveniente”; e o aparecimento do Copcon, comandado por Otelo, como um contrapoder e não como um aparelho repressivo, impediu a rápida partidização do novo regime, a sua “normalização, ou domesticação. É esta conjugação de fatores que os adeptos do “mas”, os falsos cândidos, apelidaram de PREC, que levou Spínola à demissão em Setembro de 1974, ao 11 de Março de 1975 e ao “Verão Quente”.

A DESCOLONIZAÇÃO

A descolonização imposta pela recusa das tropas de continuarem a combater em Áfri-

ca e o subdesenvolvimento de Portugal não permitiram a “transição pacífica” do regime, a maquiagem do Estado Novo colonial numa “democracia” sem alterar as relações de poder das castas superiores e mantendo os cidadãos à distância, como viria a acontecer em Espanha.

Na morte de Otelo, os “ressabiados”, herdeiros do absolutismo, do Portugal grotesco e caceteiro, arrogante e pesporrente, saíram à luz do dia a verter lágrimas de crocodilo pelas vítimas da violência, sendo que esta sempre constituiu a sua principal ferramenta de domínio, os “mas” vieram apoucar o papel de Otelo, reduzi-lo a um major de artilharia que rabiscou um plano de operações numa folha de A4 e num mapa do Automóvel Clube de Portugal, que não sabia o que era “uma democracia como devia ser”. Classificam-no como uma personalidade controversa e contraditória, sem perceberem que estão a distingui-lo e a elevá-lo entre os comuns. Os primeiros, os ressabiados, são os “tios” e “tias” que continuam a lamentar o fim das criadas de servir, os agrários que se queixam do fim dos trabalhadores pagos à jorna e dos ranchos de “ratinhos” idos das Beiras para o Alentejo, os patrões que viviam à custa de operários sem direito a sindicato ou a até a horário. Os segundos, os “mas”, são os que temeram e temem uma democracia da qual não fossem e não sejam os mestres!

Otelo não levantou nem guarneceu as barreiras de proteção que, segundo os ressabiados e os “mas”, deviam separar o povo instalado na geral do teatro do poder do dos senhores dou-



Direitos Reservados

Otelo não levantou nem guarneceu barreiras

tores acomodados nos camarotes! A sua morte trouxe para os jornais e televisões os herdeiros dos integralistas e lembrou a persistência de um Portugal de seres mesquinhos, interesseiros, de um *lumpen* de bem-apegoados e bem instalados que, para defender os seus interesses, não hesitará em colocar um “mas”

na fórmula atual de democracia e de Estado de Direito, de se unir aos ressabiados, não certamente para melhorar a vida dos portugueses, nem lhes acrescentar liberdade, mas para impor um regime que lhes seja mais rentável, porque sempre viveram de rendas e de ausência de princípios.

COMANDANTE LIVRE DUMA REVOLUÇÃO LIBERTADORA



Direitos Reservados

José Afonso foi a figura mais proeminente no apoio à candidatura presidencial de Otelo

Otelo foi o grande protagonista que, em todo o século XX, melhor conseguiu interpretar os anseios mais avançados e universais do povo português

MÁRIO TOMÉ

FALTOU, COM UMA VIOLÊNCIA cobarde e brutal, a bandeira a meia haste e a declaração pela República de luto nacional pela morte do comandante supremo da batalha militar que libertou o povo português do fascismo e da guerra. Que teve uma repercussão mundial.

Foi Otelo quem, na genuinidade da sua entrega à missão que no 25 de Abril lhe foi outorgada pelos camaradas da Direcção do MFA, entendeu em toda a sua amplitude e profundidade a mensagem da primeira revolução democrática da nossa era, a Revolução Americana de 4 de julho de 1776: *governo do povo, pelo povo e para o povo*, nas palavras de Abraham Lincoln. Logo a seguir, para conseguir a maior vitória civilizacional também da nossa era, a abolição da escravatura, Lincoln, o impoluto, teve que corromper com terras ou com dinheiro os deputados do Partido Democrático que enriqueciam com o trabalho escravo nas plantações de algodão, enquanto os abolicionistas republicanos enriqueciam pagando salários miseráveis aos operários brancos e negros: *burgueses somos nós todos, ou ainda menos*, como diria o Mário de Carvalho!

Graças aos capitães de Abril e em especial a Otelo, no comando do Copcon, em Portugal o *governo do povo, pelo povo e para o povo* teve expressão real no período revolucionário, o tão difamado PREC, graças à iniciativa e à luta popular tolerada, até mesmo apoiada e não re-

primida, como era suposto, pelo braço armado do Estado.

Por isso mesmo, foi aquele período, dos poucos, senão o único, da história de Portugal, em que a moral e a ética se sobrepuseram à corrupção, que, nos seus mais coloridos avatares, económico e político, ético e moral, não teve então espaço para se espanejar, instalar e, depois, finalmente, capturar o poder político e económico, em consonância, aliás, com o que se passa em todo o mundo globalizado sob a égide do capital financeiro.

Passada aquela bela e rica fase do “anarco-populismo”, segundo Mário Soares, de novo instalados no poder os que Balsemão viria a libertar *duma tutela militar*, como sugere, sibilino, o socialista António Costa, ei-los que passaram a lamber-se e a lambuzar-se uns aos outros. E António Costa, aquele que não vislumbrou motivo para respeitar e reverenciar como lhe competia o grande herói do Portugal democrático, celebrou a passagem de Pinto Balsemão pelo governo há 40 anos como sucessor de Sá Carneiro que, com Balsemão *lui même*, aquando da vitória da AD em 1980, tinha lançado a candidatura presidencial do general fascista Soares Carneiro, que ao serviço da PIDE dirigiu o campo de concentração de S. Nicolau em Angola. Tal candidatura tinha como objectivo realizar um referendo plebiscitário contra a Constituição da República e

como projecto *um reencontro histórico com Portugal para repensar o seu futuro!*

Tal não foi possível então para Soares Carneiro, que perdeu as eleições para Eanes, e, por razões funestas, para Sá Carneiro. Mas afinal sempre chegámos ao *futuro repensado*: António Costa abraçado a Balsemão e, no seu melhor, também num abraço, mas de urso, a Rui Rio e ao PSD, demonstrando que, quer na prática, quer simbolicamente, o “liberalismo” caetanista aí está e já não precisa deles para nada.

JOVENS OFICIAIS

Ao serem-lhe impostas as estrelas de comandante adjunto do Copcon pelo general Jaime Silvério Marques, que proferiu algumas palavras donde ressaltava o tom paternalista, tolerante e condescendente, Otelo agradeceu, no estilo que caracterizou os homens do MFA e que haveria de ser timbre do seu comando e do seu papel na revolução, sublinhando: “fomos nós, os jovens oficiais entre os vinte e cinco e os quarenta anos, que tomámos sobre nós a responsabilidade de derrubar um governo que todos nós deplorávamos, mas que os nossos generais, apesar de toda a sua provável juventude de espírito, não tiveram a coragem de derrubar!”

Foi o momento de acabar com o fascismo e com a guerra colonial, com o cinismo e com a hipocrisia; foi o momento de apoiar o povo na impetuosa assumpção de que era a si próprio que cabia o poder e que, antes de qualquer representação delegada que, aliás, instituiu com entusiasmo único na eleição da Assembleia Constituinte, era o tempo da construção da or-

ganização social e económica de acordo com os seus interesses populares não delegáveis.

Foi o tempo do PREC. E nesse tempo, a figura que o povo livre e não apenas o libertado, erigiu e elegeu como sua referência, como seu símbolo, foi Otelo. É escusada conversa redonda e balofa.

Foi ainda Otelo quem, de alma e coração, com todo o entusiasmo e o optimismo que tantos celebram nele como virtude primeira para poderem diminuir o seu papel único na história, deu a cara e o “corpo ao manifesto”, aceitou ser porta-bandeira do maior e mais belo movimento de unidade popular, os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP), materializando o sentimento revolucionário popular que percorreu o País durante a revolução donde teve nome o golpe dos capitães.

E foi, portanto, ele, o candidato desse movimento de unidade que, num derradeiro hausto da vontade popular expressa com tanto entusiasmo e tanta riqueza de alegria, amor e participação, capacidade de iniciativa e realização, fraternidade e solidariedade durante o PREC, quem nas eleições presidenciais de 27 de junho de 1976, defrontou o chefe militar do 25 de Novembro, o então tenente-coronel e futuro general Ramalho Eanes.

Otelo obteve 16,46% dos votos, o maior resultado de sempre, até hoje, de um projecto revolucionário de unidade popular em todo o denominado “mundo ocidental”, capitalista e imperialista.

José Afonso foi a figura mais proeminente no apoio à candidatura presidencial de Otelo. Não foi ocasional o encontro entre ambos: o grande



Fernando Baião, Lusa

Muitos músicos de intervenção, como Fausto, segundo a contar da esquerda, apoiaram a candidatura de Otelo à presidência da República

bardo e o chefe militar da revolução uniram-se no sentimento que emanava do entusiasmo popular escorando a liberdade conquistada com a construção material e política da nova sociedade, no terreno concreto da cidade “sem muros nem ameias”.

Otelo, depois de ter achado que, cumprida a missão, era hora de voltar à sua cadeira de professor da Academia Militar, alertado pelos camaradas: “olha lá, não vamos deixar isto nas mãos da Junta!”, percebeu que do que se tratava era da Revolução.

E como disso nada percebia, foi visitar o Fidel e o Olof Palm para tirar a bissectriz da esquerda. Mas, afinal, compreendeu que não havia bissectriz nenhuma, só havia um vector principal: a luta e a vontade populares. Espontaneísmo! Acusaram-no. De facto... Mas para quem tem quase todo o poder é a melhor escolha. A direcção encontra-se na luta e no conhecimento.

A luta não dispensa, exige o conhecimento; e o conhecimento só se realiza na luta. Não sei se ele assim pensou. Mas foi assim que agiu e isso é que interessa.

Eis o meu Otelo: homem livre, “inteiro e limpo” como o dia que nos deu, aberto à vida sem reticências, frontal, espontâneo, com sentido profundo da leal camaradagem, sempre pronto para a acção e a assumir as responsabilidades, dele e tantas vezes dos outros, seus subordinados, camaradas ou circunstanciais *compagnons de route*. Também foi o escritor do mais belo livro sobre o 25 de Abril, *Alvorada em Abril* que ombreia com o melhor livro sobre a guerra colonial, *Nó Cego*, de Carlos Vale Ferraz, o nosso Carlos Matos Gomes.

Otelo foi o grande protagonista que, em todo o século XX, melhor conseguiu interpretar os anseios mais avançados e universais do povo português. E disso ninguém se livra!



Isabel do Carmo, a autora deste artigo, com Otel

DO LADO DOS FRACOS

O Copcon funcionava de porta aberta e aí chegavam pessoas dos bairros, das comissões de trabalhadores ou simplesmente cidadãos injustiçados

ISABEL DO CARMO*

HÁ POUCO TEMPO, um padre meu amigo, responsável por um instituto católico (não, não é o Aventino) contava-me a seguinte história. Durante o chamado processo revolucionário, em 1974/75, pertencia a um grupo de jovens que na zona do Campo Santana – Desterro - detectava onde havia casas desabitadas e chamavam famílias das barracas para virem ocupá-las.

Um dia, depois dessa acção, que era sempre bem movimentada e com os polícias ausentes ou a olharem, hesitantes, depois de instalarem uma família, houve um senhor que desceu a escada, veio ter com ele e disse-lhe: “Obrigada, é a primeira vez que tenho uma casa”. É uma cena que fica para a vida. Porque não era oficial, como quando se dá a chave nos bairros sociais em cerimónia caridosa, nem era oficiosa, era transgressão consentida. E, apesar disso, só estes jovens revolucionários a praticavam. Falávamos disto a propósito de ser insuportável coexistir com seres humanos iguais a nós, cidadãos pobres, sem casa, com insegurança alimentar e habitualmente humilhados. Por ele, faz parte dos católicos que estão do lado “Cristo débil”, o que foi ao encontro destas

pessoas. Foi a sensibilidade à desigualdade, à injustiça social, à pobreza, que transformou o Otel, responsável dentro da direcção militar que organizou e dirigiu o movimento do 25 de Abril, no Otel do Copcon, o que apoiava estas ocupações.

O Otel foi o jovem militar que, com Vasco Lourenço, Garcia dos Santos, Fisher Lopes Pires, Salgueiro Maia, Carlos Matos Gomes, Victor Alves, Pinto Soares, Luís Manuel Costa Correia, Almada Contreiras, Martins Guerreiro, Nuno Santos Silva e muitos outros, se revoltaram primeiro contra a guerra, depois contra as velhas figuras das Forças Armadas, depois, e sobretudo, contra o regime de ditadura. Foi em luta pela liberdade que decorreu o movimento. E quando o jovem Otel foi nomeado comandante do Comando Operacional do Continente e organizou as suas tropas, era ainda um participante simultaneamente observador, analista e decisor com todos os problemas a cáirem, todos os dias, em cima da mesa. Dizia-se vagamente social-democrata, tinha pouca informação geoestratégica e outra. As questões do capital, da propriedade, das lutas, caíram-lhe em

cima da cabeça à medida que tinha de decidir. E decidir, na tropa, julgo eu, implica movimentar homens. E foi então que o Otelos, que, tal como outros, evoluíra de objectivos em pouco mais de meio ano, teve de escolher o lado certo. Deu de frente com a realidade social, ele, que sonhara outros voos, ser actor com sentimentos à vista à maneira de Stanislavski, num grande palco e grandes gestos, passou a ter outro palco e gestos ao alcance da televisão. É o Otelos do Copcon que foi o Otelos da luta contra a desigualdade. Logo inicialmente, quando forças insuspeitas decidiram no governo provisório que tinham de ser reprimidas as greves dos Correios e da TAP, as tropas do Copcon foram até lá, ao local, onde estavam os trabalhadores, no Terreiro do Paço ou no Aeroporto, e viraram-se ao contrário – ficaram ao lado dos que lutavam. Mais tarde, haveriam de fazer o mesmo em Setembro de 1975, quando Pinheiro de Azevedo mandou ocupar as rádios. Por isso, não teve outro remédio senão rebentar com o emissor da Rádio Renascença!

NA EVOLUÇÃO DE UM HOMEM

O Otelos tinha demitido em directo, na televisão, os grandes chefes das Forças Armadas que se perfilavam para serem eles os novos senhores – Galvão de Melo e outros. Isso deu um sinal para esclarecer melhor, para quem se situava à esquerda, quem seria aquela personagem desconhecida para a maioria. Mas a personagem foi-se fazendo a si própria. E entrou na luta contra a desigualdade. Havia casas devolutas e gente sem casa? Na Ajuda, os polícias tinham

tentado afastar as mulheres que iam ocupá-las? E deu ordens ao jovem capitão Lourenço Marques, mais que contente por cumpri-las, que, em matéria de ocupação de casas, não havia nem arrombamentos, nem polícia. A tropa ia lá e iam também a Chaves do Areeiro. E assim se abria a porta a gente que não tinha casa ou a novas organizações como a Universidade Proletária, na Avenida 5 de Outubro, onde deu aulas de economia Martins Pereira, antes de ser secretário de Estado do IV Governo, e deram aulas de jornalismo vários profissionais que vieram a ter notoriedade. E o Hipólito dos Santos deu Sociologia.

Alunos? Eram mesmo aqueles que não estavam nas outras Universidades. Alguns deles estavam em grupos organizados como o que descrevi no início. Outros organizaram-se nos próprios bairros de barracas como aconteceu na Quinta da Calçada e outros. Depois veio a época da ocupação de terras, grandes latifúndios abandonados. Também lá estiveram as tropas para proteger os ocupantes e dialogar com os ocupados se possível. E veio ainda a operação de esclarecimento no norte do país, onde a missão era tanto mais difícil quanto mais se entrava no interior. As populações, com o seu nível de mais de 40 por cento de analfabetismo e intoxicadas a partir do púlpito pela igreja mais conservadora, temiam que lhes ocupassem as pequenas courelas, que lhes roubassem os animais de pastoreio ou a criação, que lhes pervertessem as raparigas. E, que me lembro, só houve uma propriedade colectiva acima do Mondego, o Cachão. Mas para o



Direitos Reservados

Na História tudo deixa lastro e foi um privilégio viver o tempo da Revolução

arcaísmo de certas zonas, ter um tractor de propriedade comum a vários pequenos lavradores já era muito difícil.

Foi durante este período que o Copcon funcionou de porta aberta e aí chegavam pessoas dos bairros, das comissões de trabalhadores ou simplesmente cidadãos injustiçados. Foi para aí que muitos se acolheram entre eles eu, quando da tentativa do golpe de Estado de direita de Março de 1975. Ainda passava um avião “inimigo” quando me escondi debaixo duma árvore, onde encontrei o jornalista Joaquim Furtado. Esconder-se debaixo de uma árvore é uma espécie de pensamento mágico. Mas a verdade é

que vivíamos momentos que pareciam de magia e que deixaram uma marca na sociedade portuguesa. Boa para os de baixo e que se sentiam protegidos por Otelos. Má para os que perdiam poder. Não é de estranhar, pois, a força e a alegria do movimento para a candidatura de Otelos para Presidente, sem qualquer organização oficial por trás, mas, mais uma vez, grupos orgânicos unitários, os Grupos Democráticos de Unidade Popular (GDUP). Derrotados? Não. Na História, tudo deixa lastro e foi um privilégio viver esse tempo.

*Médica, professora da Faculdade de medicina, activista política

CANDIDATURA DE OTELO EM 1976



Direitos Reservados

Otelo a exercer o seu direito de voto nas eleições em que se candidatou a Presidente da República

Na candidatura presidencial de Otelo estava presente um filão que haveria de aflorar uma e outra vez no panorama político português, uma espécie de um veio de água que irrompe periodicamente, refrescando a nossa vida democrática

LUÍS MOITA

NAQUELES ANOS FULGURANTES de 1974 e 1975, marcou presença na sociedade portuguesa um movimento com uma designação aparentemente contraditória: Cristãos pelo Socialismo. Era um movimento pouco orgânico, inspirado nas correntes da Teologia da Libertação oriundas da América Latina, com alguma propagação na Europa. Mobilizava pessoas como o pastor protestante Dimas Almeida, homem de excepcional abertura ecuménica, o meu colega de curso, Fernando Belo, que tinha escrito um livro com um título surpreendente (*Leitura materialista do Evangelho de Marcos*) e que era uma das pessoas mais inteligentes da nossa geração, um casal do Porto muito activo e empenhado, Margarida e Óscar Felgueiras, e centenas de outras pessoas motivadas pela causa da instauração da justiça nas nossas sociedades, fundindo a proposta cristã e o projecto da construção do socialismo.

Quando em 1976 Otelo Saraiva de Carvalho anuncia a sua candidatura à presidência da República, as primeiras eleições presidenciais genuinamente democráticas depois do 25 de Abril, os Cristãos pelo Socialismo deliberaram apoiar essa candidatura e eu fui designado pa-

ra representar o movimento. Passei a integrar a comissão política da candidatura, onde estavam representados todos os partidos da esquerda radical que apoiavam Otelo e onde encontrei pessoas notáveis como João Vieira Lopes, representante da UDP, que mais tarde teria notoriedade ao presidir à Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; dois representantes do MES: Afonso de Barros, um grande universitário a quem um cancro apanhou no meio da vida; e Eduardo Ferro Rodrigues, que seria secretário-geral do PS e presidente da Assembleia da República; António Vitorino, na altura muito jovem, em representação da FSP, homem de dimensão internacional, director-geral da Organização Internacional das Migrações; e ainda representantes da LUAR, como Fernando Pereira Marques, do PRP e da Base-FUT. Todas estas forças políticas convergiam na formação de agrupamentos unitários de activistas, os chamados Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, os GDUP, que Otelo tinha lançado, inspirado nas experiências de Cuba e de Moçambique.

O facto de, na comissão política da candidatura, eu ser o único elemento apartidário, levou a que

fosse escolhido como coordenador da mesma. E, nessa qualidade, o candidato convidou-me para o seu gabinete pessoal, estrutura informal de aconselhamento que reunia em casa do Otelo. Aí se encontravam regularmente, que me recorde, alguns militares da sua confiança, como Arlindo Dias Ferreira e Francisco Barão da Cunha, e alguns civis entre os quais se destacavam Luís Salgado de Matos, Manuel Salema, Catalina Pestana, Jorge Almeida Fernandes, Carlos Magro e Eduardo Cruz. Esta inesperada coincidência de pertencer aos dois conjuntos – comissão política e gabinete pessoal – fez de mim o segundo homem da candidatura, uma espécie de porta-voz de Otelo, catapultado imprevistamente para um papel de relevo que não desejei e que certamente não merecia.

De qualquer modo, esta circunstância proporcionou-me uma das experiências mais fortes que me foi dado viver. Nos dias de hoje, longe desses tempos electrizantes, é difícil descrever a quantidade e a qualidade da mobilização em torno dessa campanha eleitoral. Pela sede da candidatura em Lisboa, no alto da Rua Alexandre Herculano, passavam diariamente centenas de apoiantes, artistas, jornalistas, militares, sindicalistas, intelectuais, operários, activistas de todo o género, unidos num projecto anti-capitalista e de poder popular, tais eram os conteúdos políticos prevaletentes na altura. Otelo Saraiva de Carvalho era um homem pouco preparado, mas muito intuitivo, carismático em alto grau, com o seu quê de teatral, mobilizava multidões ao representar as melhores esperanças suscitadas pela revolução de Abril.



Direitos Reservados

Otelo revelou-se um fenómeno de mobilização popular que talvez não tenha comparação na história portuguesa

COM ZECA AFONSO

O primeiro acto de campanha foi um comício em Grândola, terra mítica da transição democrática, onde estiveram lado a lado o candidato e Zeca Afonso com a sua canção fundadora sobre a vila morena, terra da fraternidade. O simbolismo desse momento haveria de marcar aquelas semanas. No regresso de Grândola, já de noite, dirigimo-nos para a Cova da Piedade, muito perto de Almada, para o segundo comício do dia. Quando nos aproximávamos pela estrada elevada vimos, iluminado, o local do comício: era o campo de futebol absolutamen-

te repleto, bancadas e relvado, não caberia mais ninguém, num entusiasmo indescritível. Estava dado o tom da campanha, um fenómeno de mobilização popular que talvez não tenha comparação na história portuguesa.

Dias depois, a programação da candidatura marcou um comício para o Porto, porventura evocando a grandiosa recepção que essa cidade reservou a Humberto Delgado, também candidato presidencial em 1958, e organizou um comboio especial a partir de Lisboa. Com as carruagens superlotadas, o comboio chegou à estação de São Bento, na baixa do Porto, mas não era possível desembarcar, de tal modo estavam cheios de gente os cais da estação. Apinhava-se uma multidão incontável pela estação fora e por toda a Avenida dos Aliados até ao palco, já junto do edifício da Câmara. Seguramente centenas de milhares de pessoas. Sei que é difícil acreditar, mas só foi possível avançarmos porque um corpulento guarda-costas do Otelo agarrou nele, na sua mulher, Dina, e em mim e, recuando, arrastou-nos aos três, conseguindo furar a multidão.

Se Otelo Saraiva de Carvalho venceu, sem qualquer sombra de dúvida, a campanha eleitoral, isso não lhe deu a vitória presidencial, apesar do *slogan* “Na presidência, um amigo”. A sua votação foi expressiva, com um pouco mais de 16%, ou seja, quase 800 mil votos, um resultado excepcional para um candidato, digamos, da esquerda radical. A maioria foi para o general Ramalho Eanes, mas o próprio primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, apesar de internado no hospital com grave doença, passou dos 14%, enquanto o candidato do PCP, Octávio Pato, andou

pelos 7%. Esta contabilidade fez alguns sectários da esquerda não-alinhada, maoista e outra, convencerem-se de que o partido comunista estaria duradouramente subalternizado. Pura ilusão. Os pequenos partidos da extrema-esquerda foram-se dissolvendo e o próprio Otelo, depois de um exercício aventureiro, desapareceu de cena. Tal desfecho, porém, não faz esquecer a empolgante adesão popular à sua candidatura, certamente explicável pela atracção da democracia directa, do poder popular, da construção do socialismo. E sobre isso notemos que o tão realista Max Weber haveria de escrever que, “no mundo, **não se obterá o possível**, se, uma e outra vez, se não intentar o impossível”!

VEIO DE ÁGUA

A esta distância de décadas, tudo isso nos parece um pouco anacrónico ou mesmo controverso. Mas a verdade é que na candidatura presidencial de Otelo estava presente um filão que haveria de aflorar uma e outra vez no panorama político português, uma espécie de um veio de água que irrompe periodicamente, refrescando a nossa vida democrática. Se em Otelo Saraiva de Carvalho o tema forte era o do poder popular, anos depois será, com Maria de Lurdes Pintasilgo, a ideia de aprofundamento da democracia, na convicção de que não há democracia política sem democracia económica e que a democracia representativa deve ser complementada pela democracia directa e, mais tarde ainda, com Manuel Alegre, é a cidadania que enche, não apenas o discurso político, como também a prática colectiva participativa.

UM HOMEM DO NOSSO DESTINO

Entre o Óscar que entra naquela cápsula do tempo chamada prosaicamente Posto de Comando e o mais competente estratega daquela “*madrugada que esperávamos*”, operou-se um salto que na ordem biográfica é de horas, mas que suspende o próprio tempo

MARIA MANUELA CRUZEIRO

MORREU-NOS OTELO...aquele a quem um só nome bastava... como um amigo, como um irmão... (o outro era Vasco...lembram-se?) e com ele uma parte de nós. Ou se calhar não morreu e apenas se ausentou para longe, deixando com essa ausência o espaço livre para que o tempo, “*esse grande escultor*”, termine o seu trabalho, há meio século iniciado.

Por força desse trabalho, Otelo já não nos pertence, como aliás já não nos pertencia antes, apesar da ilusão da sua presença física e da marca indelével que deixa nas nossas vidas. Não por falta de biografia, que ele aliás tão perdulariamente partilhou com amigos e inimigos, mas por excesso de sonho.

Entre o Óscar que entra naquela cápsula do tempo chamada prosaicamente Posto de Co-

mando e o mais competente estratega daquela “*madrugada que esperávamos*”, operou-se um salto que na ordem biográfica é de horas, mas que suspende o próprio tempo.

Sabemos hoje qual o desfecho desse gesto fundador e (im)possível, mas não o sabia o major/capitão e todos os seus companheiros que “*se arriscaram na frente*”.

Sabemos hoje que aquele seu emocionado regresso a casa, (tão impressivamente fixado no magnífico pulsar da conspiração que é o seu *Alvorada em Abril*) após dois dias em parte incerta, como quem regressa de fazer apenas (!) o que tinha que ser feito, podia ter sido a entrada sem saída nas malhas da repressão mais sinistra. Isto se ele, no seu desconcertante optimismo não tivesse tido a mesma ideia do Maia: a de meter



A relação de Otelo com a história (colectiva e de cada um de nós) é a de quem com ela teve um encontro decisivo e fatal

Direitos Reservados

no bolso uma granada de mão que faria reben-
tar caso as coisas corresse para o torto.

Sabemos hoje quanto o êxito daquela impe-
cável operação por ele próprio chamada, com
raro sentido premonitório, “*Viragem Histórica*”
ficou a dever a uma enigmática conjugação
de factores que transcendem em muito o mel-
hor de cada um e mesmo a soma do melhor
de todos eles. Maiores do que o próprio acto!
Exemplo raro da maneira como “a história pas-
sa através dos seus agentes e como ela se serve
mesmo do que sob outros planos pode parecer
defeito e disso tudo amassado faz um homem
do destino” (Eduardo Lourenço).

PROEMINÊNCIA HISTÓRICA

Por isso, entendo que falar de “proeminência
histórica” a propósito de Otelos, como fizeram
os presidentes Eanes e Marcelo, é cumprir os
mínimos desse *dévoir de mémoire* de que nos
fala Ricoeur, para quem nos restituiu a digni-
dade e a esperança. Já muitas dúvidas me sur-
gem quanto aos historiadores, aos incansáveis
e prudentes historiadores, para quem quase
meio século ainda não bastou para definir com
“objectividade e rigor” o lugar reservado a Ote-
lo no espaço sagrado de que são os mais zelo-
zos oficiantes e guardiões.

Quanto a mim, a relação de Otelos com a histó-
ria (colectiva e de cada um de nós) é a de quem
com ela teve um encontro decisivo e fatal. De
quem não apenas fez, mas mudou a história,
de quem a dominou fazendo com que ela o
seguisse obediente e fascinada. É essa a hora
solar em que nascem os heróis!

SE CALHAR
NÃO MORREU
E APENAS
SE AUSENTOU

Escreveu o “nosso contemporâneo” Aristóte-
les que os poetas são os melhores intérpretes
dos sentimentos do povo. Talvez porque olhem
com olhos mais transparentes e mais fundos,
ou então talvez a sua voz coincida com a voz co-
lectiva, por transportar uma qualquer espécie
singular de verdade. Por isso, a verdade de Ote-
lo talvez a meio caminho entre história e ficção
resida no mais fantástico dos personagens de
Os Memoráveis, de Lídia Jorge: o cavaleiro da
Praia Grande, que sonhava fazer um filme – O
Herói do Mar – espécie de manifesto ou “testa-
mento vital” em defesa da memória, contra as
suas insidiosas mutações e desvios:

“É preciso dizer as palavras certas sobre o que
se passou, para que o povo possa salvar o que
deve. O povo tem de saber que se a mentira
passar sobre nós, ele ficará mais frágil, por-
que ficará sem o exemplo dos seus defensores,
e um povo sem defensores, não passa de um
rebanho de gado de lã branca, abandonado à
mercê dos lobos” (Lídia Jorge, 2014, *Os Memo-
ráveis*, ed. D. Quixote, p.217).

EM PROL DA MEMÓRIA

O dia mais importante da História contemporânea de Portugal
tem a marca da sua capacidade de planeamento e de comando

M. SIMÕES TELES

FOI OTELO QUE MOBILIZOU o grupo da
Linha (Oeiras e Cascais) da Associação 25 de
Abril para se envolver no programa das come-
morações do 45.º aniversário do 25 de Abril que
estava a ser preparado pela Câmara Municipal
de Oeiras. Entrava o Verão de 2018. Essa fru-
tuosa diligência do Otelos merece ser assinala-
da nesta hora de saudade. Terá sido uma das
últimas que o seu irrequieto estar terá feito em
prol da memória do 25 de Abril. Desse pro-
grama constou a edificação do monumento à
libertação dos presos políticos de Caxias, que
veio a ser erigido em frente à estação da CP de
Caxias, inaugurado em 26 de Abril de 2020.
Nesse dia, passaram 46 anos exactos daquela
libertação preconizada no Programa do MFA
e que foi decisiva para a orientação que a acção
militar tomou.

A maneira inconfundível do Otelos, entusiasta,
envolvente e eficaz, muito contribuiu para pôr
rapidamente os diversos actores envolvidos em
sintonia: não tardou a ficar escolhido o local do
monumento, não tardou a ficarem escolhidos
o escultor e a escultura, não tardou a ficar con-
cretizado o projecto.

Acrescentamos que nunca nos deixámos im-
pressionar pelas campanhas que procuraram
denegrir o Otelos e com isso tentar obliterar a
sua importância ímpar no desfecho do 25 de



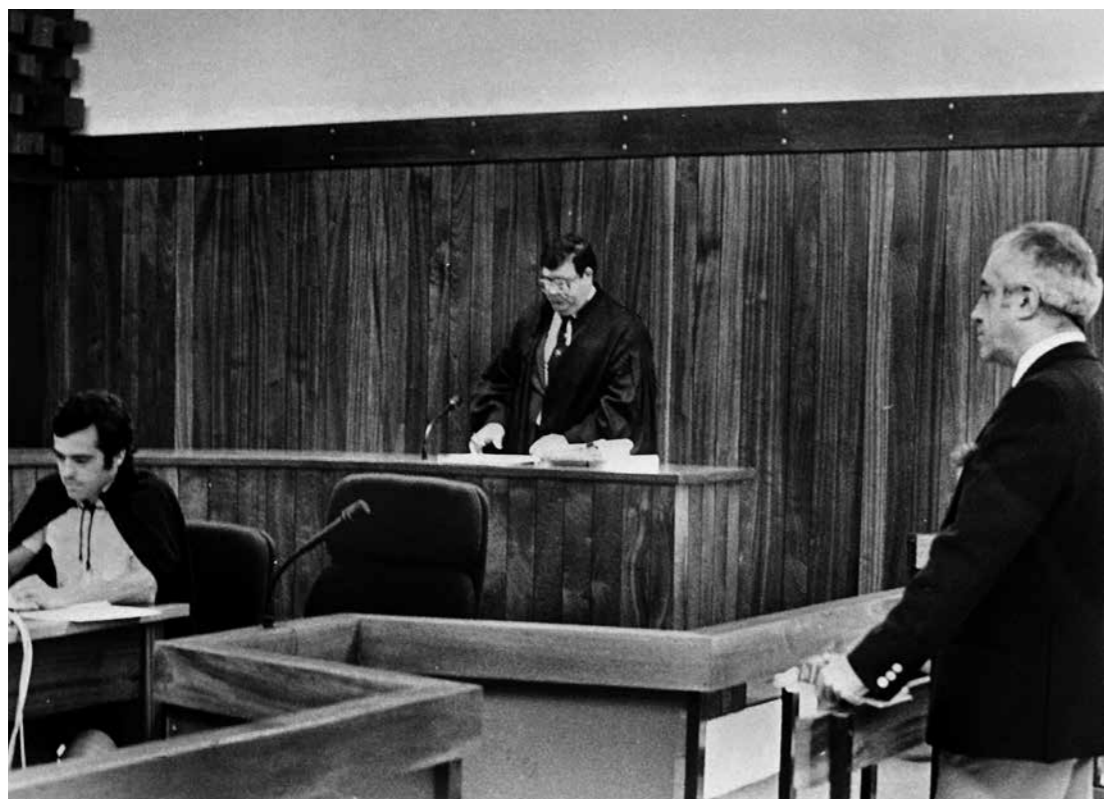
Otelos Saraiva de Carvalho fala sobre a revolução de 25 de
Abril de 1974 na escola Vertical de Briteiros em Guimarães

Direitos Reservados

Abril, ou seja, do próprio 25 de Abril. O dia
mais importante da História contemporânea
de Portugal tem a marca da sua capacidade de
planeamento e de comando. Mesmo que não
tivesse sido amnistiado – como foi, *et pour cau-
se* - mesmo que não tivesse negado sempre as
acusações com que o condenaram, convém
lembrar que há mais vida para além da justi-
ça - continuaríamos reconhecidos ao amigo e
camarada de armas, Otelos.

Oeiras, Agosto de 2021

SÍMBOLO MÍTICO DO 25 DE ABRIL



Direitos Reservados

Otelo no julgamento do caso FP25 com o advogado Romeu Francês (ambos de pé)

De Otelo bem se pode dizer que os seus desvios itinerantes foram menores quando comparados com o muito que nos trouxe

LUÍS NORONHA NASCIMENTO*

MORREU OTELO. E com ele morreu um dos símbolos míticos do 25 de Abril, ou seja, da liberdade deste país; porque, depois da eternidade que foram 48 anos de ditadura que nos venderam como sendo um “Estado Novo”, já quase ninguém entre os mais velhos se lembrava do que era ser livre, e quase ninguém entre os mais novos acreditava que a liberdade pudesse voltar em suas vidas para a gozar em plenitude e a transmitir, como herança milionária, à sua descendência.

Otelo ficará, por isso, como memória perene nos anais da nossa História porque por ele passou a bissetriz do grito de revolta que os heróis do MFA levaram a cabo naquela que foi a “madrugada que esperávamos”.

É certo que, com o tempo, Otelo se tornou o centro nevrálgico de um conflito tripolar: entre os saudosistas do antigo, os pragmáticos do presente e do possível e os sonhadores de um novo futurismo.

É aqui que radica todo o discurso dissonante à volta de Otelo: os saudosistas odeiam-no, os pragmáticos compreendem-no ainda que o critiquem e os sonhadores incensam-no.

Mas no fundo, e por detrás da tentativa de ostracizar a figura e a memória de Otelo, o que há verdadeiramente é a tentativa de ostracizar toda a memória do MFA, do 25 de Abril, do re-

gime democrático que daí emergiu e da Constituição que o sustenta.

O inglês Tony Judt fez um resumo genial dos dois fascismos ibéricos do século passado: enquanto Franco teve a coragem de industrializar a fundo a Espanha saída de uma guerra civil devastadora e fraturante sem medo de possíveis greves da classe operária, Salazar manteve Portugal como país rural, paroquial, imóvel, semi-analfabeto, desindustrializado para melhor o controlar e assistindo a uma emigração que o esvaía; enquanto Franco (que chegou ao poder com apoio militar) preservou, depois, as suas Forças Armadas, evitando envolvê-las em qualquer guerra estrangeira ou colonial, de modo “a não sofrerem derrotas humilhantes nem retiradas forçadas”, confinando-as a um “papel cerimonial” importante e sem risco, Salazar seguiu o traumatizante exemplo francês das guerras da Indochina e da Argélia, que abriu as portas ao que se seguiu: os jovens militares portugueses aperceberam-se com o tempo do que, verdadeiramente, estava em jogo e assumiram a responsabilidade de mudar o regime político do seu país evitando uma catástrofe colonial.

Como concluía Tony Judt “a transição democrática da Europa mediterrânica foi o desenvolvimento mais notável e mais inesperado dessa

era”, até porque “os desagradáveis regimes do sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia) não estavam tão moralmente falidos como institucionalmente anacrónicos”.

Foi essa transição que se fez em Portugal com o MFA; é isso que muitos – adeptos de “ditaduras clericais”, na expressão de Tony Judt – ainda não esqueceram.

O CASO OTELO

No seu subsequente percurso de vida, Otelos esteve preso preventivamente, foi julgado e condenado em sentença **não transitada** e beneficiou de uma amnistia votada no Parlamento português na parte final do século passado.

A condenação de Otelos teve, e terá, uma leitura divergente: para uns, é a prova de um comportamento reprovável expresso no crime descrito no leque dos factos provados; para outros, nunca houve uma apreciação definitiva da acusação porque a sentença jamais transitou em julgado e Otelos beneficia, por isso, da presunção de inocência que é uma marca de água do conjunto de princípios inalienáveis que formatam o estado de direito democrático.

A amnistia, votada no Parlamento, aprofunda esta leitura.

O Parlamento amnistiou os crimes imputados a Otelos, porque não se provou que tivesse cometido crimes de sangue.

A amnistia é um **ato de esquecimento: esquecimento do crime e dos seus efeitos**.

Ao contrário do indulto, da comutação ou do perdão da pena – atos de clemência – que não apagam o crime mas perdoam ou alteram a pe-

na, a amnistia **apaga** o crime; o que explica que a amnistia seja politicamente motivada, ou seja, ela decorre normalmente da necessidade de recentrar o desequilíbrio momentâneo da coisa pública (da “res publica”).

Mais: a amnistia é um ato genérico e impessoal (ou seja, abrange **todos** os que se encontram na situação que a lei prevê sejam eles quem forem), ao contrário do indulto ou perdão de pena que – como atos de clemência – se dirigem a pessoas concretamente identificadas.

Por isso, todos estes institutos são competência própria de órgãos de soberania cujos titulares são eleitos diretamente pelo povo.

Simplesmente, enquanto os atos de clemência são da competência do Presidente da República (órgão unipessoal), a amnistia é da competência exclusiva do Parlamento como espelho de refração de todas as correntes de opinião da sociedade civil.

Ou seja, a amnistia é o produto final da opinião expressa por todos os parlamentares como depositários da vontade do povo assumindo, por isso, a forma de lei parlamentar.

Daí que, neste caso concreto, não tenha sido apenas Otelos a ser abrangido pela amnistia aprovada: foram todos os que se encontravam na mesma situação prevista na lei porque essa foi a vontade maioritariamente expressa pelos deputados.

Esquecer um possível crime, irresponsabilizar quem infringiu – ou pode ter infringido – sempre fez parte da história do Homem: antigamente, de acordo com os humores ou os interesses do déspota; nos regimes liberais, de

acordo com as motivações expressas na vontade dos representantes do povo.

Daí que, ainda na fase inicial do liberalismo inglês, se tenha fixado o princípio “The King can do no wrong” (o Rei não se engana) como forma de, logo à partida, nunca o responsabilizar; daí que, há cerca de 50 anos, o Presidente norte-americano Richard Nixon tenha beneficiado de um ato de graça pelo crime que o envolvia no caso “Watergate”.

DELITO DE OPINIÃO

Otelos foi julgado duas vezes: da primeira, por pertencer a uma organização destinada a subverter o regime democrático por qualquer meio, ainda que violento; da segunda, por ter praticado crimes de sangue.

No primeiro julgamento, Otelos foi condenado sem que a sentença tivesse transitado; no segundo, Otelos foi absolvido por nada se ter provado contra ele. De permeio, foi aprovada a lei de amnistia, o que quer dizer que, à data desta, ainda não ocorrera o segundo julgamento de Otelos.

A amnistia abrangeu, assim, a condenação provisória de Otelos, o que nos transporta para uma situação próxima da dos delitos de opinião.

E porquê?

Os regimes políticos (monarquias ou repúblicas, democracias ou não, à direita ou à esquerda) tendem a criminalizar rebeliões e outras condutas similares destinadas a “subverter a ordem vigente”.

No caso de regimes extremistas, o simples “pensamento” é crime; vimo-lo connosco, nes-

te país, quando pertencer a um partido proibido era crime, mesmo que nada se tivesse feito a não ser manifestar uma adesão intelectual a certa ideologia.

Mas, mesmo nos regimes democrático-liberais – legitimados pelo voto popular –, qualquer tentativa de subverter é, em regra, compreensivelmente criminalizada.

Simplesmente, as opções ideológicas de cada um sobre a formatação político-jurídica da sociedade são sempre questões de opinião; quando extravasam para a construção concreta do figurino arquitetónico do país e são abrangidas por uma incriminação concreta que o país tenha votado, são – em regra – delitos de opinião. Foi isto que (a nosso ver) esteve por detrás da amnistia aprovada: se é um delito de opinião, esqueça-se o que se passou e comece-se vida nova; mas para tanto, há que ter a certeza de que o delito de opinião não está coberto por um crime de sangue que põe em xeque a solidariedade da vida comunitária.

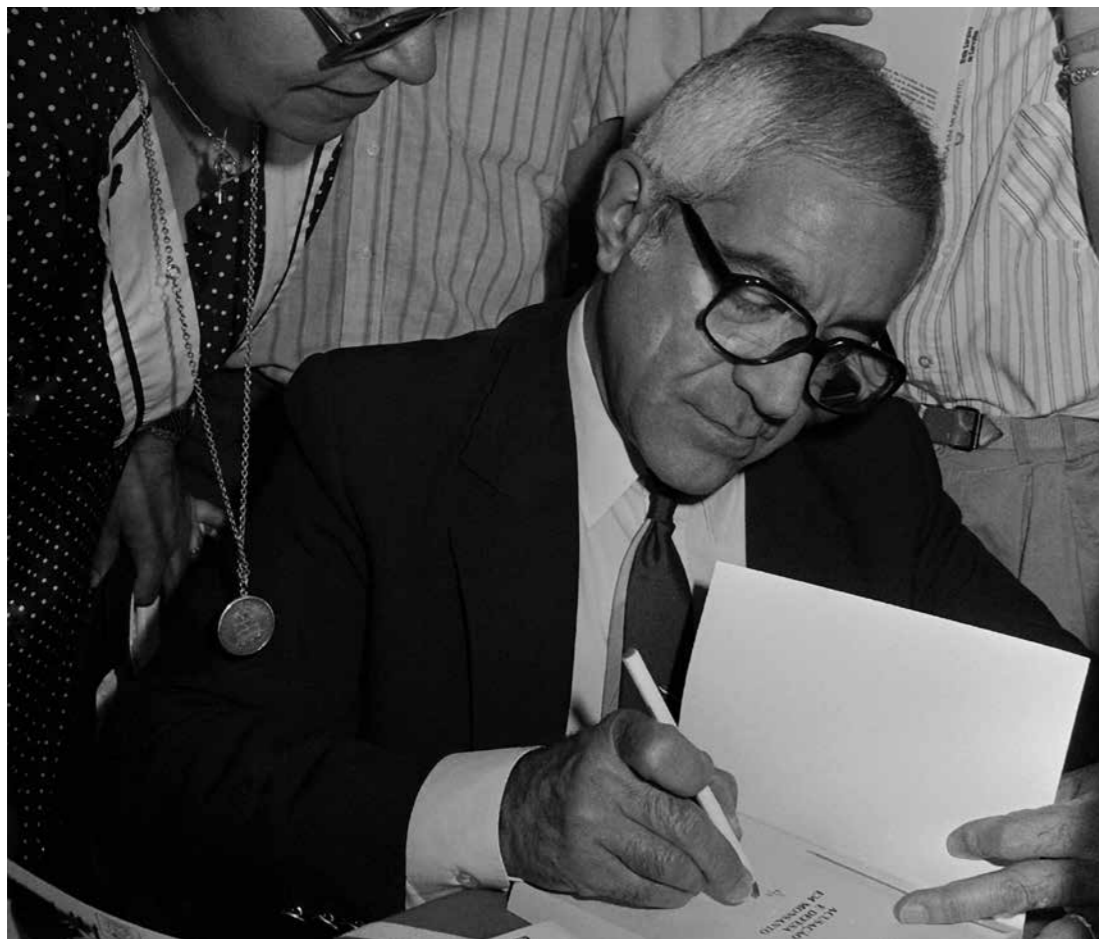
Daí que a concessão da amnistia tenha sido condicionada à inexistência de crimes de sangue.

Repare-se: não foram só as “FP” que foram “esquecidas” no pós-25 de Abril; foram também muitos dos próceres cimeiros do “Estado Novo” e do “11 de Março” que passaram incólumes pelos pingos da chuva.

Por isso, de Otelos bem se pode dizer que os seus desvios itinerantes foram menores, quando comparados com o muito que nos trouxe.

*Presidente Emérito do Supremo Tribunal de Justiça

O VERÃO QUENTE DO ÓSCAR



Alberto Frias, Lusa

Otelo levou tempo a decidir-se...

Os sete meses derradeiros que Otelo deixou por contar e o olhar que nunca chegou a ser escrito

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

DIANTE DE MÚLTIPLOS encontros e desencontros, começos e recomeços da vida, sentem-se os protagonistas, quantas vezes às escuras, incapazes de entender a razão desses mesmos acontecimentos e, não raro, também sem forças para perceber até a mais simples das evidências.

Para Otelo, a morte de sua mulher, Maria Dina Afonso Alambre de Carvalho, no Hospital Militar de Lisboa, a 28 de Dezembro de 2020, constituiu o indizível momento em que ele sentiu o mundo a desabar sobre ele próprio, como se fosse “o instante do soçobrar do elefante”, ao ponto de intuir que, daí para a frente, já pouco ou nada faria sentido.

A contagem decrescente, precisamente, começou com a partida de Dina.

Antes, Otelo ainda fora capaz de corresponder a um apelo que o filho, Sérgio de Carvalho, insistentemente, não cessava de lhe fazer, ao longo dos últimos dez anos: “conta a história sobre tudo o que aconteceu depois de 25 de Abril de 1974”. Otelo escrevera *Alvorada em Abril*, o livro essencial sobre as primeiras 24 horas da revolução, contado na primeira pessoa pelo actor principal da trama, faltava descrever o resto. Por isso, para Sérgio de Carvalho, era muito importante que o pai cumprisse esse desígnio. Ora, fosse sob o pretexto de uma prenda de

aniversário ou de Natal, frequentemente, Sérgio recordava ao Pai a necessidade de assumir a tarefa e a urgência de a concretizar. “Se não o fizeres, vais morrer amargurado por os portugueses não ficarem a saber por ti, o que verdadeiramente aconteceu”, dizia-lhe muitas vezes. Otelo levou tempo a decidir-se. “Ele considerava que o País nada lhe devia, por vontade própria recusara prebendas e honrarias, rejeitou as estrelas de general, declinou lugares cimeiros da administração do Estado”. Sérgio de Carvalho garante que o pai “não queria, nem nunca quis ser herói”, mas “morreu amargurado por haver portugueses a considerá-lo um vilão, acusação que ele liminarmente recusava e muito o magoava”.

O PROJECTO

Os argumentos do filho acabaram por convencer o pai. Otelo dispôr-se-ia a participar num projecto capaz de cumprir os desígnios propostos e que se consubstanciariam numa narrativa dos acontecimentos ocorridos em Portugal de 26 de Abril a 25 de Novembro de 1974, a que seria dado a título: “O Verão Quente do Óscar”. O modo de o fazer evoluiu em vários momentos e conversas: começou por ser pensado na forma de documentário para a televisão, ideia germinada pelo jornalista Jacinto Godinho, na



Direitos Reservados

Os dias do fim foram turvados por alheamento e desinteresse

sequência do programa “assembleia do MFA por zoom”, de sua autoria, emitido pela RTP1, dia 25 de Abril de 2020, para assinalar o 46.º aniversário da revolução; mais tarde, admitir-se-ia também a edição de um livro.

Alinhavados alguns critérios para a realização do trabalho, que consistiria em várias entrevistas com Otel para ele poder exprimir o seu pensamento sobre os acontecimentos ocorridos naquele período específico da nossa história contemporânea, pela ponte estabelecida por Sérgio de Carvalho, Otel aceitou receber Jacinto Godinho, na sua residência, em Oei-

ras. O encontro acontece a 23 de Dezembro de 2020. É durante essa reunião que jornalista e o estrategista de Abril afinam pormenores e estabelecem compromissos para o trabalho comum. Fica a florada a possibilidade de, além da reportagem televisiva, se fixar também em livro todas as entrevistas e demais contributos de Otel. Só que, dias depois, com a morte de Dina, tudo iria complicar-se.

Porém, Jacinto Godinho não esmorece no desejo de realizar o projecto. Em pleno período de confinamento causado pela pandemia, entre Janeiro e Março, estabelece novos contactos:

para integrar a equipa, sugere o jornalista José Pedro Castanheira e este, por sua vez, a completar o elenco, indica o nome da historiadora Maria Inácia Rezola.

No olhar de Sérgio de Carvalho estava encontrada uma excelente solução:

Jacinto Godinho responsabilizar-se-ia mais pela parte da televisão; Maria Inácia Rezola trataria da investigação documental e de reunir toda a informação disponível; de José Pedro Castanheira esperar-se-ia que “exercesse o princípio do contraditório”, cuidando também da escrita do livro. A todos parecia razoável fixar a data da celebração do 50.º aniversário do 25 de Abril (2024) como horizonte para a divulgação do trabalho, cuja concretização contava com o apoio da Direcção de Informação da RTP e da editora Tinta da China. Com a finalidade de agilizar os contactos entre os intervenientes, Sérgio de Carvalho, no dia 24 de Abril, cria o Grupo WhatsApp “Verão Quente do Óscar”.

No fervor de sequestras conversas, chega a aventar-se a eventualidade de o horizonte temporal de análise poder estender-se para além de 25 de Novembro de 1975, indo mesmo até ao período da candidatura de Otel à Presidência da República. Todavia, inexoravelmente, o tempo estava longe de ser favorável a tais propósitos.

A DEPRESSÃO

A morte de Dina fizera mergulhar Otel num estado de abulia e acentuada depressão, contribuindo isso para a agravamento dos problemas do foro cardíaco de que padecia. Aumentam as deslocações ao Hospital Militar, sobrepõem-se

os sinais de alheamento, desponta o desinteresse que manifesta por tudo o que o rodeia. Segundo Sérgio de Carvalho o pai “desinteressou-se de viver”.

Esse estado de degradação impediu-o mesmo de participar no aniversário do filho, dia 1 de Maio. Por essa altura, baixaria ao Hospital Militar de onde recebeu alta a 12 de Junho. É então que desiste das entrevistas para o projecto “O Verão Quente de Óscar” e manda cancelar o encontro apazado para 21 de Junho, com Jacinto Godinho, José Pedro Castanheira e Maria Inácia Rezola.

A 10 de Julho é novamente internado no Hospital Militar de Lisboa, onde, durante duas semanas, seria visitado pelos filhos e por um número muito restrito de pessoas mais próximas. Agrava-se a agonia por insuficiências cardio-respiratórias. Otel “com o coração do tamanho do mundo” acabaria por ser vencido pelo coração, por sinal, na madrugada de um dia 25. Às 4H11 de 25 de Julho morreu.

Sérgio Carvalho conserva, no telemóvel pessoal, a mensagem enviada dois minutos depois, do Hospital Militar de Lisboa, pela irmã Paula: “O pai morreu agora, queres cá vir?”

Calou-se a voz de um homem que “tanto desejava que o País o reconhecesse por aquilo que pela pátria fez”.

Por vontade de Otel, conjugada por esforços empreendidos pelo filho, Sérgio Bruno, as cinzas de Otel, juntamente com as da mulher Dina, deverão ser depositadas, oportunamente, junto ao “ninho de amor” que tinham numa casa na Arrábida e em Moçambique.

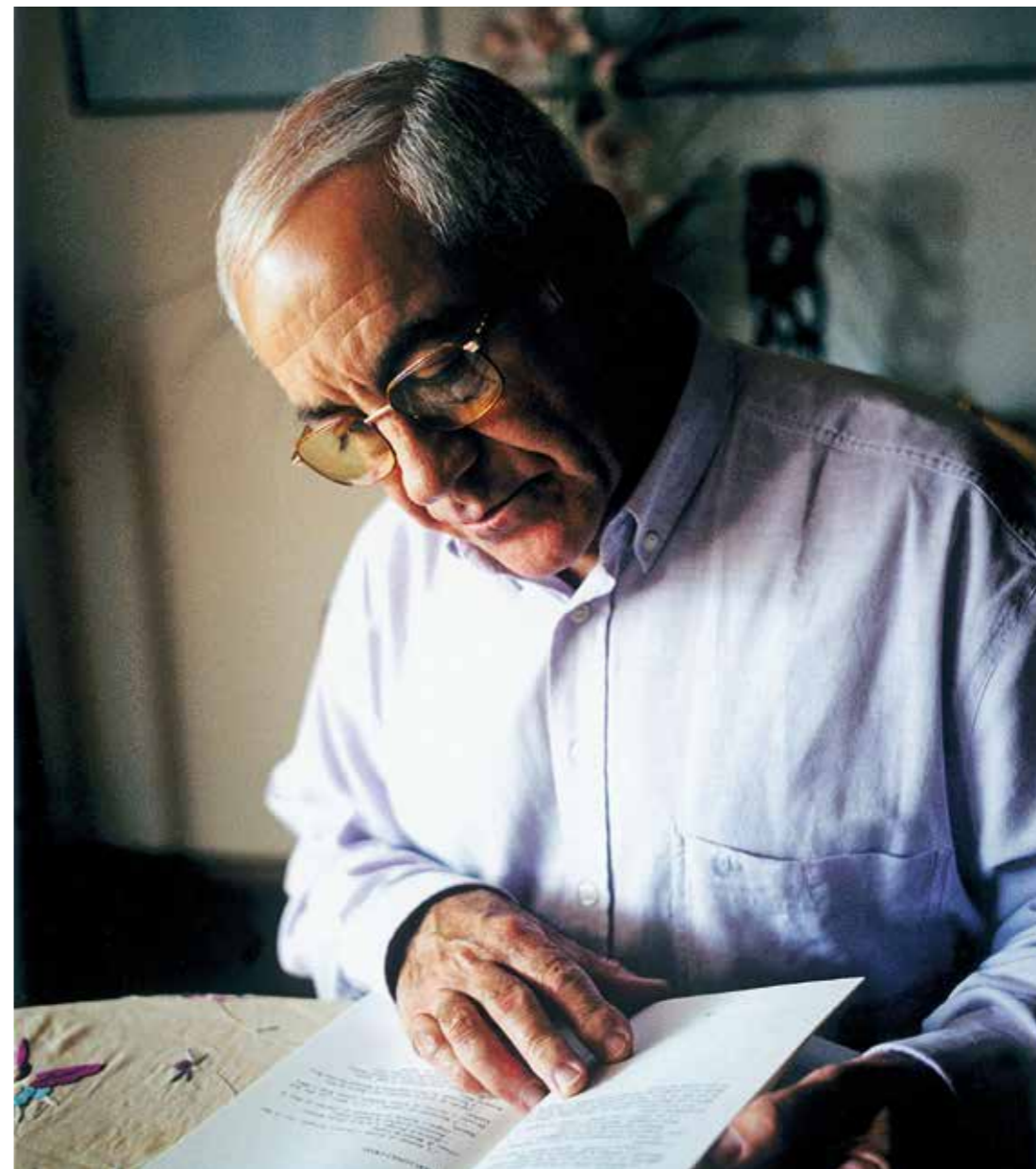
MORREU O MEU QUERIDO PAI

Também fui o filho do Óscar, que passou o dia 25 de Abril com a mulher Dina a chorar, convicta que não mais veria o marido.
Fui filho do meu herói favorito. Um Grande Homem

SÉRGIO BRUNO DE CARVALHO

DEIXOU-ME VALORES fundamentais, nomeadamente, a disponibilidade e solidariedade para os concidadãos, lealdade e camaradagem, patriotismo e abnegação para servir o País, coragem e capacidade de liderança e acima de tudo, honra e respeito pela palavra dada. Não conseguirei chegar ao nível dele, mas honrarei a sua memória. Também fui o filho do Óscar, que passou o dia 25 de Abril com a mulher Dina a chorar, convicta que não mais veria o marido. Fui filho do meu herói favorito
A pura definição de herói, um indivíduo comum que encontra força para perseverar e ultrapassar os mais inacreditáveis obstáculos, liderando os seus camaradas. Alguém que é altruísta, generoso em espírito, que dá o melhor

de si à sociedade e seus semelhantes, incluindo os povos das ex-colónias, com total desapego material e por títulos e honrarias; ao ponto de deixar a família para segundo plano, e de ser inacreditável, ninguém é assim desapegado!
E fui filho do Otelo, que todos (pensam que) conhecem. Amei ser filho do meu Pai, não gostei de ser filho do Otelo. O nome e a figura dele foram usados e abusados, e sim, muito por culpa dele próprio; não se defendeu, porque acreditava sempre no melhor dos seus próximos. Otelo merecia muito mais de Portugal.
Fico profundamente triste por não se ter feito a obra sobre o pós-25 de Abril, algo tão bem escrito quanto foi o *Alvorada em Abril*. Anos a fio, foi a prenda de anos e de Natal que lhe pe-



Otelo merecia muito mais de Portugal.

Direitos Reservados

dia. “O Verão Quente do Óscar” seria um testemunho único, essencial para a história recente do nosso País, agora que se aproximam os 50 anos da comemoração da revolução. Daquela forma arrebatada e pormenorizada que conhecem, ele contava histórias que eu nunca ouvi de ninguém, que mostravam as virtudes acima descritas, misturadas de uma inacreditável ingenuidade e alguma provocação. Muitas dessas provocações eram levadas a sério por quem as ouvia; eu conhecia-o, fazia um ligeiro sorriso quando estava a emití-las, essencialmente para gozar da reação dos outros. Eu não gostava nada que o fizesse, pois observava que muitas vezes eram levadas a sério...

Desde adulto que sempre procurei o contraponto “realista”; dizia-lhe que o mundo não é justo, que nos tribunais se faz direito e não justiça, que a visão e esperança que ele tinha relativamente aos seus concidadãos não era de todo recíproca, nomeadamente, o ideal sobre a democracia popular; e passámos quase 40 anos a concordar em discordar um do outro, por vezes zangados (eu zangado...), mas sem nunca perder o amor, consideração e estima mútuas. Há um ditado que diz: “Um leão não se preocupa com a opinião das ovelhas”. Sofri por esse afastamento da realidade, essa despreocupação sobre o que diziam dele; não sou um herói, um leão. A opinião pública é impiedosa e mesmo a mais consensual figura pública tem quem a odeie por alguma razão. E o Otelos nunca foi consensual, foi sempre um iconoclasta! E um símbolo: do 25 de Abril, da liberdade plena nunca antes usufruída em Portugal, do acesso

ao processo democrático. Os símbolos são sempre alvos e ele, de tão aberto e generoso que era, foi sempre um alvo fácil.

Os seus camaradas conhecem-no, alguns chamam-lhe um “Ghandi fardado”:

O jovem oficial Otelos, reconhecido e amado por todos os seus soldados, nunca usou balas nas suas armas durante as três comissões em África.

O major comandante revolucionário Óscar que arquitetou uma revolução exemplar para todo o Mundo, em que não houvesse tiros e o poder fosse tomado pela astúcia e coragem, não pela força. Quando algum dos jovens conspiradores vinha com ideias “explosivas” que poderiam causar vítimas dizia-lhes: “está calado, nem pensar, não há uma vítima sequer”.

O general Otelos que tinha a maioria do poder militar em Portugal, mas que se retirou e foi para casa em 25 de Novembro, evitando uma guerra civil.

Ele queria voltar à sua vida feliz e normal no dia 26 de Abril: e foi o que fez, foi almoçar com a família, como tinha prometido e queria continuar como professor na Academia Militar; não conseguiu, não o deixaram.

Colocaram-lhe aos ombros as maiores responsabilidades do País, às quais procurou corresponder até ao esgotamento. Cometeu erros? Claro, só não os comete quem nada faz. Estava preparado? Não, ele próprio sempre se disse um militar, um estratega, não um político. Teve atuação política: claro, com as responsabilidades que tinha seria possível não ter atuação política, numa aprendizagem forçada! Quis ter as responsabilidades que teve? Nunca, pelo contrário, estavam sempre a colocar-lhe mais



A família em Bissau

Direitos Reservados

carga em cima porque ele decidia, ouvia, todos recorriam ao Copcon, porque era onde as decisões eram tomadas. Quis alguma honraria ou homenagem? Nenhuma, ele próprio colocou as suas divisas sobre a mesa e recusou ser presidente, primeiro-ministro, Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, deputado, candidato a presidente de câmara, etc., etc. Era humano? Era, mas com as virtudes que já antes disse, a que se acrescenta um enorme coração! E foi este servidor da Pátria que esteve por duas vezes e mais de cinco anos na prisão. A primeira vez que o visitei em Santarém, tinha eu 10 anos, não compreendia como o meu herói,

que para mim fazia sempre tudo certo, o pai favorito de todos os meus amigos, estava atrás das grades; e tinha lá ido parar por decisão dos seus camaradas que, no íntimo, sabiam que ele nada tinha feito de errado. Tinha acabado de entrar no Colégio Militar, em Outubro de 75, e foi duro...

Quinta-feira passada, falávamos sobre o processo das FP-25 e perguntei-lhe: “Lembras-te de que eu próprio tive de te perguntar na prisão de Tomar, olhos nos olhos, de pai para filho, se tinhas tido algum envolvimento? Com tudo o que se dizia nos jornais e TV, a dúvida instalou-se em mim, teu filho... E na altura até

me respondeste algo zangado que NUNCA, até parecia que não o conhecia!”

E depois perguntei: “E alguma vez perguntas-te diretamente aos teus camaradas?” Respondeu-me: “Eles sabem! Eles conhecem-me”. “Alguns foram minhas testemunhas abonatórias!”, ao que retorqui que uma coisa é ser testemunha abonatória, outra é ele ter-lhes perguntado diretamente: “Acreditas que nada tive a ver com isto?” E ouvir a resposta. Calou-se. Devíamos ter falado do futuro, infelizmente o passado sempre nos assombrou a vida.

Nas suas próprias palavras:

“A minha responsabilidade nos atentados terroristas das FP-25 é zero!”

“Nunca mandei matar ninguém. Tenho horror a qualquer assassinio. Liquidar um ente humano é para mim extremamente doloroso, não concebo que alguém o consiga fazer. E, no entanto, tenho este rótulo que me é dado”.

Eu, nós, sabemos a verdade; a que se conhece por intimidade, se sente no nosso coração. O meu pai era de uma transparência cristalina, ele próprio era o primeiro a admitir os seus erros e fraquezas. Só não admitia o que não fazia. Não falarei do processo, dos “arrepentidos”, do acórdão do Tribunal Constitucional que se pronuncia pela inconstitucionalidade do processo, pondo em causa o seu valor jurídico e abrindo a porta à sua nulidade, pela sequente e sempre rejeitada amnistia, e pela absolvição a 6 de Abril de 2001. Talvez um dia os cobardes que se aproveitaram dele e da sua imagem, nomeadamente, para serem amnistiados sejam “homenzinhos” e digam a verdade.

A AMARGURA

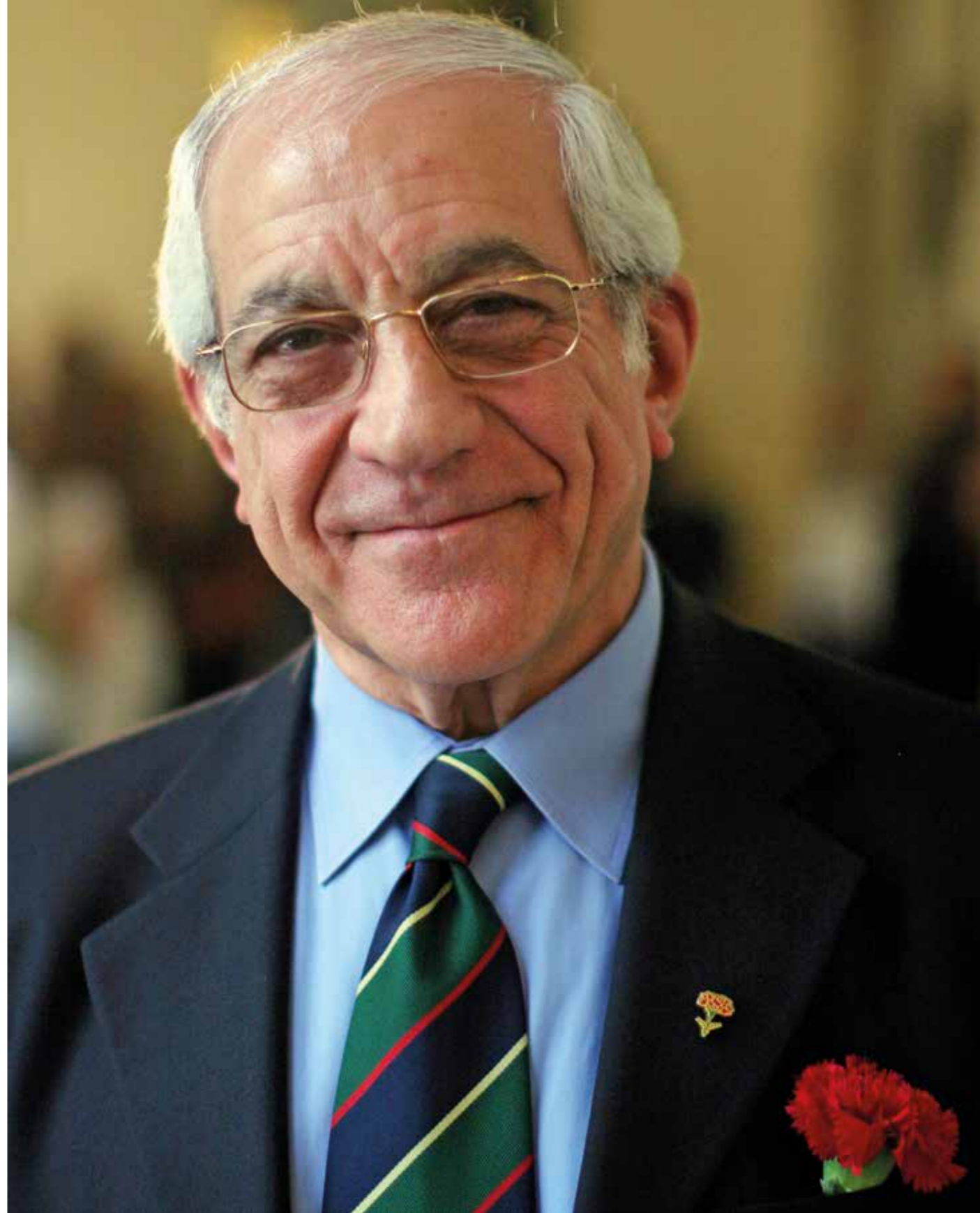
Sei que o que corroeu o meu querido pai foi a tristeza e a amargura. O choque da realidade só o atingiu nos últimos anos... pelas narrativas que se criaram sobre ele e pelo falecimento há seis meses da sua muito amada mulher, Dina, que lhe deu os três filhos e o acompanhou nas três comissões em África. Depois de muitas outras, esta foi a maior ferida, a fatal. Estava ao lado dele, no quarto, quando ela morreu, ouvi o que disse, e senti o tiro fatal no leão. Ainda tentei em desespero que o projeto do livro arancasse; tarde de mais...

Tínhamos ainda tanto para falar! Sem o lastro do passado, havia tantos conselhos que ainda me poderia dar! Os netos e bisnetos precisam ainda tanto dele, daquele amigo generoso, contador de histórias, de largos gestos e sorriso sempre pronto, que nunca se zangava. O pai favorito de todos os meus amigos, que todos perdemos em 1974. Sentimos uma perda indiscreto, mas o meu coração reterá as boas memórias e o exemplo.

O Oteló é uma personalidade maior que o homem. A ele Portugal deve a liberdade e a democracia. Deve uma revolução exemplar para o Mundo, que derrubou o mais antigo e perene regime autoritário da Europa, e que colocou este País cinzento e desonrado no centro do Mundo, pelas melhores razões.

Honremos a sua memória, repondo a verdade por cima das narrativas e prestando-lhe a homenagem a que esta figura histórica tem direito.

Lisboa, 28 de julho de 2021





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Projeto de Voto de Pesar n.º 671/ XIV

Pelo falecimento de Otelô Saraiva de Carvalho

Faleceu no dia 25 de julho de 2021, aos 84 anos, Otelô Saraiva de Carvalho, Capitão de Abril e um dos principais obreiros da Revolução de 1974, da qual foi o comandante operacional e o reconhecido estratega. Foi um dos libertadores de Portugal, que resgatou, naquele dia, o País da longa noite da ditadura, “O dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, / E livres habitamos a substância do tempo”, como tão bem descreveu Sophia de Mello Breyner Andresen.

Otelô Saraiva de Carvalho nasceu em 1936, em Maputo (então Lourenço Marques), Moçambique. Foi alferes e capitão em Angola, entre 1961 e 1963 e entre 1965 e 1967, respetivamente, e, ainda, capitão na Guiné, entre 1970 e 1973.

Participou ativamente no movimento de contestação ao Decreto-Lei n.º 353/73, que visava responder à escassez de capitães dos quadros permanentes, e que veio a funcionar como um verdadeiro catalisador do Movimento dos Capitães e do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Otelô – como ficou conhecido pelos Portugueses - foi responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora do MFA, desenhando as operações militares que acabaram com o cerco ao Largo do Carmo, em Lisboa. Neste papel, foi absolutamente decisivo no desfecho da operação, no comando dos heroicos capitães de Abril, sendo, a par do sempre saudosos Salgueiro Maia, no imaginário coletivo português, um dos rostos mais facilmente associáveis ao dia libertador do País.

Portugal e os Portugueses devem a Otelô Saraiva de Carvalho, e aos seus camaradas do Movimento dos Capitães, a conquista da Liberdade. Como afirmou o Antigo Presidente da República General Ramalho Eanes, “a ele a Pátria deve a liberdade e a democracia. E esta é uma dívida que nada, nem ninguém, tem o direito de recusar. (...) Há homens que, num momento histórico especial, se ultrapassam, ganhando dimensão nacional indiscutível, porque souberam perceber e explorar uma oportunidade histórica única e sentir os anseios mais profundos do seu povo”.

Não desconhecendo os vários momentos da vida de Otelô que o tornaram uma personagem contraditória, divisiva e não consensual, na altura do seu desaparecimento cumpre, sobretudo,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

prestar homenagem ao herói de Abril, ao corajoso capitão operacional do movimento militar de 25 de Abril de 1974, e que a Assembleia da República, através do presente voto, recorda, manifestando a gratidão do Povo Português - que aqui está representado - pelo decisivo papel que assumiu naquele que será sempre celebrado como o inolvidável Dia da Liberdade.

Assim, em nome do apego aos valores da Liberdade e da Democracia, a Assembleia da República, reunida em Sessão Plenária, manifesta o seu profundo pesar pela morte de Otelô Saraiva de Carvalho, transmitindo à sua Família, aos seus Amigos e camaradas de armas, assim como à Associação 25 de Abril, de que era membro, as mais sentidas condolências.

Palácio de São Bento, 17 de setembro de 2021

As Deputadas e os Deputados,

MORREU JORGE SAMPAIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA entre 1996 e 2006, e presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1990 e 1995, Jorge Sampaio morreu no dia 10 de Setembro de 2021, aos 81 anos, depois de ter estado internado durante duas semanas no Hospital de Santa Cruz.

Nasceu em Lisboa, a 18 de Setembro de 1939, filho de Arnaldo Sampaio, médico especialista em Saúde Pública, e de Fernanda Bensaúde Branco de Sampaio, professora particular de inglês. Foi casado com Maria José Ritta, com quem teve dois filhos, Vera e André.

O país respeitou três dias de luto nacional, com honras de Estado no seu funeral realizado no Mosteiro dos Jerónimos por onde passaram milhares de cidadãos para lhe prestar homenagem, contando na cerimónia fúnebre, no dia 12, com a presença de altas figuras do Estado, família, amigos e individualidades estrangeiras, como o Rei de Espanha Felipe VI, e o vice-presidente de Angola, Bornito de Sousa.

Na cerimónia intervieram o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, o presidente da Assembleia da República Ferro Rodrigues, o primeiro-ministro António Costa e os dois filhos de Jorge Sampaio, Vera e André. Foi interpretado o hino nacional pela Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos.

O cortejo fúnebre seguiu, depois, para o Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, ficando a urna colocada num jazigo da família.

À família enlutada, a Direcção da A25A e *O Referencial* apresentam sentidas condolências



“25 DE ABRIL, SEMPRE!”



Rodrigo Antúnea, Lusa

O cortejo fúnebre terminou no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, onde a urna de Jorge Sampaio ficou num jazigo da família

O antigo Presidente da República morreu aos 81 anos. Destacou-se nas lutas académicas dos anos 60 e desde cedo se envolveu no caminho da democracia que nascia em Portugal

“NÃO HÁ PORTUGUESES DISPENSÁVEIS, essa é uma ideia intolerável.” Uma frase que marcou a vida de Jorge Sampaio e que, no momento da despedida, foi uma das que ecoaram no claustro do Mosteiro dos Jerónimos. Mas se nas cerimónias fúnebres e homenagens que se seguiram ao anúncio da sua morte não foi esquecida a importância na história do nosso País como Presidente e não só, também foi realçada a profunda influência que Sampaio teve além-fronteiras, exemplos disso, a independência de Timor-Leste ou na ajuda a refugiados sírios para terem acesso à educação em tempo de guerra.

O “aluno atento da vida”, como se descrevia, acreditava no diálogo como forma de “fazer pontes” e foi este um dos seus lados mais recordado pelas figuras do Estado que discursaram no funeral, como o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Porém, foram as palavras dos filhos que mais tocaram os demais nos Jerónimos. A filha, Vera, realçou como o pai “desprezava a arrogância e cultivava a humildade”. André recordou: “O nosso pai foi popular sem ser populista. Foi estadista e cidadão comum. Foi amado sem gostar de ser venerado. Foi muitas vezes discreto mas esteve sempre presente. Foi atento, próximo e disponível. Foi lutador e pacificador. Valorizava a convergência mas também os momentos de divergência. Foi um homem justo, corajoso, mas sem medo de chorar.”

Muitos se lembram das vezes que não segurou

publicamente as lágrimas, mas muitos mais se lembram como enfrentou e liderou lutas desde os seus tempos académicos, contra o Estado Novo e, já como Presidente, lidou com tempos conturbados na política nacional.

Jorge Sampaio morreu a 10 de Setembro, aos 81 anos, tendo estado internado durante duas semanas após dificuldades respiratórias, no Hospital de Santa Cruz, em Lisboa. O País respeitou três dias de luto nacional, tendo o antigo Presidente recebido honras de Estado no seu funeral. No Mosteiro dos Jerónimos, estiveram presentes cerca de 300 pessoas, entre altas figuras do Estado, família, amigos próximos e individualidades estrangeiras, como o rei de Espanha, Felipe VI, e o vice-presidente de Angola, Bornito de Sousa.

Na cerimónia foi interpretado o hino nacional, pela Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos, com guarda de honra em torno da urna por cadetes das Forças Armadas. Depois, o cortejo fúnebre terminou no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, onde a urna de Jorge Sampaio ficou num jazigo da família.

O LADO SOLIDÁRIO

Jorge Sampaio nasceu em Lisboa, a 18 de setembro de 1939, filho de Arnaldo Sampaio, médico especialista em Saúde Pública, e de Fernanda Bensaúde Branco de Sampaio, professora particular de inglês. Foi casado com Maria José Ritta, com quem teve dois filhos. Cresceu em Sintra, es-

tudou piano e aprendeu inglês por influência da mãe, a quem deve o rigor da educação.

Escolheu o curso de Direito e foi na vida académica que começou a revelar qualidades de liderança. Foi presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (1960) e secretário-geral da RIA (Reunião Inter-Associações) por duas vezes (em 1961 e 1962). Foi ainda um dos protagonistas da crise académica no início dos anos 60, que gerou um longo e generalizado movimento de contestação estudantil ao Estado Novo, que durou até ao 25 de Abril de 1974 e que abalou o regime.

Começou a trabalhar como advogado, seguindo o conselho do pai, antes de se dedicar à política. Teve funções diretivas na Ordem dos Advogados e um papel relevante na defesa de presos políticos no Tribunal Plenário de Lisboa.

Autor da célebre frase, “25 de Abril, Sempre!”, Sampaio contou como viveu o marcante dia da história de Portugal: “Como fui educado no cumprimento da lei, quando o MFA começou a pedir na rádio para as pessoas ficarem em casa, decidi respeitar esse apelo. Devo ter sido a única pessoa que regressou a casa.”

Após o 25 de Abril, foi um dos impulsionadores do Movimento de Esquerda Socialista (MES), com Eduardo Ferro Rodrigues, Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Galvão Teles, entre outros intelectuais, sindicalistas, católicos progressistas e académicos, de que se desvinculou logo em 1974.

A partir de então, caminhou rumo a uma carreira política de sucesso, que culminou com a chegada à presidência da República em 1996,

exercendo dois mandatos, até 2006. Antes, em 1989, venceu as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, derrotando Marcelo Rebelo de Sousa. Nessa disputa eleitoral, alcançou o feito político de juntar em coligação o PS e o PCP.

A candidatura a Belém foi feita como uma jogada de antecipação a uma possível diferente escolha de António Guterres, secretário-geral do partido. Venceu com 53,9% contra os 46% de Cavaco Silva. Sampaio confirmava assim a desforra das legislativas de 1991. Então, líder do PS, havia perdido para o primeiro-ministro, tendo Cavaco Silva alcançado a segunda maioria absoluta para o PSD.

O PRESIDENTE

Durante os seus dez anos de presidência quis conhecer o Portugal profundo e nunca se coibiu de apontar o que estava mal, muitas vezes incomodando o próprio governo PS, de António Guterres. Ainda assim, o primeiro mandato foi visto como discreto e conciliador, marcado por constantes apelos à autoestima dos portugueses e fazendo do combate à “lamúria” um desígnio nacional. Demarcou-se do seu antecessor, Mário Soares, optando por uma intervenção menos mediática, falando em “magistratura de influência”. Já no segundo mandato, foi confrontado com a demissão do primeiro-ministro, António Guterres, após a derrota do PS nas autárquicas, com a justificação de que quis evitar um “pântano político”. Três anos mais tarde, teve que resolver nova crise política após o primeiro-ministro eleito pelo PSD, Durão Barroso, ter abandonado o cargo para presidir à Comissão Europeia. Sampaio deu pos-



Direitos Reservados

Um dos seus derradeiros actos públicos foi anunciar o reforço da plataforma de apoio a jovens afegãos

se ao sucessor designado, Pedro Santana Lopes, em Julho de 2004. Contudo, quatro meses depois, considerando que o governo tinha uma imagem pública degradada, dissolve a Assembleia da República. Abriu, assim, caminho às eleições de Fevereiro de 2005, ganhas pelo socialista José Sócrates, com maioria absoluta.

NO MUNDO

No plano internacional, dois momentos marcaram a sua carreira como Presidente: a entrega de Macau à China e a independência de Timor-Leste. Desde o massacre de Santa Cruz, em 1991, que Sampaio sempre procurou chamar a atenção para a causa timorense e, em 2002, estava presente quando foi içada a bandeira de Timor-Leste, um país finalmente independente. Em 2006, após o término do seu mandato em Belém, Sampaio foi o enviado-especial da ONU na luta contra a Tuberculose e, um ano depois, foi convidado para exercer o cargo de Alto Representante da ONU para o Diálogo das Civilizações, até 2013.

Nesse ano, promoveu uma iniciativa para ajudar jovens sírios a continuar os estudos apesar da guerra no país, através da criação da Plataforma Global para Estudantes Sírios, que atribui bolsas de estudo de emergência. Em 2015, recebeu o Prémio Nelson Mandela, entregue pela ONU e, quase até ao fim da vida, foi membro das mesas de voto nas eleições.

Um dos seus derradeiros actos públicos foi anunciar um reforço da plataforma de apoio aos estudantes sírios para atribuir bolsas de estudo a jovens afegãos, numa altura em que os *taliban* regressaram ao poder.

O *Referencial*, na sua missão de serviço público de manter viva a memória, publica nas páginas seguintes, na íntegra, os discursos proferidos durante as exéquias fúnebres pelo Presidente da República, pelo presidente da Assembleia da República, pelo primeiro-ministro e pelos filhos Vera e André, e ainda o voto de pesar aprovado na Assembleia da República.

CIVIL DE ABRIL



Direitos Reservados

Jorge Sampaio, com Almeida Santos e António Guterres na inauguração da Associação 25 de Abril

Estava longe de prever que, no mesmo número da nossa revista, onde decidíamos evocar um Capitão de Abril, iríamos evocar igualmente um Civil de Abril

VASCO LOURENÇO

CONHECI JORGE SAMPAIO pouco depois do 25 de Abril, através do Ernesto Melo Antunes. A amizade entre os dois terá sido responsável pela nomeação de Jorge Sampaio para secretário de Estado da Cooperação Externa, em Março de 1975, no IV Governo Provisório, era Melo Antunes ministro dos Negócios Estrangeiros. Desses tempos e dessa estreita ligação e cumplicidade, recordo a sua acção na criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), de que viria a desvincular-se logo em Dezembro de 1974, durante o seu congresso fundador, face à onda esquerdista que esse movimento assumiu. Como recordo o seu papel na fundação da Intervenção Socialista (IS), que viria a desempenhar importante papel no campo da reflexão e renovação política. Relevante foi também, tanto quanto recordo com alguma emoção, o papel que tiveram no apoio ao Grupo dos Nove, na tremenda luta desenvolvida pela consumação dos objectivos e compromissos assumidos pelo MFA, no que concerne ao estabelecimento e consolidação de uma Democracia em Portugal. Hoje, passados todos estes anos, enquanto líder operacional da chamada “Ala Moderada” do MFA, não tenho quaisquer dúvidas sobre a importância que o grupo de políticos e de intelectuais liderado por Jorge Sampaio teve junto

de Melo Antunes, o líder político dessa mesma ala do MFA.

A ligação entre mim e Jorge Sampaio manteve-se sempre, sem grande profundidade, é certo, mas com alguma intensidade.

Desses tempos, recordo as muitas vezes que o Jorge Sampaio me cumprimentava com um “25 de Abril, Sempre” e me falava sobre a enorme paixão que sua mãe mantinha pela “Madrugada Libertadora”, não sendo raras as vezes que chorava quando da sua evocação em casa dele.

A nossa relação pessoal viria a intensificar-se quando, em 1989, Jorge Sampaio, então secretário-geral do PS, decide concorrer a presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Foi o tempo de Jorge Sampaio dar corpo à primeira coligação entre o PS e o PCP. Coligação que eu defendi com vigor, nela me tendo empenhando em força. Integrei então a estrutura da candidatura, difícil porque inédita, mas com óptimos resultados eleitorais e consequências francamente positivas. Disso, resultaria, naturalmente, um grande reforço da ligação entre nós.

Sampaio viria a conquistar um segundo mandato na presidência da CML, o que o lançaria definitivamente para o mais alto patamar dos cargos do Estado, sendo eleito para Presidente da República, por duas vezes.



Direitos Reservados

Homenagem na Câmara Municipal de Lisboa

Tal como acontecera com a candidatura à CML, também aqui participei activamente, mais na primeira do que na segunda candidatura, resultado natural das dificuldades relativas em cada uma delas.

Mais tarde, como responsável pela Associação 25 de Abril, tive o grato prazer de ver Jorge Sampaio seguir o exemplo dos seus três antecessores no cargo de Presidente da República: tornou-se sócio da Associação 25 de Abril, tal como o haviam feito Costa Gomes, Ramalho Eanes e Mário Soares.

FORTE AMIZADE

Nem sempre estivemos de acordo, mas o facto é que criei e mantive com Jorge Sampaio uma forte amizade, alicerçada numa mútua consideração pessoal e política.

Alguns dias, poucos, antes de ser internado no hospital, tive o último contacto pessoal com Jorge Sampaio: telefonei-lhe, procurando que escrevesse um artigo sobre o Otelu, para ser publicado n' *O Referencial*. Pediu-me escusa, pois não se considerava em condições de me responder afirmativamente.

Fiquei preocupado com o estado da sua saúde. Estava longe de prever que, no mesmo número da nossa revista, onde decidíramos evocar um Capitão de Abril, iríamos evocar igualmente um Civil de Abril.

Dois Homens de Abril que espero ver brevemente entrar no número dos Sócios de Honra da Associação 25 de Abril.

Até sempre, caro Jorge Sampaio.

Um grande, enorme, abraço amigo e de Abril.



Rodrigo Antunes, Lusa

Maria José Ritta, a mulher sempre ao lado de Jorge Sampaio, beija a Bandeira Nacional nas mãos do Presidente da República

HERÓI DISCRETO QUE TANTO AMOU PORTUGAL

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, proferiu um discurso em que realçou em Jorge Sampaio o humanismo fundado numa ética de compaixão, de partilha e de serviço

AQUI SE FIZERAM MAIS de 500 anos de história.

Aqui se afirmou e se afirma tanta da nossa história, tanta da nossa cultura, tanto do nosso

Humanismo, tanta da nossa portugalidade. História de grandezas e provações.

Cultura simbiose de díspares culturas, dominantes ou dominadas.

Humanismo da renascença de um tempo e de vários tempos, de um lugar e de muitos lugares. Portugalidade - de ir e de voltar ou de partir ficando, de redescobrir raízes nas lonjuras dos oceanos e dos continentes.

Aqui, o que sentimos como nosso, só pode e deve ser por nos lembrar o universal.

Aqui amar o que somos é amar pessoas com nome, com rosto, com biografia escrita pelos dramas de todos os dias.

Aqui tem sentido evocar alguns dos nossos maiores e agradecer-lhes a vida que deram à nossa vida.

Jorge Sampaio é um desses maiores.

Na história que sentiu, que pensou, que construiu, com a suprema delicadeza de quase pedir desculpa por estar a construí-la.

Na cultura que era o seu respirar - no que lia, no que via, no que ouvia, no que discernia, no que ensinava.

No humanismo, fundado numa ética de compaixão, de partilha e de serviço. Compaixão não condescendente, não sobranceira, não assistencial, antes identificação plena pelo sofrimento, a privação, o abandono sem esperança. E, por isso, partilha integral e compromisso de serviço dos outros.

Na portugalidade avessa à mortificação, à autocontemplação, ao passadismo, à recriação retroativa da realidade. Antes realismo, exigência, superação, imperativo de futuro.

Tomando a lição de Tolentino de Mendonça, lição que há um ano - aqui, neste claustro onde nos encontramos, Jorge Sampaio amou Portugal, não idealmente, emoldurando-o para que

permanecesse fixo numa imagem de glória, e desejando que ela não se modificasse jamais.

Amou Portugal como algo que, precisamente, por estar colocado dentro da História, sujeito aos seus solavancos, está exposto a tantos riscos.

Jorge Sampaio não amou Portugal pela força, amou Portugal pela fragilidade.

E - recordava-o Tolentino de Mendonça - quando é o reconhecimento da fragilidade a inflamar o nosso amor, a chama deste é muito mais pura.

Jorge Sampaio amou Portugal no calor imparável dos seus sonhos de jovem - liberdade, igualdade, democracia, socialismo, universalidade.

Amou Portugal na fraternidade para com os perseguidos e na sua defesa na barra de uma justiça preordenada.

Amou Portugal na militância solidária com os próximos, mas também com os mais distantes no universo.

Amou Portugal nos sem teto a quem ajudou a dar teto, nos sem horizonte a quem ajudou a dar razões de esperança, no sujar as mãos de intelectual nas obras de que se fazem as casas, as escolas, as ruas, os bairros, as cidades, as metrópoles.

Amou Portugal na saga do povo timorense, no abraço aos povos vindos de fora, falando português como os moçambicanos, aquando dos ciclones, ou aprendendo essa fala como os refugiados estudantes sírios e, ainda há dias, afegãos.

Amou Portugal pela fragilidade e tantas vezes na fragilidade.



A gratidão da imagem é acrescida com as condecorações nacionais

Mais do que isso - fez dessa fragilidade, sua, nossa, de todos nós, força sua, nossa, de todos nós. Nunca quis ser herói. Mas foi, em tantos e tantos dos seus lances de vida, heroico. Daquele heroísmo discreto, mais lírico do que épico, mais doce do que impulsivo. Firme, mas doce. E também por isso o recordamos com doçura. E lhe agradecemos o amor que nunca negou a Portugal, à sua maneira de amar Portugal. Porque, para Jorge Sampaio, Portugal nunca foi uma abstração, nunca foi uma fortaleza fechada, egoísta e distante.

Para Jorge Sampaio, Portugal foram, um a um, os milhões de portugueses. Mias os milhares de milhões de seres humanos nossos irmãos, a Sul, a Norte, a Leste, a Oeste deste mundo, que é um só.

E também, por isso, Jorge Sampaio foi um grande Senhor da sua e nossa pátria, foi um grande Senhor do seu e nosso Mundo.

Uma pequenina, mas enorme luz bruxuleante que dá vida a Portugal, que deu vida e dá vida ao mundo.

Direitos Reservados

SOCIALISTA DOS VALORES HUMANITÁRIOS

O presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, destacou, na sua mensagem de pesar, como Jorge Sampaio desempenhou todas as suas funções de forma “íntegra e empenhada”

COM PROFUNDA TRISTEZA e sentimento de enorme perda, recebi a notícia do falecimento de Jorge Sampaio.

Se perdi hoje um amigo de longa data, com quem tive o privilégio de partilhar sucessos e insucessos nesta constante luta pela Liberdade e pela Democracia, Portugal perdeu um dos seus mais prestigiados cidadãos, que sempre serviu o seu país com distinção e honra.

Imbuído de valores humanistas, de uma visão progressista e de um forte dever cívico, Jorge Sampaio cedo entrou em confronto com o regime repressivo então vigente. Antifascista convicto, participou ativamente na crise académica de 1962, foi candidato nas listas da oposição democrática da CDE, em 1969, e, já como advogado, assumiu, corajosamente, a defesa de inúmeros presos políticos no Tribunal Plenário da ditadura.

Após o 25 de Abril de 1974, Jorge Sampaio foi um dos principais impulsionadores do Movimento de Esquerda Socialista (MES), que dei-

xou no congresso fundador, antes de aderir ao Partido Socialista.

Ao longo da sua notável carreira, Jorge Sampaio foi Presidente da República, em dois mandatos, Secretário-Geral do Partido Socialista, Deputado à Assembleia da República, líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa. Foi também Conselheiro de Estado, na sua qualidade de antigo Presidente da República.

No plano internacional, foi designado Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Luta Contra a Tuberculose e Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações. Ainda no âmbito internacional, fundou a Plataforma Global de Assistência Académica a Estudantes Sírios, tendo como parceiros institucionais o Conselho da Europa, a Liga dos Estados Árabes, a Organização Internacional das Migrações e o Instituto de Educação Internacional.



Miguel A. Lopes, Luisa

Jorge Sampaio criou a Plataforma Global para Estudantes Sírios, que atribui bolsas de estudo de emergência

Pela forma íntegra e empenhada como exerceu todas estas funções, granjeou enorme respeito e admiração, tanto interna como internacionalmente.

Jorge Sampaio foi um socialista dos valores humanitário e da justiça social, para quem “a solidariedade não é facultativa, mas um dever que resulta do artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, como nos deixou escrito.

Dotado de grande inteligência, vasta cultura e de um fino sentido de humor, Jorge Sampaio manteve uma constante intervenção político-cultural, nomeadamente em artigos e textos publicados em jornais e revistas.

No momento do seu desaparecimento, é justo

render-lhe sentida homenagem, recordando-o como um grande advogado, um grande político, um enorme ser humano e um dos melhores servidores da causa pública da sua geração. “O homem é, por essência, alguém que vive dos sonhos maiores do que ele”, nas palavras de Eduardo Lourenço, outro grande português que partilhou com Jorge Sampaio a mesa do Conselho de Estado. Jorge Sampaio sonhou, lutou e concretizou muitos dos sonhos maiores dos portugueses. Obrigado, Jorge Sampaio. À sua Família, e, muito em especial, à sua mulher, Maria José Ritta, e filhos, Vera e André, manifesto o meu profundo pesar, transmitindo, em meu nome e em nome da Assembleia da República, as mais sentidas condolências.



Estela Silva, Lusa

Como Presidente da República eleito e reeleito, Jorge Sampaio (na foto com a mulher Maria José Ritta) exerceu o cargo com um estilo de grande proximidade e atenção às pessoas

NUNCA CEDEU NOS VALORES ESSENCIAIS

O primeiro-ministro António Costa recordou a sua experiência pessoal com Jorge Sampaio, realçando o “valerosíssimo contributo para dignificar a nossa democracia e prestigiar Portugal”

NESTE ACTO TRISTE de despedida e reconhecimento, prestamos tributo à memória de um cidadão exemplar, de um homem bom e de um português de excepção. E homenageamos um democrata que toda a vida lutou pela liberdade e um político que sempre fez da política uma missão cívica e um serviço em prol da comunidade. Desde a sua liderança do movimento associativo na crise académica de 1962, até à iniciativa de criação da Plataforma Global para os estudantes sírios, a vida pública de Jorge Sampaio foi sempre feita de grandes convicções e de persistentes acções que realizavam essas convicções.

No exercício de altos cargos políticos, membro do governo, deputado, secretário-geral do Partido Socialista, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Presidente da República, deu um valerosíssimo contributo para dignificar a nossa democracia e prestigiar Portugal. A visão humanista e a exigência ética tornaram-se mais do que uma imagem de marca, que também foram um atributo definidor da sua figura moral e política. Por isso, se constituiu como uma referência e um padrão de exigência.

Jorge Sampaio foi um político que adorava o debate intelectual, aberto a novas ideias e às mudanças dos tempos, culto e informado do que se passava no mundo. Foi um político com princípios, exigente - podemos mesmo dizer ultra exigente - consigo próprio, fiel à sua concepção de uma democracia de cidadania, de participação e de progresso. Foi um político ao mesmo tempo firme e flexível, que nunca cedeu nos valores essenciais, mas soube sempre construir e nunca desistiu de tentar quando não conseguiu pacientemente

apoios, promover acordos, obter consensos. O respeito que conquistou em todos os quadrantes políticos e em todos os setores da nossa sociedade são o melhor penhor da sua excepcional qualidade política e humana.

Como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a revista de imprensa regista a coragem da sua candidatura e a ousadia pioneira da aliança política sobre a qual se baseou e se tornou vitoriosa. Mas a história, a história consagra a capacidade de introduzir um novo conceito de urbanismo, assente numa cultura de rigor e de planeamento da cidade. Do mesmo passo que ousava enfrentar as dramáticas chagas humanas e sociais da cidade, como era então o Casal Ventoso, e afirmava também uma inspiradora visão estratégica da cidade e do seu lugar na Europa e no mundo, expressa nessa ambiciosa fórmula “Lisboa, Capital Atlântica da Europa”, que com a Capital Europeia da Cultura, de 1994, começou a construir a cidade cosmopolita, aberta ao mundo, inter-cultural que Lisboa hoje é.

PROXIMIDADE

Como Presidente da República eleito e reeleito, Jorge Sampaio exerceu o cargo com um estilo de grande proximidade e atenção às pessoas, aos seus problemas concretos e dificuldades da vida e foi reconhecido pelo uso sábio e sensato dos seus poderes constitucionais, pela isenção e independência, pela capacidade de mobilizar energias e de promover acordos.

Exerceu as funções de presidente como cidadão de causas que sempre foi, como uma aptidão incansável e militante de propor ao país

OBRIGADO JORGE SAMPAIO | 1939-2021

os temas políticos, económicos, sociais e culturais relevantes para o nosso futuro colectivo, dinamizando iniciativas de reflexão, de debate e promovendo a acção. Dos muitos temas em que a sua acção foi determinante, estou certo que um dos mais marcantes foi o da toxicod dependência, onde impulsionou uma ruptura política, que fez de Portugal uma referência mundial, mas, sobretudo mudou e salvou, podemos dizer, milhares de vidas.

Jorge Sampaio mostrou um elevado e eficaz sentido de actuação internacional e diplomática, na defesa do multi-lateralismo e do direito internacional, nas relações com a vizinha Espanha ou com o vasto espaço da comunidade de povos da língua portuguesa. A sua constante intervenção em prol da casa dos direitos do povo de Timor Leste, com resultados devidamente alcançados, permanecerá como um modelo de inteligência diplomática, coragem e tenacidade que gerou um justificado orgulho nacional, simbolizado na célebre entrevista que deu à CNN e que tão fundamental repercussão mundial alcançou.

Depois de ter deixado a Presidência da República, como enviado especial das Nações Unidas para o combate à tuberculose, Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas na Aliança das Civilizações, ou, depois, na constituição da Plataforma Global para os estudantes sírios, Jorge Sampaio soube encontrar modos eficazes de continuar a servir as grandes causas humanitárias do nosso tempo e de prestigiar o nome de Portugal no mundo. Até ao fim, foi um homem de causas e de valores, não apenas proclamados retoricamente, mas praticados arduamente no terreno. Neste

momento, poderíamos dar testemunho deste homem e da sua acção ao serviço das pessoas, sejam as gémeas da Aldeia de Mafómedes, no concelho de Baião, que por incentivo e acompanhamento dele, voltaram à escola que tinham abandonado e mais tarde viriam a tirar um curso superior; ou as jovens e os jovens sírios que vieram para Portugal estudar e preparar o futuro pessoal e o futuro do seu país.

TESTEMUNHO

Senhor Presidente, Excelências, caras amigas e caros amigos, seja permitido nessa hora de ausência e saudade dar-vos um testemunho mais pessoal. Fui, desde muito jovem, amigo de Jorge Sampaio, seu camarada de partido, estagiário na advocacia, colaborador próximo no PS, diretor da sua primeira campanha presidencial, membro de três governos quando ele era Presidente da República. Com ele, aprendi política e direito, concordei e discordei - reconheço que sobretudo no futebol -, conspirei e testemunhei a combinação única da exaustiva capacidade de ponderação, com capacidade também de decisão fulgurante que surpreendia. Nunca esquecerei a deferência do seu trato, as provas de amizade, a atenção afetuosa e vigilante. Jorge Sampaio era ao mesmo tempo prudente, arrojado e astuto, era resiliente e perseverante, um homem generoso e inspirador, com a coragem de deixar a emotividade exprimir-se em lágrimas, porque um homem chora quando precisa mesmo de chorar.

Jorge Sampaio foi tudo o que fez. Um exemplo de rigor ético, de sobriedade e honradez pessoal,



Direitos Reservados

Jorge Sampaio era um homem generoso e inspirador

de simpatia e empatia humana, de proximidade às pessoas, sobretudo às mais desfavorecidas, as excluídas ou esquecidas. Fazia isso com a autenticidade que punha em tudo e com a seriedade que nunca cedia à demagogia ou ao populismo. Nestes tempos de tantas tentações anti-democráticas, este património é fundamental. Mostra-nos como se pode ser um atento e vigilante defensor da democracia, não pactuando nunca com aquilo que a desvirtua ou desvaloriza, e fazendo tudo para denunciar e corrigir o que nela está mal, mas usando sempre esse combate e a denúncia dessas fraquezas para aperfeiçoar e reforçar a democracia e nunca contra ela, para a depreciar ou desacreditar.

POLÍTICO MAIOR

Senhor Presidente da República, Excelências, a nossa democracia pode e deve orgulhar-se por ter sido servida por um político maior como Jorge Sampaio e a nossa República pode

louvar-se por ter sido presidida por um cidadão exemplar como ele foi.

No discurso da sua posse como Presidente da República, proferido na Assembleia da República, ele afirmou: “Não há portugueses dispensáveis”. Esta mensagem de valorização das pessoas, de coesão nacional e de inclusão social provinha nele de uma convicção profundíssima e pode, neste dia, simbolizar a sua atitude humana, a sua luta democrática, a sua acção política, o seu idealismo moral, e continua também a ser uma grande mensagem para os dias do presente e para os tempos do futuro. Não, não há portugueses dispensáveis e, por isso, não podemos dispensar Jorge Sampaio.

Com esta homenagem, entregamos o seu legado, o seu exemplo a sua inspiração ao futuro, que fiéis ao exemplo de Jorge Sampaio, queremos mais livre, mais justo e mais solidário para todas e todos os portugueses.

FILHOS ORGULHOSOS



Rui Minderico, Lusa

Vera e André, com a mãe, Maria José Ritta

Vera e André Sampaio falaram de como o pai os influenciou, agradecendo o reconhecimento recebido de todo o mundo

ESCOLHEMOS FALAR DO NOSSO PAI com a proximidade e autenticidade com que falava connosco. Na nossa relação, não existiam barreiras nem bloqueios, havia franqueza mútua e honestidade recíproca. Encontrámos sempre o amor de um pai e a compreensão de um amigo. Entre nós houve sempre partilha e cumplicidade. Aprendemos, desde cedo, a ser livres, mas responsáveis. A olhar, não para nós, mas para os outros, sendo mais exigente connosco do que com eles e mais generoso com eles do que connosco.

O nosso pai era um homem bom, atento e disponível, para quem as pessoas contavam acima de tudo. Não as pessoas em geral, mas cada pessoa, com nome e rosto, com problemas e aspirações. Com ele aprendemos a ser curiosos e atentos ao que acontece. Guardamos as nossas conversas, as viagens que fizemos, as tardes partilhadas no silêncio de um livro, um filme, um concerto, ou um simples jogo de futebol.

O nosso pai não gostava da arrogância e cultivava a humildade. Gostava de aprender connosco, para entender melhor as outras gerações e com elas partilhar a vontade de agir e a capacidade de sonhar. Cultivava a amizade e a camaradagem porque sabia que na vida e na política nada se pode fazer sozinho.

Na sua pessoa não havia discordância entre o político e o pai. Esteve sempre mobilizado para fazer o que devia e o melhor que podia. Pro-

curava partilhar connosco tudo o que de bom vivia, sabendo que, por força das responsabilidades que assumia, nem sempre podia dedicar à nossa família o tempo que gostaria. Aprendemos assim a dar importância não à quantidade, mas à qualidade dos momentos que passávamos em família.

O nosso pai ensinou-nos a virtude da tolerância, a firmeza dos princípios e a clareza das opções que sempre lhe permitiram manter a cordialidade e o diálogo com pessoas que pensavam de forma diferente.

Nos momentos difíceis, conhecemos a sua resistência e força para ultrapassar as situações. Sabia fazer de cada dificuldade uma oportunidade e de cada desafio uma determinação.

Nos bons momentos juntava a alegria, a capacidade de relativizar as coisas, não pensando que estava tudo adquirido ou ganho para sempre. Havia no nosso pai uma sabedoria que lhe iluminava os olhos e o tornava confiante no futuro. O pessimismo que por vezes lhe apontavam, revela antes prudência, responsabilidade e vontade de viver num mundo melhor. Era, ao seu jeito, o modo de ser otimista.

O nosso pai era uma pessoa autêntica, que não dissimulava estados de espírito. Dotado de grande sensibilidade, tinha a capacidade de se emocionar, partilhando lágrimas como quem partilha um abraço. E aqui estamos nós, a partilhar convosco, a emoção do dia mais triste das nossas vidas.



Numo Fox, Lusa

O nosso Pai ensinou-nos a virtude da tolerância

SEMPRE PRESENTE

(O texto que se segue foi lido pelo André. A parte anterior foi lida pela Vera).

O nosso pai foi popular, sem ser populista. Foi sempre próximo, sem nunca banalizar a proximidade. Foi estadista e simultaneamente cidadão comum. Foi amado, sem gostar de ser venerado. Foi muitas vezes discreto, mas esteve sempre presente. Foi carinhoso, emotivo, atento, próximo e disponível. Foi lutador e pacificador. Sabia ouvir e sabia decidir. Valorizava a convergência, mas também os momentos de divergência. Foi um homem justo, corajoso, mas sem medo de chorar. Foi um homem bom, foi um pai extraordinário.

Queridos amigos, em nosso nome e da nossa mãe, agradecemos a homenagem que os portugueses e o Estado português prestam a um cidadão que os representou e a quem tivemos o privilégio de poder chamar pai.

Permitam-nos também uma referência especial ao Presidente Marcelo, presidente Cavaco Silva, presidente Eanes, à família do presidente Soares, presidente da Assembleia, Ferro Rodrigues, e primeiro-ministro, assim como, ao Secretário-Geral da ONU, engenheiro Guterres. Agradecemos muito comovidos todas as manifestações de afecto e o vosso reconhecimento. Foi notória a comoção quando se expressaram, mas também quando nos abraçaram.

Permiti que façamos uma saudação cordial e amigo a Sua Majestade, Felipe VI. “O nosso pai gostava muito da sua família e de vossa Majestade e de Letizia. Muito obrigado por ter

SABIA FAZER DE CADA DIFICULDADE UMA OPORTUNIDADE E DE CADA DESAFIO UMA DETERMINAÇÃO

vindo”. (Estas palavras foram proferidas em língua castelhana).

Queremos também calorosamente expressar o nosso reconhecimento pelas manifestações de afecto e de amizade que nos dedicaram nestes últimos dias e que nos têm chegado de todo o mundo. De Portugal a Timor, Brasil, Cabo Verde, São Tomé, Guiné, Moçambique, entre tantos outros.

Aos portugueses, o nosso agradecimento especial pelo carinho com que sempre, sempre distinguiram o nosso pai, enquanto cidadão, presidente e ex-presidente. Agradecemos ainda a todos os que, ao longo da sua vida, colaboraram com o nosso pai e expressamos o nosso sentido reconhecimento a todos os que nos ajudaram a cuidar dele. Um abraço especial a todos na pessoa do seu médico, doutor Carlos Aguiar.

Por último, queríamos deixar um profundo agradecimento à nossa mãe.

Estamos aqui para ti e sempre contigo (Vera e André ao mesmo tempo).



Miguel A. Lopes, Lusa

HOMEM DO 25 DE ABRIL

A imagem do político de causas, com uma exigência ética inegociável, deu-lhe um importante instrumento de afirmação, atracção e prestígio

JOSÉ MANUEL DOS SANTOS

Foram esses os dias em que ninguém andava com os pés no chão. Era como se, no encontro com a liberdade, houvesse uma leveza que se transformava em impulso e se tornava dom de

voar. A madrugada, tanto tempo esperada, desse dia inicial, que a seguir se fez de vários dias sem noite, foi memoravelmente contada por Sophia de Mello Breyner Andresen:

“Em 25 de Abril de 1974, às quatro horas e meia da manhã, um amigo telefonou dizendo-nos que abrissemos o rádio pois havia uma revolução.

O quarto em que ouvíamos o rádio tinha uma porta de vidro que dava para o jardim. E à medida que víamos a revolução avançar, e construir-se, víamos crescer a claridade do dia e sentíamos-nos emergir das trevas e do opaco.

Foi para nós mais do que uma revolução, foi uma ressurreição. Era Páscoa. Vi um povo inteiro habitar a transparência. Vi multidões dançar de liberdade.

Às vezes olhávamo-nos uns aos outros e perguntávamo-nos uns aos outros: “Será que estamos a sonhar? (...) Pois o 25 de Abril era para nós mais do que uma libertação política, era a libertação da vida, a renovação do mundo.”(num caderno inédito).

Estão, nos arquivos audiovisuais, muitas imagens desse tempo áureo e aéreo. Elas juntam-se àquelas que permanecem na nossa memória e nos levam de novo a esses dias irrepetíveis, de tantos inícios, de tantos presságios e de tantos encantamentos, “onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitámos a substância do tempo”.

Há imagens de uma beleza desconhecida e confiante, mostrando os corpos gloriosos e em festa, os rostos radiosos e os cabelos soltos, a dançarem no vento livre da liberdade. Há-as de uma intensidade espantada, que acontece a quem assiste a um milagre e precisa ainda de acreditar no que vê e na certeza desse prodígio a acontecer. Há-as de

uma profundidade que vem à superfície para fazer a catarse de tantos medos e tantos perigos, tantos sofrimentos e tantas afrontas, tantas perseguições e tantas prepotências, tantas censuras e tantas opressões.

NA REVOLUÇÃO

De todas essas imagens, há, no Arquivo da RTP, as que foram captadas junto à prisão de Caxias, nos dias 26 e 27 de Abril de 1974, e que dão testemunho de um momento capital do assombroso e exaltante diário da revolução: o da libertação dos presos políticos. Nelas, aparece um homem rodeado de outros homens e de mulheres que chegam, com os rostos cheios de urgência e firmeza, para exigir e vigiar, viver e certificar essa libertação. É um homem jovem, que aparente menos de quarenta anos (tem 34), vestido com as roupas em moda numa época em que a vontade de mudar chegava a todo o lado e até aos corpos.

Esse homem mostra um andar determinada-mente apressado e leva debaixo do braço alguns papéis. Credenciado e mesmo consagrado como líder da revolta estudantil de 1962, na Universidade de Lisboa, era um advogado de prestígio e tinha passado horas da sua vida a defender presos políticos no Tribunal Plenário. Mais tarde, nunca transformou a sua luta contra a ditadura num heroísmo egotista e vanglorioso, épico e imperativo, extrovertido e retórico. Falava dele com um orgulho contente, mas contido, que era o sinal de uma responsabilidade mais exigente do que a dos outros.

Esse homem que surge nas imagens chama-se

Jorge Sampaio. Ali, com ele, estão também outros advogados da oposição democrática e que têm muitos daqueles presos políticos como seus constituintes. Estão, entre outros, Francisco Salgado Zenha, Francisco Sousa Tavares, Manuel João da Palma Carlos, Vasco da Gama Fernandes, Joaquim Catanho de Meneses. Veem-se também, nesse filme inesquecível, Sophia de Mello Breyner Andresen, Miguel Sousa Tavares (muito jovem), Francisco Pereira de Moura, Urbano Tavares Rodrigues, José Cardoso Pires, João Bernard da Costa, Rogério Paulo.

Naquelas imagens em movimento, sentimos, ainda hoje que o ar muda e se purifica quando os portões de grades da prisão se abrem. Ouvem-se conversas veementes entre os advogados e os militares (um coronel do MFA foi libertar o seu próprio filho). Vêem-se amigos e famílias dos presos numa expectativa impreterível. Vêem-se os presos a sair como alguém que acabou de acordar na escuridão cerrada e franze os olhos por ainda não estar bem habituado à luz crua e triunfante do dia claro. Ouvem-se as palavras desses presos libertos, surpreendidas no primeiro, vivificador e quase indizível contacto com a liberdade: Palma Inácio, José Manuel Tengarrinha, Nuno Teotónio Pereira e outros. Falam do muito que sofreram e, com alguma prudência, mas esperançosa hesitação, da Revolução que os acabou de libertar como um dos seus primeiros actos mais poderosos e reveladores - aquele que melhor a definiu e apresentou, sem equívocos nem enigmas, aos olhos do país e do mundo.

Em todos estes rostos, há a luz de uma alegria que não dispensa ainda a sombra vinda do que naquele edifício-símbolo terrivelmente aconteceu durante longos anos e de que aqueles presos são as últimas testemunhas físicas e morais.

Jorge Sampaio - contava ele depois - esteve dentro da prisão, ainda antes da ordem de libertação ter chegado, após pressões e negociações firmes e frenéticas com os emissários da Junta de Salvação Nacional. A cadência dos seus passos ecoou ainda, nesse dia, pelos longos e sinistros corredores da cadeia e ele andou a espreitar pelos postigos das portas das celas, vendo lá dentro - e acenando-lhes, emocionado- aqueles que, com o coração a bater desmesuradamente e o olhar a saltar de ansiedade, contavam os minutos numa espera desassossegada e eram seus amigos, camaradas ou constituintes.

Em memória de tudo isso, e num daqueles repentinos inspirados e imperiosos de que surgiram as melhores coisas da sua vida, este advogado que vemos ali com os papéis debaixo do braço criou, mais tarde, o slogan “25 de abril, sempre!”.

Jorge Sampaio viveu a Revolução com a mesma consciência dividida com que, no dia 25 de Abril, foi para sua casa, na altura em Benfica, cumprindo obedientemente as instruções do Movimento das Forças Armadas, que o rádio transmitia, tendo como banda sonora uma marcha militar que se tornou inolvidável, desistindo assim de ir, como o desejo lhe pedia, para o Largo do Carmo. Mais tarde, muitas vezes lamentou isso. Confessou ele, trinta anos

depois: “Ainda hoje me arrependo de não ter ido ao Largo do Carmo. É sempre uma coisa que me falta, não ter ido ao Largo do Carmo! Por que é que eu cumpro as regras? (...) Mas tenho pena hoje de ter falhado isso! Enfim, tive uma recompensa inesquecível que foi estar no dia 26, em Caxias, desde manhã à noite. Esse foi um momento em que eu me vinguei da ausência da véspera”.

Sampaio viveu, naqueles anos de 1974 e 1975, a grande e às vezes trepidante “Festa de um Sonho” (esse foi o título que deu a um livro seu), com uma mistura de utopia (ele disse mais tarde: “Ilusões, utopias, vertigens”) e realismo. Havia sempre nele um impulso emocional de desobediência civil temperado por um apelo a uma ordem racional e justa. Isso levou-a a situar-se entre a tradição socialista reformista clássica e a tentação de um voluntarismo pós-revolucionário, intelectual e moderno, controlado e, no fim de contas, moderado. A saída do MES, em 1974, no seu Congresso Fundador, deu disso um esclarecedor testemunho. E a Intervenção Socialista (GIS), grupo fundado em 1976, representou uma tentação e uma tentativa, uma procura e uma preparação. Sampaio adorava o debate de ideias e em nenhum período da sua vida política o adiou ou dele prescindiu.

NOVO CAMINHO

Em 1978, num momento de inquietude, a entrada no Partido Socialista, acordada minuciosamente com Mário Soares, foi feita com o grupo de amigos que sempre o acompanhou com cumplicidade entusiasmada (ele dizia, citando o Nuno Brederode Santos: “Sempre nos demos

bem, porque sempre fizemos uma certa cerimónia uns com os outros”). Essa adesão deu à sua vida política um novo caminho e nele via um novo horizonte. Encontrou, no grande partido do socialismo democrático, onde sempre coexistiram muitos e diversos pensamentos, sensibilidades, percepções e entendimentos, o meio natural para que as suas características pessoais e qualidades políticas alcançassem uma grande expansão e uma crescente expressão pública.

Essa entrada deu uma nova dimensão ao seu talento natural para se aproximar dos outros. Conseguiu potenciar o contraste tão sedutor entre o seu currículo levemente radical de esquerda e a sua clara moderação psicológica, que, entre outras coisas, se mostrava numa ausência de qualquer fundamentalismo, nem sequer o egocêntrico, e na prática de uma constante e impecável gentileza, ou-bom educação, democrática. Fez da sua inclinação teórica e intelectual um valioso traço no retrato que dele se foi desenhando. A imagem do político de causas, com uma exigência ética inegociável, deu-lhe um importante instrumento de afirmação, atracção e prestígio.

No PS, ou em seu nome, foi - e fez - quase tudo: secretário nacional, deputado, presidente do Grupo Parlamentar, autarca, Secretário-Geral, presidente de Câmara. Quando anunciou, por oportuna e sagaz antecipação, a sua candidatura a Presidente da República, o PS apoiou-o com se apoia uma surpresa que se quer.

Pioneiro e precursor da aliança de esquerda para a Câmara Municipal de Lisboa, o que na altura foi propagandeado como um anacronis-

mo, abriu à cidade uma expectante possibilidade de modernidade e avanço.

Na presidência da República conseguiu, depois do mandato olímpico e retumbante de Mário Soares, marcar o exercício do seu magistério com um estilo muito pessoal, que era como um espelho onde tudo o que era dele se refletia: a exigência e a emoção, a prudência e a audácia, o rigor e a flexibilidade, a prolixidade e a parcimónia, o equilíbrio e o voluntarismo, a tenacidade e a insatisfação. E também o enraizamento e o cosmopolitismo, a fidelidade e a abertura, a sobriedade e a simpatia, a seriedade e o humor, o peso e a leveza, a confiança e a astúcia, a paciência e a ansiedade, a memória do passado e a vontade de futuro.

Durante o seu segundo mandato em Belém, presidiu às comemorações dos 30 anos da Revolução dos Cravos. Requereu, por considerar isso simbolicamente fundamental e pragmaticamente indispensável, a participação realçada e a colaboração activa da Associação 25 de Abril na preparação e organização do programa. Teve a lúcida vontade de querer fazer dessas celebrações uma aproximação àqueles para quem a Revolução é uma distância, senão um desconhecimento. Convocou os mais novos para lhes entregar uma mensagem que falava do passado como futuro e que lhes dirigia um apelo para que, como no tempo da sua juventude, fizessem ouvir a sua voz e valer os seus direitos, cumprindo também os seus deveres para com a democracia e o país.

No dia seguinte, em 26 de Abril de 2004, deu, na RTP, uma descontraída, afável e pedagógica entrevista biográfica a Ana Sousa Dias. Nela,

fez uma viagem pela sua vida, contando, com uma graça subtil e risonha, alguns episódios da Resistência à ditadura e da Revolução, com as suas conquistas e contradições. Revelou que a sua avó materna, com 95 anos de idade, vestiu, na manhã de 25 de Abril de 1975, dia em que se realizaram as primeiras eleições livres, o seu melhor e mais festivo vestido para fazer uma coisa que nunca tinha feito na vida: ir votar.

HORROR À FOSSILIZAÇÃO

Em todas as posições, funções, cargos e missões cívicas, políticas e institucionais, Jorge Sampaio foi, exemplarmente, um homem do 25 de Abril. Também o foi nas suas escolhas fundamentais. Aqueles valores inaugurais - os mais puros e inspiradores, os mais inteiros e limpos -, em nome dos quais a Revolução se fez e acabou por triunfar, ao instaurar uma democracia pluralista, pluripartidária, de tipo europeu, nunca se afastaram das suas palavras e da suas acções quotidianas.

Ele tinha horror à fossilização, à banalização ou à folclorização daquilo em que acreditava, que admirava e respeitava. Por isso, na sua voz incansável e no seu gesto apontado ao futuro, o 25 de Abril tinha a sóbria e solene dignidade das grandes inscrições que o tempo desgasta e, por sabermos isso e querermos que elas perdurem, nos cumpre reavivar, em cada dia que passa, com aplicação e esmero, vontade e convicção.

Por isso, com Jorge Sampaio e em sua memória, dizemos, com força renovadora:

25 de Abril, sempre!

NÃO HÁ PORTUGUESES DISPENSÁVEIS

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte do antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, destacando a sua vida política e a luta pelos direitos humanos.

“É COM PROFUNDO PESAR que a Assembleia da República assinala o falecimento de Jorge Sampaio, figura ímpar da nossa democracia, que ajudou a fundar e a fortalecer. Jorge Sampaio marcou de modo indelével a vida política, social e cultural de Portugal, antes e depois do 25 de Abril. Exemplo de abnegação e coragem, de convicção nos valores humanistas e democráticos, de procura incessante da justiça social, tendo como princípio, e nas suas próprias palavras, que ‘não há portugueses dispensáveis’. Jorge Sampaio foi e continuará a ser, por isso, uma referência, não só da geração que com ele conviveu e com ele combateu, mas de todos os que se revêem na vivência democrática e nos valores da liberdade, da tolerância e do respeito pelo outro.

O seu sentido de justiça, a sua crença na dignidade do ser humano, cedo levaram Jorge Sam-

paio à intervenção política e ao confronto com o regime repressivo então vigente. Enquanto presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa e secretário-geral da reunião inter-associações académicas (RIA), Jorge Sampaio assumiu papel de destaque na crise estudantil de 62, revelando aí características que se tornaram apanágio da sua atitude política futura.

Anti-fascista convicto, tendo a liberdade como exigência e a democracia como objectivo, Jorge Sampaio assumiu, corajosamente, a defesa de inúmeros presos políticos no tribunal plenário da ditadura. No campo político e apesar de saber que a sua campanha estava destinada ao insucesso, atenta das limitações impostas pelo regime, Jorge Sampaio quis marcar presença envolvendo-se directamente no processo eleitoral de 1969, tendo sido candidato nas listas



Rodrigo Antunes, Lusa

Político de grande craveira intelectual, homem de esquerda por convicção, democrata de vocação europeísta e multilateralista, Jorge Sampaio soube sempre prestigiar e defender a posição de Portugal no mundo

de oposição democrática pela CDE, Comissão Democrática Eleitoral.

Após o 25 de Abril, foi um dos impulsores do Movimento de Esquerda Socialista (MES), que abandona no congresso fundador por discordar da linha orientadora do partido, aderindo pouco depois, em 1978, ao PS, Partido Socialista.

Defensor do Parlamento enquanto assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, Jorge Sampaio assumiu o seu lugar na casa da democracia, tendo sido eleito deputado nas legislativas de 79 pelo círculo de Lisboa e

reeleito em 80, 85, 87 e 91, tendo também sido líder do grupo parlamentar do PS.

A sua preocupação com dos direitos humanos conduziu à sua designação pela Assembleia da República para a Comissão Europeia dos Direitos do Homem, no Conselho da Europa, onde desempenhou um papel muito activo.

A eleição para presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 1989, é mais uma prova da sua enorme capacidade para construir pontes e conseguir convergências até então nunca alcançadas. Assumiu uma candidatura de modo individual, independente de qualquer partido



André Koster, Lusa

A independência de Timor-Leste terá sempre como referência o presidente Jorge Sampaio

político, para Presidente da República, configurando este outro exemplo da sua rara intuição política. No exercício dos seus dois mandatos como Presidente da República, em especial a resposta dada às difíceis e exigentes situações com que foi sendo confrontado, vieram trazer um novo entendimento e um novo olhar sobre os poderes presidenciais.

Dando provas de especial atenção às tendências de cada conjuntura, estes mandatos foram também marcados pelo impulso dado a uma

nova centralidade das políticas públicas, sobretudo no campo económico e social, no desenvolvimento do País e do combate à pobreza e às desigualdades.

Após terminar o seu segundo mandato como Presidente da República, Jorge Sampaio não abandonou a vida activa do ponto de vista político. O seu sentido cívico e a sua vontade em honrar o dever de solidariedade cometido a cada cidadão, incentivam-no a aceitar com humildade e orgulho a sua designação como



Mário Cruz, Lusa

Líder da bancada parlamentar do PS

enviado especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para a luta contra a tuberculose e Alto Representante da ONU para a aliança das civilizações. A solidariedade como dever é, uma vez mais, motivo que leva Jorge Sampaio a fundar a plataforma global de assistência académica a estudantes sírios.

Político de grande craveira intelectual, homem de esquerda por convicção, democrata de vocação europeísta e multilateralista, Jorge Sampaio soube sempre prestigiar e defender a posição de Portugal no mundo, o que lhe granjeou o reconhecimento e o respeito de todos os quadrantes políticos, tanto interna como internacionalmente. Pelos valores que defendia, pela forma íntegra e empenhada como exerceu as

funções para que foi eleito ou designado, Jorge Sampaio representou tudo o que de melhor e mais exigente há na política.

Ao assinalar a perda deste enorme ser humano, que foi um dos melhores servidores da causa pública da sua geração, é justo reconhecer a gratidão que lhe é devida. Obrigado Jorge Sampaio.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio, figura fundamental do Portugal contemporâneo, prestando-lhe justa homenagem e transmitindo à sua família, muito em especial à sua mulher, Maria José Ritta, e filhos, Vera e André, aos amigos e ao Partido Socialista as mais sentidas condolências.”



Miguel Figueiredo Lopes, Presidência da República

A cerimónia de imposição de condecorações foi realizada a 19 de Agosto de 2021

MILITARES DE ABRIL CONDECORADOS

NO SEGUIMENTO DA CERIMÓNIA realizada em Fevereiro, quando foram condecorados 27 militares e ex-militares com participação directa no 25 de Abril de 1974, o Presidente da República, a 19 de Agosto, em cerimónia restrita, no antigo Picadeiro Real do Palácio de Belém, condecorou pelos mesmos motivos outros 26 militares e ex-militares, com a Ordem da Liberdade, grau de Grande-Oficial. A lista não está ainda terminada. Até 2024, quando se assinala o 50.º aniversário da Revolução dos Cravos, mais alguns receberão a comenda da Liberdade, prevendo-se que no final sejam cerca de 200 os homenageados por terem participado na acção heróica que transformou Portugal.

A 19 de Agosto foram condecorados os seguintes militares, alguns dos quais a título póstumo:

Tenente-general Eduardo Augusto Carneiro Teixeira;

Major-general Pedro Rocha Pena Madeira;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Manuel Barreto de Albuquerque, a título póstumo;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Mário Júlio Baptista Simões Teles;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Ramiro António Soares Rodrigues;

Coronel Fausto de Almeida Pereira;

Coronel Francisco do Carmo Medeiros de Almeida, a título póstumo;

Coronel Francisco dos Santos Silva;

Coronel Frederico Carlos dos Reis Morais;

Coronel João António Andrade da Silva;

Coronel Joaquim Manuel Correia Bernardo;

Coronel Jorge Óscar Sales Golias;

Coronel José Adelino Mota e Castro Carneiro;

Coronel José Castelo Glória Alves;

Coronel José Faia Pires Correia;

Coronel Luís Ataíde Banazol, a título póstumo;

Coronel Luís Fernando Andrade Moura, a título póstumo;

Coronel Luís Gonzaga Coelho Villas-Boas Marques;

Coronel Luís Manuel de Oliveira Pimentel;

Coronel Manuel António Duran dos Santos Clemente;

Coronel Mário António Batista Tomé;

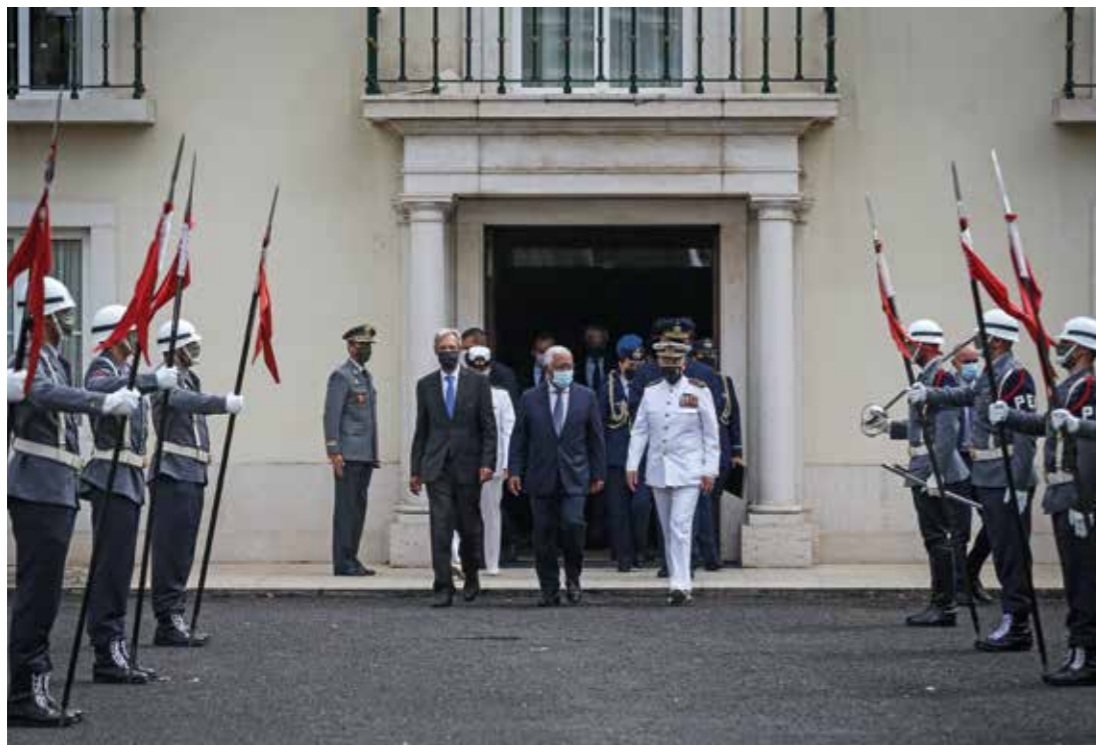
Coronel Mário Fernando Pinto;

Coronel Rodrigo Nóbrega Pinto Pizarro;

Coronel Valdemar José de Oliveira Patrício;

Coronel João José Pinto do Sacramento Gomes, a título póstumo;

Tenente-coronel Fernando José Vieira Cardoso Sousa.



Rodrigo Antunes, Lusa

Governo apresentou uma nova Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas contendo alterações profundas na estrutura superior das Forças Armadas. Na imagem, o primeiro ministro António Costa com o ministro da Defesa João Cravinho

HUMANA CONDIÇÃO MILITAR

A nova Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas foi desenvolvida sem a participação efectiva das chefias militares

ALMEIDA MOURA

O GOVERNO APRESENTOU, em 8 de Abril, uma proposta de uma nova Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), contendo alterações profundas na estrutura superior das Forças Armadas, quer quanto às chefias dos ramos – Marinha, Exército e Força Aérea – e do Estado-Maior General, quer quanto aos diversos comandos operacionais de nível superior.

Esta autêntica proposta de reforma da LOBOFA foi desenvolvida sem a participação efectiva das chefias militares, pois dela só tiveram conhecimento aquando da sua apresentação pública.

Foram múltiplas as críticas vindas a público, quer de militares quer de civis, alertando para fragilidades, incoerências e erros susceptíveis de, a serem aprovadas, provocarem graves danos na instituição militar e no seu desempenho futuro.

Debatida na Assembleia da República e na Comissão de Defesa Nacional, esta proposta foi aprovada por maioria, após incluir “pequenos acertos” que, no entanto, nada alteraram de substancial no seu conteúdo. E foi promulgada pelo Presidente da República em 3 de Agosto. Podemos constatar que uma Lei determinante para o cumprimento efectivo dos deveres constitucionais que a Instituição Militar deve assegurar:

1) Surgiu inesperadamente, menosprezando quem desempenha os cargos de chefes militares dando, assim, um péssimo exemplo de como os militares são “reconhecidos e respeitados” pelo poder político;

2) E se a forma como foi apresentada é inaceitável, o seu conteúdo, mesmo com aqueles “pequenos acertos”, aponta, com clareza, para a concretização de um desejo do poder político – o da efectiva submissão, e não “apenas” subordinação, das Forças Armadas.

De facto, não é por desleixo, ou por ignorância, ou por incompetência, que esta Proposta, e a sua aprovação e promulgação, aconteceram. Cumprindo o estipulado na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional – os militares são “recursos” equiparados a todos os outros (materiais, patrimoniais, financeiros, armamento, infraestruturas) – é intencionalmente que a nova LOBOFA estipula “a correcta utilização do potencial humano, militar ou civil ...” (artigo 7º-2-c); e “no âmbito das atribuições afectas ao Ministério da Defesa Nacional, a disponibilização de recursos humanos e materiais ...” (artigo 7º 2-d); e ainda “gestão de recursos humanos, materiais, financeiros, de informação e de infraestruturas” (artigo 16º -3).

De que outro modo poderemos interpretar esta Lei senão pela afirmação explícita de que os mi-

litares são apenas instrumentos “disponíveis” para serem “correctamente utilizados”?

VALORES

Num Estado Democrático e de Direito, as Forças Armadas sustentam a sua acção em valores que lhes são próprios, que constituem a condição militar, e dos quais não abdicam: a Honra, a Lealdade, a Camaradagem, a Disciplina, a Obediência, a Coesão. Nenhum destes valores existe por decreto, nem podem ser impostos: são construídos, interiorizados, assumidos e praticados durante uma vida inteira.

Sobre a Honra, a Lealdade e a Camaradagem podemos afirmar que a sua construção é concretizada inter-pares. Mas a Disciplina, a Obediência e a Coesão são valores que derivam da forma como a hierarquia própria das Forças Armadas é compreendida e praticada. De facto, a prática da Disciplina, o cumprimento da Obediência e a construção da Coesão só são efectivamente possíveis e concretizáveis quando sustentados por um valor superior: o Exemplo, reconhecido, respeitado e gerador da indispensável confiança transmitida por quem tem autoridade para decidir porquê, quando, como, em que circunstâncias devem os militares agir. Tal Exemplo começa pelo reconhecimento, respeito e defesa da dignidade de cada militar.

O artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa explicita: “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”

É perante estes valores superiores – Soberania,

Dignidade, Liberdade – que todos os militares, individualmente, juram “o sacrifício da própria vida”. Um juramento que assume um vínculo definitivo para os militares do quadro permanente, como estipula o Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Isto significa que estes valores, como definidores da condição militar, se subordinam aos valores superiores da condição humana – Soberania, Dignidade, Liberdade.

Tendo presente que a Soberania traduz a Dignidade e a Liberdade de uma comunidade inteira, vejamos o que poderemos entender por Dignidade*:

Dignidade é um conjunto de direitos e deveres que cada ser humano deve, em simultâneo, reivindicar para si próprio (direitos) e cumprir (deveres) em relação a todos os outros seres humanos, por mais diferentes que se apresentem:

- **Aceitação da Identidade:** O direito de ser aceite como diferente na identidade; o dever de aceitar o diferente na identidade;
- **Inclusão:** O direito de ser incluído na comunidade; o dever de incluir na comunidade;
- **Segurança:** o direito de sentir segurança, física e psicologicamente; o dever de fazer sentir essa segurança;
- **Reconhecimento:** o direito de ser ouvido pelo outro; o dever de ouvir o outro;
- **Aprovação:** o direito de receber apoio pelo que faça; o dever de apoiar o trabalho feito;
- **Imparcialidade:** o direito de merecer igualdade no tratamento; o dever de tra-



José Sena Goulão, Lusa

Num Estado Democrático e de Direito, as Forças Armadas sustentam a sua acção em valores que lhes são próprios, que constituem a condição militar, e dos quais não abdicam

tar o outro como igual;

- **Benefício da dúvida:** o direito de merecer confiança pela integridade das acções; o dever de confiar na integridade do outro;
- **Compreensão:** o direito de expressar as suas opiniões como importantes; o dever de compreender a importância da opinião do outro;
- **Independência:** o direito de pensar e de agir por si próprio; o dever de motivar o outro para pensar e agir por si próprio;
- **Responsabilidade:** o direito de responsabilizar o outro pelas suas palavras e acções; o dever de assumir a responsabilidade pelas suas palavras e acções.

LIBERDADE

O Reconhecimento, Respeito e Defesa da Dignidade só são possíveis se a “irmã gémea”, a Liberdade, estiver presente na reivindicação e no cumprimento destes direitos e deveres. Importa, por isso, realçarmos duas das “competências chave” que o poder político identificou como componentes essenciais da Liberdade, e expressou em norma legal para todos os membros da comunidade portuguesa ao completarem o ensino secundário:

- “Desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo”;
- “Desenvolvimento das capacidades individuais de modo a fazerem as suas escolhas com autonomia e independência”;

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- > Valor de venda ao público: 1.200,00€
- > Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

OPINIÃO

Este quadro de valores humanos impõe que o juramento que os militares fazem, de permanente disponibilidade e de sacrifício da própria vida, seja, individual e colectivamente, assumido consciente e livremente.

Mas o mundo actual é cada vez mais complexo e instável. Somos diariamente confrontados com o inesperado, o contraditório, o conflito, a incerteza de um futuro de que não conseguimos ter nenhuma perspectiva, dominados que estamos perante um presente que nos impõe escolhas que não são nossas, mas que “temos que fazer porque sim” – porque “não há alternativa”.

Nesta complexidade, o poder político, usando todos os meios e instrumentos de que dispõe, apresenta-nos os valores que analisamos acima em paralelo com interesses que não são definidos.

Um exemplo recente: um membro do actual governo afirmou, em entrevista a um jornal, que “o maior compromisso do governo é para com as regras da zona euro e da UE.”

Perguntas:

- 1) O compromisso maior do governo não é o cumprimento do que o Artigo 1º da Constituição estipula?;
- 2) Que valores definem “as regras da zona euro e da UE” de tal modo que se sobreponham à “dignidade da pessoa humana” e à “vontade popular” como suporte crucial à “construção de uma sociedade livre, justa e solidária”?;
- 3) E são valores que justifiquem o “sacrifício da própria vida”?

Hoje, mais do que nunca, urge que sejamos ca-

pazes de compreender, e interiorizar, o que são valores e o que são interesses, e qual a relação entre ambos.

Desde logo, nas escolhas que façamos, consideramos os valores como determinantes dessas escolhas, e os interesses apenas como condicionantes, por mais atraentes e impositivos que se apresentem?

Ou, pelo contrário, reconhecendo a sua prevalência nas circunstâncias que ditam o nosso presente, assumimos que são os interesses que determinam as escolhas que fazemos por imposição dessas circunstâncias, por mais voláteis e incertas que sejam?

É, assim, imperioso que o poder político assuma, claramente, a sua escolha quanto ao que considera justificar o juramento que os militares fazem - de sacrifício da própria vida – perante algo tão concreto como toda a comunidade portuguesa, sem quaisquer tipos de discriminação ou segregação, tendo em atenção que tem demonstrado, na sua prática de poder subordinante, a irrelevância em que vem colocando aqueles valores, “lembrando-se de se esquecer” que os militares, no cumprimento de todas as missões que lhes têm sido cometidas, provaram, sempre, reconhecer, respeitar, cumprir e defender esses valores.

* Seguindo Donna Hicks, no seu livro “Dignidade” (Editorial Bizâncio)

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR



PUBLICIDADE



Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para secretaria@a25abril.pt ou pelo telefone 21 324 14 20.

OBITUÁRIO | JOSÉ BATISTA FERRO (1940 - 2021)

EXEMPLO DE CORAGEM

O comandante Ferro foi, desde sempre, um exemplo de militar e de cidadão, um homem de grande coragem e frontalidade, dos que nunca desistem de lutar por ideais

FRANCISCO SILVESTRE BARREIROS

FALECEU NO DIA 1 DE JULHO o comandante José Batista Ferro, com 81 anos. Mais um camarada de Abril que parte, deixando nos amigos uma dolorosa sensação de perda. Fomos incorporados na Armada, em Vila Franca de Xira, na Escola de 1959/60. Ambos frequentamos os cursos de artífices e de Oficiais do Serviço Especial. O comandante Ferro foi, desde sempre, um exemplo de militar e de cidadão, um homem de grande coragem e frontalidade, dos que nunca desistem de lutar pelos seus ideais. Amigo do seu amigo, leal e dedicado em qualquer circunstância.

Exemplo de coragem, lealdade e camaradagem, foram as atitudes e posições que tomou antes do 25 de Abril, em defesa e abono dos seus camaradas sargentos, que foram perseguidos pela PIDE, numa época em que eram poucos os que tomavam posições que afrontassem o poder.

O comandante Ferro, ainda sargento, participou na estrutura que se organizou na Marinha de consciencialização política contra o regime e, por isso, foi naturalmente um militar de Abril e elemento do MFA. Lutador incansável pelos valores de Abril, foi representante dos oficiais da Marinha na Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA).



Por tudo isto e muito mais que aqui não cabe, quero deixar o meu testemunho de que, ao perder este grande homem, perdemos um dos nossos melhores camaradas; e dizer-lhe que, esteja onde estiver, o seu exemplo de coragem, dignidade, verticalidade, dedicação e brio continuarão a inspirar e a animar-nos na luta

pelos seus, que são os nossos ideais, e que a sua memória não será esquecida e o seu exemplo frutificará.

Bem hajas, camarada e amigo!

COMPANHEIRO DE IDEIAS E VALORES DEMOCRÁTICOS



Sargento-chefe do Exército, ramo de Artilharia, faleceu a 3 de março de 2021, no mês em que completaria 85 anos

ANTÓNIO JOSÉ VIEGAS PITEIRA*

GOSTARIA DE ESCREVER algumas poucas palavras sobre o meu pai e vosso companheiro de armas na guerra colonial em Moçambique e Angola. Foi um homem íntegro e amigo do seu próximo que agora nos deixa. Foi isso que melhor definiu a sua vida militar e civil.

Apesar de não ter sido beneficiado na sua carreira militar, por razões diversas - ferido em zona de combate em Moçambique sem avaliação adequada das sequelas deixadas na sua saúde física e mental, por várias juntas médicas; e o estar envolvido nas campanhas de dinamização cultural promovidas em 1975 pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) - que marcaram provavelmente a sua avaliação militar, jamais deixou de ser vosso amigo e companheiro de ideias e valores democráticos.

Uma vez militar reformado, apoiou com ale-

gria a sua família, em especial o seu neto, e continuou a participar em almoços e encontros de militares e iniciativas cívicas, sobretudo ambientais, na sua área de residência (Lavradio), e foi um corredor de atletismo das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama até aos 65 anos.

O meu pai recordou-me que a sua pensão de reforma não lhe permitia continuar a pagar as quotas de várias associações, incluindo a da Associação 25 de Abril, por ter de ir para um lar de idosos, uma vez que a esposa não tinha pensão, e, nesse sentido, escreveu-vos a explicar e a solicitar a anulação da inscrição de sócio. Perante isto, o coronel Vasco Lourenço escreveu a informar-lhe que a associação continuaria a tê-lo como sócio e a enviar a revista da Associação 25 de Abril, conforme aconteceu. Isto foi algo que o deixou grato e reconhecido.

Pelo que foi dito e o facto de ter nascido em Moçambique, passado a infância em Angola

**FERIDO EM ZONA
DE COMBATE
EM MOÇAMBIQUE
SEM AVALIAÇÃO
ADEQUADA
DAS SEQUELAS DEIXADAS
NA SAÚDE FÍSICA
E MENTAL**

e de novo em Moçambique, conheço em boa parte a história de vida dele e dela me orgulho pertencer. E agradeço o vosso gesto para com o meu pai, que só soube mais tarde.

Com os meus cumprimentos, ou simples abraços, e votos de muitos anos de vida para a Associação 25 de Abril

*Filho

REGISTAMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTE ASSOCIADOS:

Augusto Manuel Ribeiro Barros Bismark – Sócio efectivo
Damião Miranda Ribeiro – Sócio efectivo
Bartolomeu António Ralha Magro – Sócio efectivo
Armando dos Anjos Henriques – Sócio efectivo
Manuel Hermegildo Tabora Pereira – Sócio apoiante
António Cordeiro Bicha – Sócio apoiante
António Adalberto Caldeira Firmino – Sócio apoiante

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

EMGFA RECEBE ESPÓLIO DO MARECHAL COSTA GOMES



Direitos Reservados

Material doado pelo ex-ajudante de campo de Francisco da Costa Gomes, coronel de Infantaria Manuel Maria Martins Lopes

O Estado-Maior-General das Forças Armadas recebeu, dia 15 de Julho, numa cerimónia realizada no Instituto Universitário Militar, diversos documentos do espólio do antigo Presidente da República

DOCUMENTOS QUE FAZEM parte da história de Portugal e que reflectem o que foi a vida pública, política e militar do antigo Presidente da República, marechal Costa Gomes, foram entregues ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) no dia 15 de Julho. A cerimónia realizou-se no Instituto Universitário Militar (IUM).

Entre o material doado, feito pelo ex-ajudante de campo de Francisco da Costa Gomes, coronel de Infantaria Manuel Maria Martins Lopes, consta um conjunto de documentos que traduz um pouco da vivência do marechal, desde que assumiu as funções de subsecretário de Estado do Exército (1959 a 1960) até ao exercício do cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, em 1974.

A cerimónia, presidida pelo comandante do IUM, tenente-general Barros Ferreira, contemplou a assinatura do protocolo de doação do espólio e contou com a presença de familiares do marechal Costa Gomes: António José Gomes Teles Grilo e Maria Arlete Azinhaga Teles Grilo, sobrinho e sobrinha neta, respetivamente, assim como do presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Correia Lourenço, entre outras individualidades.

“A história de Portugal contemporâneo e a génese do 25 de Abril passam indelevelmente pelo marechal Costa Gomes. A ele e à sua capaci-

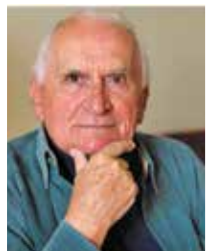
**PRECIOSO CONTRIBUTO
PARA AJUDAR
A COMPREENDER
UM EXIGENTE TEMPO
DA NOSSA HISTÓRIA**

dade de diálogo se deve a criação de condições para a superação das maiores dificuldades do PREC”, afirmou Manuel Maria Martins Lopes, em discurso proferido durante a cerimónia. E acrescentou: “Julgamos que são alguns preciosos contributos para a preservação do passado, ajudando a caracterizar e a compreender melhor um exigente tempo da nossa Pátria, que Costa Gomes já tinha revelado, em 1998, na sua história oral à Dra. Manuela Cruzeiro, do Centro Documentação 25 de Abril, em Coimbra”.

O EMGFA, através do IUM, irá proceder ao tratamento do espólio, da sua conservação física até à sua disponibilização para consulta no arquivo e na Biblioteca, e ainda com a realização de uma exposição com as obras mais relevantes, na Hemeroteca.



OTELO, SEM SES... NEM MAS...



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

A sensibilidade estratégica de Otelo confirma-se na abertura com que acolheu a adesão popular que a mensagem progressista do Programa do MFA motivara

NÃO NOS CONHECEMOS antes do 25 de Abril. Não fomos contemporâneos na Escola do Exército para a qual ele entrou dois ou três anos após eu ter saído. Ele artilheiro e eu infante, desencontrados nas sucessivas comissões nas colónias, creio que ainda teremos estado na Guiné um ou dois meses, mas ele em Bisau e eu num batalhão na fronteira sul, não me recorde de que nos tenhamos cruzado.

Só soube do Otelo e do seu papel *primus inter pares* no planeamento e condução da arrancada na *Viragem Histórica* de 25 de Abril de 1974

quando o Luís Macedo, seu adjunto operacional, foi ao Luso (hoje Luena) nos últimos dias desse mês único dar conta do que se passara. A forma como enalteceu a atuação de Otelo foi convincente.

Otelo tinha assumido as funções de comandante-adjunto do Copcon e governador militar de Lisboa quando vim de Luanda tratar de problemas do MFA e do processo em curso em Angola. Otelo mandara uma viatura buscar-me ao aeroporto e, já em casa, recebo um telefonema dele (foi a primeira vez que falámos) dizen-



Otelo Saraiva de Carvalho (quarto a contar da esquerda) com Nuno Fischer Lopes Pires, Vítor Crespo, Sanches Osório, Hugo dos Santos, Garcia dos Santos, no quartel da Pontinha, onde esteve instalado o Posto de Comando

do que nessa noite ia ter, na Penha de França (antigo comando da Legião), uma reunião com umas dezenas de camaradas do MFA e sugeriu que eu estivesse presente. Selámos o nosso primeiro encontro com um fortíssimo abraço. Estávamos em julho, em pleno aquecimento do PREC, penso que no início do II Governo Provisório. A sessão não foi fácil para Otelo: os camaradas não eram “meigos” nas questões que colocavam, nos problemas que apresentavam e para os quais exigiam respostas. Gostei

da prestação do Otelo, o à-vontade, a capacidade comunicativa, a expressão, o empenhamento revolucionário. Era o líder reconhecido por aqueles “militares de abril” e os muitos mais que eles representavam.

É aquele o Otelo que, depois de muitos e conturbados anos em que tivemos ocasião de nos conhecermos muito bem, quero guardar na minha memória: o Otelo da *Viragem Histórica*, o responsável máximo pelo audacioso golpe militar que, sem sangue, resgatou Portugal.



Quando, no contexto da conspiração iniciada com a contestação ao Congresso dos Combatentes, surgiu a oportunidade, ele estava lá e soube aproveitá-la.

SINAIS DA REVOLUÇÃO

No Movimento dos Capitães falou-se pela primeira vez numa ação violenta contra o poder, numa reunião em Bissau, que ocorreu em agosto de 1973. É Jorge Golias quem diz que devem estar preparados para a revolução violenta. Foi mais um desabafo do que uma proposta de ação. Mas foi um sinal. Poucos meses depois, em 24 de novembro, na reunião no Estoril, Luiz Athayde Banazol, que estava mobilizado no comando de um batalhão prestes a partir para a Guiné, propõe, algo intempestivamente, o derrube do governo para acabar com a guerra: “Impõe-se a revolução armada desde já”, disse. E para tal disponibiliza o seu batalhão. É uma intervenção corajosa e de grande lucidez sobre o comprometimento das Forças Armadas com o ilegítimo poder político, mas é também uma proposta para a qual os presentes ainda não estavam preparados. A sessão terminaria com a apresentação de três hipóteses de atuação para serem analisadas e postas à aprovação na reunião seguinte: A - Conquista do poder; B - Exigir que o Governo em funções se legitime através de eleições; C - Prosseguir as reivindicações em nome do prestígio das Forças Armadas.

É a hipótese C, a mais institucional, que é aprovada na reunião de Óbidos, nos primeiros dias de dezembro, apesar da insistência de Banazol

EM DEZEMBRO DE 1973, ASSISTIRA-SE A ALGUMA AGITAÇÃO COM VISTA À REALIZAÇÃO DE UM GOLPE MILITAR

no golpe militar imediato. Tenente-coronel antigo, ainda refletia o espírito que dominara os militares nas tentativas anteriores e que haviam fracassado. Recordo bem, quando conspirávamos para o que viria a ser o “golpe de Beja”, na madrugada de 1 de janeiro de 1962, num encontro com Varela Gomes, Robin de Andrade e Reis Rodrigues, em Tomar, manifestando eu inquietação sobre a indefinição de objetivos e a fragilidade do planeamento. Varela Gomes, com o seu indomável voluntarismo, pretendia arrumar o assunto: “Não te preocupes, metemo-nos num quartel e, ao primeiro tiro, esta m... cai de podre.” Não seria exatamente assim, como sabemos. Eu saí ileso, porque, entretanto, tinha sido mobilizado para Moçambique. Os conspiradores de 1973-74, com a experiência de 13 anos de guerra e as lições dos insucessos anteriores, foram mais avisados e souberam aproveitar o momento em que, como definiu Samuel Finer, se reuniram os fatores subjetivos e objetivos, isto é, a disposição e a oportunidade que favoreciam o sucesso de uma intervenção militar (*The man on*

horseback, Penguin Books, 3.^a ed, Middlessex, 1976, pp. 74 e 75). E ainda bem.

Em Óbidos, além de preterida a hipótese da conquista do poder e, implicitamente, do golpe militar, foi tomada outra decisão que confirmava como ainda era prematuro pensar nisso. Foi a escolha, para chefes do Movimento, dos generais Costa Gomes e António Spínola, nem mais nem menos que o número um e o número dois da hierarquia militar. Ora, um golpe militar para derrubar o poder político envolveria também, incontornavelmente, uma ação contra a hierarquia militar. A escolha da cúpula dessa hierarquia para chefiar o Movimento significava que o golpe militar estava arredado dos seus planos. O Movimento devia, quando muito, preparar-se para apoiar um eventual pronunciamento da iniciativa da hierarquia militar, atitude para a qual esta não dava quaisquer sinais de motivação.

Ainda em Óbidos, fora constituída uma Comissão Coordenadora Executiva (CCE) integrando oficiais das várias Armas e Serviços. Na reunião seguinte, a 5 de dezembro, na Costa de Caparica, criaram-se subcomissões, na base dos oficiais já escolhidos para a CCE, e foi eleita a direção do Movimento, constituída por Vítor Alves, Otelo e Vasco Lourenço, que também integrariam algumas das subcomissões. A nenhuma destas foi atribuída responsabilidade operacional, havendo, quando muito, uma, liderada por Fernandes Mota, à qual cabia o estudo da situação. No princípio de fevereiro de 1974, o próprio Fernandes Mota pediria para passar a sua “pasta”, porque se sentia vigiado

e pressionado no Estado-Maior do Exército, onde prestava serviço, o que poderia prejudicar o Movimento. Nunca na CCE foi designado um responsável operacional para uma eventual intervenção militar, nem ainda chegara o momento para a questão se colocar.

A AGITAÇÃO

Em dezembro de 1973, assistira-se a alguma agitação com vista à realização de um golpe militar, mas não de iniciativa do Movimento. Aliás, o próprio Movimento opôs-se e fê-lo abortar. Kaúlza de Arriaga tentara aproveitar-se da sua dinâmica para promover o seu próprio golpe de extrema-direita, que, além do derrube de Marcelo Caetano, teria Costa Gomes e Spínola como alvos a abater. Estes, alertados por oficiais do Movimento, não se mostram preocupados e continuam a não revelar intenção de agir por iniciativa própria. Spínola limita-se a deixá-los na expectativa para a saída em breve do seu livro *Portugal e o futuro*, que, segundo ele, iria abalar todo o regime.

Em 5 de fevereiro, o Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA) analisa um documento político, programático, elaborado por José Maria Azevedo, que não faz qualquer referência a um pronunciamento ou intervenção militar. Gera algumas dúvidas, o que levou à escolha de nova comissão de redação, que, além do próprio Azevedo, contou com Melo Antunes, Costa Brás e Sousa e Castro. Daqui vai sair o manifesto “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, que será aprovado na reunião de 5 de março em Cascais, o último plenário do



OTELO VAI EXERCER UMA RIGOROSA CONDUTA OPERACIONAL A PARTIR DO POSTO DE COMANDO

MOFA antes do 25 de Abril. Revelador de uma análise e reflexão políticas muito avançadas, de um alcance estratégico com a marca do pensamento de Melo Antunes, nomeadamente na denúncia da ilegitimidade do regime, do embuste colonial e do impasse da guerra, o documento continua a omitir qualquer referência a golpe militar. Aliás, nessa reunião, confirma-se a escolha de Costa Gomes e de Spínola para chefes do Movimento.

O GOLPE MILITAR

Entretanto, conforme Spínola previra e vinha anunciando, a situação política no País sofre um sobressalto com a publicação do livro *Portugal e o futuro*. Era palpável que algo iria acontecer e é então que começa a tomar forma a ação violenta do MOFA contra o poder. É nesta lógica que deve entender-se a passagem do Movimento à fase seguinte, a do golpe militar, que só avança quando Costa Gomes e Spínola são demitidos e substituídos. Só então está definido o contexto em que o golpe militar contra o poder político tenha também como alvo a hierarquia militar.

Em 8 de março, o Movimento sabe que alguns dos seus oficiais mais dinâmicos são compulsivamente transferidos de unidade: Vasco Lourenço e Carlos Clemente para os Açores, Ribeiro da Silva para a Madeira, David Martelo para Bragança. E sabe também que vai haver a manifestação subserviente dos generais a Marcelo Caetano, a “brigada do reumático”, que dará ao Governo margem para as exonerações de Costa Gomes e de Spínola. Está aberto o espaço

para o golpe militar. Em 11 de março, Casanova Ferreira conversa com Otelo e é perentório: “Vamos prá porrada”. Daqui resultará o “16 de Março”, com a saída da coluna das Caldas da Rainha. Um planeamento apressado de Casanova e uma liderança *ad hoc* deste, de Monge e de Otelo, inviabiliza a adesão dos paraquedistas, logo seguidos da Escola Prática de Cavalaria e de outras unidades contactadas. Quando Otelo comunica às unidades que a ação é cancelada, é tarde. A saída isolada das Caldas e a descoordenação verificada eram a prova e o resultado de não estar definida qualquer responsabilidade operacional na estrutura da CCE.

Presos Casanova e Monge, além de todo o pessoal do RI5 das Caldas implicado, Otelo escapa. Mas não desiste. No dia 18, difunde uma circular ao MOFA garantindo que o Movimento prossegue e, no mesmo dia, ele e Vítor Alves, os dois membros da Direção que restam depois da compulsiva transferência de Vasco Lourenço, sugerem a Melo Antunes a elaboração de um Programa do MOFA que sustente politicamente uma intervenção militar. Melo Antunes

entrega o Programa em 22, véspera do seu embarque para os Açores. É um programa político para um golpe militar e será este que, por sugestão de Spínola na iminência do 25 de Abril, mudará a designação MOFA para MFA.

Em 24 de março, uma reunião em casa de Candéias Valente é decisiva. Otelo e Vítor Alves são mandatados para prepararem o golpe militar. Aceitam, ficando Otelo com a responsabilidade de elaborar o Plano de Operações para o que conta, como adjunto, com a colaboração de Luís Macedo. Será o Plano Geral de Operações *Viragem Histórica*, em que sobressai a sua intuição estratégica porque a “Missão” e “Ideia de Manobra” se enquadram, com rigor, no espírito do programa político elaborado por Melo Antunes, cujo alcance estratégico se confirmará nas repercussões que vai ter além-fronteiras. Com a garantia da não oposição e mesmo apoios pontuais da Marinha e da Força Aérea, com as missões às unidades aderentes do Exército muito bem definidas e coordenadas, com uma ligação eficazmente assegurada pelo excelente Anexo de Transmissões, de Garcia dos Santos, Otelo vai exercer uma rigorosa conduta operacional a partir do Posto de Comando (PC) instalado no quartel da Pontinha, que Luís Macedo preparara. Nos momentos decisivos, impôs-se a serenidade e coragem de Salgueiro Maia. A conjugação do alcance estratégico, do rigor do planeamento, da eficácia da conduta operacional, da coordenação de um coletivo notável e da determinação e coragem dos oficiais sargentos e praças que, individualmente ou enquadrados nas unidades, tiveram participação

ativa, garantiu o sucesso da *Viragem Histórica*. A sensibilidade estratégica de Otelo confirmou-se na abertura com que acolhe a adesão popular que a mensagem progressista do Programa do MFA motivara. Eis tudo o que explica que o golpe de estado tenha ido além disso mesmo, tenha dado lugar a um processo revolucionário e tenha resultado nos avanços sociais e na aceitação da descolonização, que viriam a ser as marcas profundas do 25 de Abril.

A sua liderança coube a Otelo, o camarada e amigo que guardarei na minha memória e que a História de Portugal registará com letras de ouro. Foi este o Otelo perante quem, na despedida, em sentida homenagem, me profilei.

Agosto de 2021

Nota: Mobilizado em Angola durante a conspiração e preparação do 25 de Abril, foi aí que as vivi. O que aqui escrevo não é, pois, produto de participação pessoal, mas do muito que li, quase tudo o que sobre ele se escreveu, nomeadamente os livros *Alvorada em Abril* de Otelo, *Origens e evolução do Movimento dos capitães*, de Diniz de Almeida; e *Operação Viragem Histórica*, coordenado por Almada Contreiras, e do muito que ouvi de camaradas que nele se empenharam ativamente, em particular de Otelo.



E se o desperdício desse frutos?

Na Delta criamos parcerias sustentáveis.
Por isso, em conjunto com a start-up NÂM, inaugurámos
a Urban Mushroom Farm, onde são produzidos cogumelos
a partir da borra de café, que posteriormente são
disponibilizados aos restaurantes.
Economia circular verdadeiramente a funcionar.

Saiba mais sobre os projetos de sustentabilidade
da Delta em delta60anos.com

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Martins Guerreiro | Editor: Licínio Lima | Colaborador: José Armando Lopes | Conselho editorial: Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pizarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA · Telefone: 213 241 420 · Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt/> | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO · Telefone/fax: 222 031 197 · Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÁNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições, www.jm-designdicoes.com - Av. Infante Santo, 61 -4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'O *Referencial*



DESPERTOS PARA O FUTURO



Desconto sobre desconto em combustível

O cartão que lhe permite
poupar a dobrar ou a triplicar

Com o Cartão Associação Mutualista Montepio Repsol é certo que vai poupar mais. Porque além do habitual desconto de 6 cêntimos, este cartão permite acumular outras vantagens em vigor nas estações de serviço aderentes.

São descontos sobre descontos, no caminho de vantagens que é ser nosso Associado.

Informe-se já em
montepio.org



Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos